

DAR A V^{OLTA} LTA

ENCONTROS PETI / OIT SOBRE O TRABALHO INFANTIL



Programa para Prevenção e Eliminação
da Exploração do Trabalho Infantil

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
DO TRABALHO

Escritório em LISBOA

1
DOSSIER

AGRICULTURA

*Uma Visão
Global
e o Caso
Português*

*Os desafios
e Propostas
de Intervenção*

Colecção Documentos

PETI 6

CICLO DE ENCONTROS

PETI - OIT



**Trabalho Infantil
na Agricultura**

28 Março 07
LISBOA
Auditório Camões

ORGANIZAÇÃO

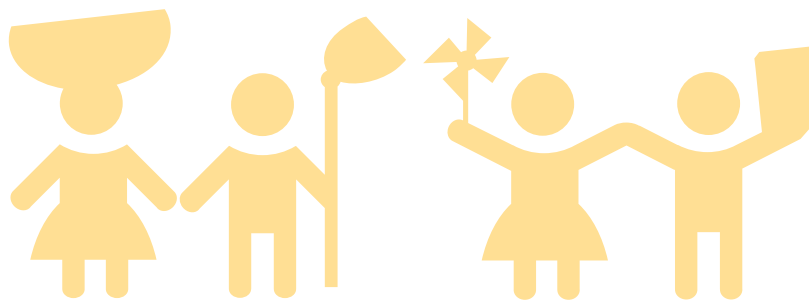


Programa para Prevenção e Eliminação
da Exploração do Trabalho Infantil
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social



ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO TRABALHO
Escritório em LISBOA

NOTA INTRODUTÓRIA



Esta publicação é o resultado de uma profunda reflexão colectiva sobre o combate ao trabalho infantil na agricultura, organizada conjuntamente pelo PETI e pelo Escritório da OIT em Lisboa.

Integrada num Ciclo de Encontros temáticos PETI/OIT que agora se iniciou, essa reflexão visou capitalizar a experiência portuguesa, compreender melhor as mutações em curso do fenómeno do trabalho infantil (na agricultura) e descortinar as melhores abordagens para o combater.

Do ponto de vista do PETI e da OIT, a capitalização da experiência portuguesa neste domínio revela-se de grande interesse. Portugal teve a coragem de reconhecer a existência do fenómeno do trabalho infantil, de o estudar e de definir políticas e programas para o combater, mobilizando os parceiros sociais e a sociedade civil, tendo em vários momentos desse processo contado com a assistência da OIT.

É o balanço prospectivo dessa rica experiência que alimenta este Ciclo de Encontros.

Refira-se que a valorização das experiências portuguesa e brasileira no combate ao trabalho infantil esteve na base de uma larga série de iniciativas políticas e técnicas no âmbito da CPLP, iniciadas em 2006, e que levaram à adopção de uma **Declaração Política** e de um **Plano de Acção** conjunto apoiado pela OIT.

Embora este ciclo de Encontros PETI/OIT se destine, em primeiro lugar, a um público nacional, os seus resultados não deixarão de ser «internacionalizados» quer através do IPEC (*Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT*) quer, naturalmente, no âmbito do referido Plano de Acção da CPLP.

A organização espera que todos os que participaram neste 1º Encontro e todos os que, não tendo participado, venham a ter acesso a esta revista vejam nela um registo útil dos valiosos contributos que oradores, moderadores e participantes deram para o estudo desta vertente do trabalho de crianças e jovens ainda a necessitar de ampla discussão em Portugal.

A Comissão Organizadora

Joaquina Cadete

Paulo Bárcia



Programa para Prevenção e Eliminação
da Exploração do Trabalho Infantil
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social



ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO TRABALHO
Escritório em LISBOA

I - NOTA INTRODUTÓRIA

.....	.1
-------	----

II - O ENCONTRO - SESSÃO DE ABERTURA

Joaquina Cadete	.3
<i>Directora do PETI</i>	
Paulo Bárcia	.4
<i>Director do Escritório da OIT em Lisboa</i>	
Elsa Justino	.6
<i>Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional</i>	

TEMA 1 - O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA NO MUNDO

Moderador: Manuel Sarmento	.9
<i>Professor do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho</i>	
Peter Hurst	10
<i>Occupational Safety and Health Specialist, International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC), International Labour Organization</i>	

TEMA 2 - O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

Paula Monteiro	14
<i>Técnica Superior do PETI</i>	
João Machado	19
<i>Presidente da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal</i>	
Filomena Teixeira	22
<i>Técnica do ISHST – Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho</i>	
António Serra.	25
<i>Assessor para o Sector Agrícola da FESAHT – Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal</i>	
José Joaquim Gardete	26
<i>Secretário Nacional Executivo SETAA/UGT</i>	
DEBATE.	30

TEMA 3 - TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES? QUE INTERVENÇÃO?

Moderador: Ana Maria Mesquita	33
<i>Presidente CNAsti</i>	
Maria João Graça	34
<i>Inspectora do Trabalho de Évora</i>	
Fernando Coelho	38
<i>Representante do PETI na Região Norte</i>	
Luís Miranda Saldanha	41
<i>Presidente da CNJ: Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal</i>	
Maria do Céu Roldão	44
<i>Consultora em teoria e desenvolvimento curricular</i>	
DEBATE.	50

CONCLUSÕES

Josefina Leitão	54
<i>Consultora para as Questões de Relações de Trabalho</i>	

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Jorge Pedreira	59
<i>Secretário de Estado Adjunto e da Educação</i>	
Joaquina Cadete	63
<i>Directora do PETI</i>	
Seleção de sites e obras sobre trabalho infantil na agricultura	64



Joaquina Cadete

Directora do PETI

Em nome de Sua Excelência, o Secretário de Estado de Emprego e Formação Profissional, representado na mesa pela Sr.^a Chefe de Gabinete, damos início ao encontro trabalho infantil na agricultura.

Sr.^a Chefe de Gabinete, Dr.^a Elsa Justino, Sr. Director do escritório da OIT em Lisboa, Dr. Paulo Bárcia, minhas Senhoras e meus Senhores. Os oito anos de existência do PEETI, enquanto plano, de 98 a 2003, e do PETI, enquanto programa, desde 2004, proporcionaram a todos os que tiveram oportunidade de nele participar directa ou indirectamente, um capital de experiência de intervenção e a percepção mais ou menos nítida, do caminho percorrido bem como do caminho a percorrer.

A sociedade portuguesa mudou nos últimos dez anos e o paradigma do fenómeno do trabalho infantil também, quer na sua natureza, quer na sua dimensão. A par de alterações introduzidas no Código de Trabalho, para contemplar algumas realidades, como a participação de crianças e jovens em espectáculos, moda e publicidade, existem áreas onde ainda há trabalho a fazer, que pensamos dever entender como novos desafios e metas a alcançar, na área da qualificação dos jovens que se preparam para entrar no mercado de trabalho.

Torna-se pois pertinente, em nosso entender, relançar um debate sobre a situação actual, em particular sobre alguns aspectos a descoberto, do trabalho de crianças e jovens, menores no conceito jurídico, e deverá caber ao PETI, enquanto programa governamental dedicado à problemática do trabalho infantil, promovê-lo.

Num contexto internacional, interessa ainda fomentar a troca de experiências e a disseminação de boas práticas, na sequência da declaração assinada na conferência “Combate à Exploração do Trabalho Infantil no Mundo de Língua Portuguesa” e do Plano de Acção adoptado na reunião dos Ministros de Trabalho e de Assuntos Sociais da CPLP, em Setembro de 2006.

Assim, o PETI com o apoio da OIT, escritório em Lisboa, no âmbito de um protocolo estabelecido, vai promover dois Encontros anuais de reflexão e de debate abertos a toda a sociedade civil e que deverão contar com o contributo essencial de especialistas

e investigadores, que possam dar a sua visão do estado da arte do trabalho infantil em diversas áreas constituindo estes Encontros também o contributo de Portugal, para o Plano de Acção.

Pretende-se, com estas iniciativas, identificar lacunas ou fragilidades quer a nível da legislação, da inspecção ou na intervenção, lançar desafios, face aos instrumentos entretanto criados e definir novos objectivos a curto e a médio prazo.

A posterior edição pelo PETI, em colaboração com o Escritório em Lisboa da OIT, dos contributos dos investigadores, das reflexões e do debate subsequente, sob a forma de uma Revista, permitirá ampliar e consolidar os resultados de cada encontro, que deverá ser distribuída pelas entidades, serviços parceiros e público em geral em moldes a determinar oportunamente, permitirá ampliar e consolidar os resultados de cada encontro.

Os dois encontros anuais deverão ter lugar em meados de Março-Abril e de Outubro, de forma a poder ser planeada a sua realização, sem qualquer colisão com o trabalho relacionado com as turmas PIEF, cujos picos ocorrem respectivamente em Janeiro e Setembro.

Assim, o primeiro número da Revista será sempre divulgado no Dia Mundial do Trabalho Infantil, 12 de Junho, e o segundo por alturas do Natal.

O tema do presente encontro do trabalho infantil na agricultura, deve-se ao facto de, neste ano, a OIT dedicar o próximo Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil a este tema, como terão ocasião de ouvir.

Os oradores que convidámos, e aos quais agradeço a resposta pronta e empenhada, abordarão a situação actual no Mundo e em Portugal, falarão de instrumentos legais e educativos à disposição de quantos travam este combate e irão desafiar-nos a todos durante o debate a intervir como técnicos, mas sobretudo como cidadãos.

Obrigada pela vossa adesão extraordinária e votos de que este dia seja um bom momento de formação.



Paulo Bárcia

Director do Escritório da OIT em Lisboa

Excelentíssima Sra. Chefe de Gabinete, Dr.^a Elsa Justino, em representação do Sr. Secretário de Estado do Emprego e Formação, cara Directora do PETI, Dr.^a Joaquina Cadete, caros participantes.

Muito bom dia a todas e a todos, e bem vindos a este primeiro encontro PETI/OIT.

Em nome da Organização Internacional do Trabalho, permitam que me associe às palavras de boas vindas e de agradecimentos da minha cara amiga, Joaquina Cadete, a todos aqueles que aceitaram, oradores e participantes, o desafio de estarmos aqui nesta reflexão colectiva sobre o trabalho infantil na agricultura.

E, enquanto responsável de uma Organização de natureza tripartida, como é a OIT, certamente compreenderão que eu dê umas boas vindas especiais aos parceiros sociais do sector agrícola que estão aqui presentes em força e que aceitaram partilhar connosco as suas opiniões. Tal facto conforta-nos e confirma que o combate ao trabalho infantil é um valor tripartido, assumido não apenas pelos Governos, mas também pelos empregadores e pelos trabalhadores.

Bom, a panorâmica internacional sobre o quadro geral do trabalho infantil e, em particular, do trabalho infantil na agricultura será dada pelo meu colega, Peter Hurst, que chegou há minutos de Genebra e que é o responsável no BIT pela campanha deste ano. Por isso, eu não irei entrar em detalhes, aproveitando esta oportunidade para agradecer ao Peter Hurst ter aceite nosso convite.

Vou pois limitar a minha intervenção a dois brevíssimos comentários.

O primeiro para dizer que estamos aqui, naquilo que é o centro, o núcleo duro, do mandato da OIT. A eliminação do trabalho infantil, constitui, a par da liberdade da associação, da abolição do trabalho escravo e da igualdade de oportunidades aquilo que ficou consagrado na Declaração de 1998 da OIT, como os Princípios e os Direitos Fundamentais no Trabalho.

Isto tem uma implicação política, que é a de que todos os Estados-Membros da OIT, mesmo aqueles que eventualmente não tenham ratificado as duas Convenções directamente relacionadas com o trabalho infantil - a nº138 sobre a idade mínima e a nº182, sobre as piores formas - são, desde essa Declaração de 1998, obrigados, pelo simples facto de pertencerem à OIT, a respeitarem os princípios e os valores que estão subjacentes a essas Convenções. Este não é o caso de Portugal que, como sabem, ratificou as duas referidas Convenções.

Mas o facto de se considerar a eliminação do trabalho infantil como um dos quatro princípios fundamentais do trabalho, tem também uma implicação metodológica. Com efeito, é indispensável termos absolutamente claros em termos de conceitos. Ou seja, quando falamos de trabalho infantil, estamos a falar exactamente do quê?

Este aspecto é particularmente importante na medida em que hoje estamos aqui a discutir o trabalho infantil na agricultura. É sabido que na pequena propriedade ou no mundo rural de subsistência permanece viva a tradição, muitas vezes socialmente reconhecida, de apoio familiar nos trabalhos agrícolas. Por outro lado, é sabido também que a agricultura moderna assalariada atrai sazonalmente jovens, sobretudo no ciclo das colheitas que, para utilizar um termo popular, aproveitam para “ganhareм umas massas”. E portanto, a clareza de conceitos é aqui absolutamente indispensável.

A OIT não tem uma posição, se quiserem, fundamentalista, que seria aqui descabida e mesmo contraproducente. Sobre o conceito de trabalho infantil, a posição da OIT e da comunidade internacional é clara.

Começemos pelo conceito de criança. Por vezes, numa linguagem popular e jornalística, há uma certa confusão terminológica entre criança, menor ou jovem. Quando nós falamos no trabalho de crianças, estamos a utilizar a terminologia harmonizada pelas Nações Unidas, que são todas as pessoas até aos dezoito anos de idade.

Sobre o conceito de trabalho infantil propriamente dito, a OIT estabelece uma clara diferença entre aquilo que são crianças activas e o que constitui trabalho infantil. É considerado trabalho infantil todo aquele que ponha em causa o normal desenvolvimento físico e intelectual da criança e o seu acesso à escola.

Em concreto, existem tipificadas três situações, que configuram precisamente, do ponto de vista dos conceitos da OIT, o que é trabalho infantil:

- um: qualquer tipo de trabalho até aos onze anos de idade;
- dois: qualquer trabalho entre os doze anos de idade e a chamada idade mínima para o emprego (em geral, os 15 anos) quando o trabalho ultrapassa um certo número de horas (15 horas semanais), ou seja feito em condições perigosas ou em actividades ilegais que ponham em risco a integridade e o desenvolvimento físico e moral da criança;
- três: entre a idade mínima de emprego e os dezoito anos, considera-se trabalho infantil apenas as referidas piores formas tipificadas na Convenção nº 182;

Ora, dentro deste conceito, e apesar do último Relatório da OIT ter anunciado, graças à vossa mobilização e de outros parceiros como vocês em todo o mundo, que nos últimos quatro anos, se constatou uma redução global do fenómeno do trabalho infantil, são ainda hoje cerca de duzentos e dez milhões de crianças, aquelas que a OIT estima que estão dentro deste conceito de trabalho infantil. A grande maioria em trabalhos perigosos, e dentro deles, a grande maioria exactamente no sector da agricultura. E, por isso, o interesse no nosso debate de hoje.

Um segundo e último comentário corresponde a uma espécie de reconhecimento. Reconhecimento, por parte da OIT pelo trabalho que tem sido desenvolvido por todos os parceiros em Portugal nesta área. Nada está definitivamente ganho. Trata-se aqui, obviamente, de um combate e de um desafio permanentes. Mas é legítimo afirmar que, em termos internacionais e, nomeadamente, no quadro da OIT, Portugal é visto hoje como um exemplo de boas práticas, na forma como atacou a questão do trabalho infantil.

O ataque a um problema desta natureza, tem que ser feito em primeiro lugar, tendo a coragem a assumir a sua realidade. Em segundo lugar, estudando-a. Conhecendo bem a sua dimensão e as suas raízes. Em terceiro lugar, definindo políticas, programas e instrumentos adequados. E, em quarto lugar, mobilizando as opiniões públicas e os parceiros sociais para este combate de valores.

E, de alguma forma, aquilo que estamos hoje a fazer aqui - e que vamos continuar a fazer durante este Ciclo de Conferências PETI/OIT - é exactamente tentar capitalizar essa experiência em termos desta reflexão colectiva que seguramente dará pistas para trabalhos futuros.

Refira-se, e aqui termino, que esta capitalização positiva quer da experiência portuguesa quer, também, da experiência brasileira no âmbito do combate ao trabalho infantil, nos levou, durante o ano anterior, a pôr em marcha uma série de iniciativas, no âmbito da CPLP, a Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa.

Esse processo conheceu um momento alto com a aprovação de uma Declaração Política e de um Plano de Acção conjunto da CPLP para o combate ao trabalho infantil, envolvendo os oito Estados Membros da CPLP. Para a respectiva implementação, foi criada uma rede de Pontos Focais em cada um desses Países. E amanhã teremos mais uma reunião da rede desses Pontos Focais que foram igualmente convidados para estar presentes aqui hoje nesta sessão. Em nome dos organizadores, queria-lhes também dar calorosamente as boas vindas.

Termino a minha intervenção, desejando a todos um excelente trabalho e uma excelente reflexão.

Muito obrigado pela vossa atenção.



Elsa Justino

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

É para mim um motivo de orgulho iniciar este encontro em nome de sua Excelência o Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional que, por imperativo superior, não pode estar presente, assumindo a causa da prevenção e eliminação da exploração do trabalho infantil, uma das prioridades centrais para o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social que aqui represento.

Começo por saudar todos os participantes neste Encontro, entidades e personalidades que o organizam, conferencistas e participantes pelo eloquente testemunho do significado que o combate ao trabalho infantil tem hoje em todo o mundo e, muito particularmente, em Portugal.

Nos últimos vinte anos ocorreram conquistas assinaláveis na luta contra o trabalho infantil em todo o Mundo, espelhando um significativo recuo nos indicadores estatísticos que aferem a sua dimensão. Este progresso não é um simples corolário do progresso económico.

Resultou de uma mobilização política dos Governos, parceiros sociais, organizações não governamentais, instituições e investigadores que a este fenómeno vêm consagrando notáveis esforços. A luta contra o trabalho infantil é hoje uma causa à escala global. Apesar disso, temos profunda consciência do muito que há por fazer e do longo caminho a percorrer.

O Encontro que tenho a honra de iniciar, insere-se justamente nesse percurso. A sua realização constitui mais um passo, e esperamos que bem expressivo, no aprofundamento do conhecimento das várias dimensões do trabalho infantil na agricultura.

De acordo com os dados estatísticos de que dispomos, neste momento, a agricultura continua a ser o principal sector onde se encontram menores a trabalhar. Segundo essa mesma base, tem-se porém registado uma diminuição do seu peso. Este dado adquire, contudo, uma outra valia, se efectivamente estiver em sintonia com a diminuição em termos absolutos do trabalho infantil em Portugal.

Estamos conscientes de que o conceito de trabalho, quando aplicado às crianças que participam nas actividades agrícolas familiares, se reveste de alguma ambiguidade, configurando-se

com frequência com um processo de iniciação simbólica e efectiva de socialização e de aprendizagem.

O trabalho dos menores na agricultura é por isso, em geral, invisível. Pode passar mais facilmente despercebido, tanto mais quanto a quase totalidade destes menores integra o grupo de trabalhadores familiares não remunerados. Se a relação com a escola é, como todos sabemos, menos favorável para os menores que exercem uma actividade económica, o risco de abandono escolar atinge índices proporcionalmente muito mais graves, quando se trata de formas perigosas de trabalho infantil.

Constata-se ainda que a escolaridade dos representantes da família apresenta, na sua maioria, níveis de habilitações escolares muito baixos, e cerca de 96% destes familiares concorda com o facto dos menores desenvolverem actividades agrícolas, pelo que se verifica a tendência para a reprodução de contextos e aspirações, requerendo políticas eficazes, que promovam a inversão do ciclo de pobreza e da interrogação quanto ao futuro, seja na aceção individual, seja na dimensão colectiva.

Permitam que recorra a uma breve citação de uma escritora inglesa, que num dos seus livros tem como epígrafe a seguinte frase “pecados antigos projectam longas sombras”, para melhor exprimir o espírito que nos anima, impulsionar empenhadamente a inversão deste ciclo. Este designio é contudo sustentado em bases promissoras.

Sabemos que, nos últimos quatro anos, o número de crianças trabalhadoras em todo o Mundo, diminuiu 11%, e sabemos também que em Portugal, entre 1999 e 2006, o número de menores a trabalhar no sector formal, apresenta uma acentuada curva descendente, o que constitui um forte incentivo para a intensificação do nosso esforço.

Agir activamente na redução das necessidades e das pressões económicas e sociais que impelem os menores a trabalhar em situação de exploração significa também agir no combate à exclusão social e à erradicação da pobreza. Estamos convictos de que a batalha a favor da prevenção e eliminação da exploração do trabalho infantil no sector da agricultura e noutros sectores de actividade económica, se trava indissociavelmente, em domínios chave. Desde logo, as políticas de educação, verdadeiro motor

da igualdade de oportunidades e da protecção à criança, assegurando também políticas de combate à pobreza, instrumento de prevenção por excelência, de situações de carência extrema, responsáveis em grande medida pela inserção precoce no mercado de trabalho.

Às políticas de emprego cabe um relevante papel neste domínio abrangendo, por um lado, o fenómeno da criação de emprego e, por outro, um investimento no reforço da qualidade do emprego e na dignificação das condições e formas de trabalho.

Permitam-me, no entanto, que sublinhe a importância que atribuímos à educação e formação como estratégia de combate ao trabalho infantil e meio essencial de resgate das crianças ao mundo do trabalho precoce. Não posso paralelamente deixar de referir a construção de estratégias educativas capazes de atrair, para o percurso da educação e formação, todos os jovens e crianças.

Destaco ainda a qualificação de adultos, como instrumento fundamental que permite aos pais a valorização efectiva da educação e da formação e, assim, poderem de modo realista projectar para as crianças um futuro melhor.

É também este um dos propósitos que subjaz ao programa novas oportunidades. Esta constelação de eixos de intervenção, mais do que consistir numa condição determinante do combate ao trabalho infantil, configura o travejamento central de uma política de promoção de igualdade de oportunidades e de desenvolvimento do País.

Gostaria ainda de assinalar o papel fundamental que a Organização Internacional do Trabalho tem vindo a desempenhar na defesa da causa que hoje nos reúne.

Sublinho, em primeiro lugar, a importância das várias convenções, designadamente a relativa à interdição das piores formas de trabalho infantil, já amplamente ratificada, e a que consagra a idade mínima para o trabalho e emprego.

Reveste igualmente de grande valia o papel da OIT, no desencadear de acções de consciencialização e de compromisso de actuações, gerando um movimento de convergência política à escala mundial, tomando o combate ao trabalho infantil, uma prioridade de muitos Governos e instituições.

Para simbolicamente enfatizar o reconhecimento desta causa, como uma prioridade política, gostaria de citar o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que, em Maio de 2006, proferiu a seguinte afirmação: “O combate ao trabalho infantil tem vindo a evoluir para o combate aos riscos de exclusão social das crianças e jovens e este é o problema essencial de um País como Portugal, que viabiliza a persistência de fenómenos, ainda que marginais de trabalho infantil, e viabiliza principalmente as formas mais duras e as formas que mais fortemente devem ser combatidas.

Sabemos que o trabalho infantil existe, as suas formas e natureza vão mudando, como mudaram as sociedades contemporâneas e também a nossa.

Esta prevalência ainda que marginal, constitui um factor impulsionador do nosso empenhamento político, e a nossa ambição é erradicá-lo e intervir activamente nos diversos domínios em que este fenómeno se alimenta e nos quais se entrelaça.”

O PETI, e quero expressá-lo publicamente à Dr.^a Joaquina Cadete, como um dos principais instrumentos de política activa neste campo, conjugadamente com o aumento das acções inspectivas por parte da Inspecção Geral do Trabalho, têm contribuído decisivamente para alterar esta realidade.

O escritório da OIT em Portugal, e expresso também ao Dr. Paulo Bárcia o nosso reconhecimento pelo importante contributo, bem como a toda rede de parceiros com intervenção local, entidades do Ministério de Educação, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Instituto de Emprego e de Formação Profissional, em estreita cooperação com o PETI, assinalam a força das parcerias e a importância da co-responsabilização de todos os actores que cooperam no combate ao trabalho infantil.

As melhores estratégias, para serem eficazes, requerem bons actores. É também nosso propósito prosseguir na criação das condições que incrementem o estabelecimento de parcerias e a mobilização de todos os actores que no terreno ajudam a materializar as políticas definidas, nomeadamente organizações não governamentais, entidades públicas, privadas, empresas e obviamente parceiros sociais.

A execução de políticas adequadas, a mudanças de atitudes e o despertar de consciências, no sentido de pôr fim à exploração do trabalho infantil, objectivo ao nosso alcance, constitui uma tarefa incessante, mas tem que contar com a participação activa de todos os que nesta causa interagem.

Espero que este Encontro seja muito proveitoso. Uma saudação final aos representantes do grupo de trabalho dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que terão a sua primeira reunião formal já amanhã e depois, dando cumprimento ao Plano de Acção da CPLP de combate à exploração do trabalho infantil no mundo de língua portuguesa. A todos os que aqui estão, um bom encontro e obrigada.

***O TRABALHO
INFANTIL
NA
AGRICULTURA
NO
MUNDO***



Manuel Sarmiento

Professor do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho

Muito bom dia a todas e a todos. Vamos dar início ao primeiro painel de trabalho, que é o trabalho infantil na agricultura no mundo. Para isso temos connosco Peter Hurst, da OIT, Paula Monteiro do PETI, João Machado, Presidente da CAP, Confederação dos Agricultores de Portugal, Filomena Teixeira do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, António Serra, assessor para o sector agrícola da Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal, José Joaquim Gardete, Secretário Nacional Executivo da SETAA, UGT. Peço desculpa por não vos tratar pelos títulos académicos, creio que em todo o caso esta designação directa pelos nomes permite uma interlocução mais horizontalizada dentro desta mesa e, evidentemente, também com o público que está aqui presente.

Este tema é de importância muito relevante, conforme foi assinalado na mesa de abertura, sobretudo porque o trabalho infantil na agricultura corresponde àquilo que tem sido caracterizado como a componente estatisticamente mais relevante do trabalho das crianças em Portugal. Três em cada quatro crianças diagnosticadas nos inquéritos nacionais sobre trabalho infantil estão a realizar essas actividades na agricultura, mas, também como foi já salientado, temos uma enorme necessidade de fazer uma clara discriminação entre aquilo que são formas de exploração do trabalho das crianças nos campos e aquilo que são formas aceitáveis de contributo familiar, para uma economia que em larga medida se sustenta da colaboração intra-familiar e onde essas formas de actividade, não sendo dimensionadas como exploração, contribuem para que a criança possa ser socializada e integrada na vida colectiva.

O estabelecimento de uma distinção clara entre trabalhos que são abolíveis, e portanto intoleráveis, e formas de ajuda familiar, constitui um objectivo de grande exigência quer conceptual, quer de investigação empírica e, em larga medida, as propostas de reflexão que aqui vão ser feitas, poderão contribuir para conhecermos melhor o fenómeno e também de nos dotarmos dos instrumentos mais adequados para combater essas formas de exploração das crianças nos campos.

Por outro lado, numa sociedade em profunda mudança, que continuamente vive uma situação de desregionalização, importa considerar quais são os processos de transição que, das formas tradicionais de exploração das crianças nos campos, redundam e se modificam em formas de exploração com outras características. De facto, é nas transformações sociais de transição que, em Portugal, se verificam de um modo mais acentuado, não apenas o modo de exploração das crianças nos campos, mas, também outras formas de exploração, designadamente,

no âmbito do trabalho por conta de outrem em contexto domiciliário ou em emergência das chamadas piores formas de trabalho infantil.

A análise daquilo que é o trabalho infantil na agricultura, tem necessariamente articulações com outras formas de trabalho infantil que seguramente não deixarão aqui de ser consideradas, considerando sobretudo, efectivamente, os fenómenos de transição que ocorrem e, portanto, as mudanças das relações sociais nos campos.

Para tudo isto, evidentemente, o contributo dos diferentes membros desta mesa, vai ser decisivo. Não apenas porque eles ocupam lugares de relevo e de importância do ponto de vista da conceptualização destas questões, mas também porque alguns deles têm um papel particularmente activo na construção de uma reflexibilidade sobre a agricultura em Portugal e sobre os modos de acção nas zonas rurais.

Trata-se, portanto, de uma mesa constituída por técnicos, investigadores, mas também por agentes directos no terreno, e provavelmente a riqueza dos debates - e eu espero que haja possibilidade efectivamente de estabelecermos debate com a assembleia - viverá destas articulações entre a reflexão e a produção de conhecimento científico e a produção de conhecimento associado à intervenção prática.

A primeira intervenção vai ser feita por Peter Hurst, especialista da Organização Internacional do Trabalho para o Programa para a Eliminação do Trabalho Infantil, é o coordenador do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, que como sabem será no dia 12 de Junho e cujo tema será a eliminação do trabalho infantil na agricultura.

Peter Hurst é inspetor de Saúde e Segurança do governo do Reino Unido, é efectivamente uma pessoa que tem um longo curriculum expresso em vários trabalhos de avaliação, em vários relatórios e documentos de investigação, larga maioria deles centrados, efectivamente, nas questões das relações sociais no campo e em particular nas condições de segurança e de saúde e em particular, sobre o trabalho infantil nos campos.



Peter Hurst

Especialista em Segurança e Saúde no Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), Organização Internacional do Trabalho

Mafalda Troncho, Intérprete: *Peter Hurst dá as boas vindas a todos, agradecendo, especialmente ao PETI e ao Escritório da OIT em Lisboa por esta organização. Acredita que este debate é um contributo para a eliminação do trabalho infantil, constituindo uma colheita para o futuro.*

«Nós estamos todos os dias confrontados com a questão da agricultura, quando tomamos o pequeno-almoço, quando almoçamos, quando jantamos... Em todos esses momentos, estamos a consumir produtos que de uma forma geral, em todo o mundo, são conseguidos através da exploração do trabalho infantil. As produções onde existe mais trabalho infantil são as do café, do chá, do chocolate, das frutas, dos vegetais, do tabaco, da carne e da pesca. Há também um sector muito importante, que é o do algodão. São sectores onde está identificado um grande número de crianças a trabalhar.

Ao mesmo tempo, a agricultura constitui-se como a maior indústria do mundo que ocupa 50% da população, homens e mulheres. 1.2 biliões de pessoas trabalham nesta área, seja através de grandes ou pequenas explorações. Sendo a área de maior actividade, acaba também por ser aquela onde há mais trabalho infantil e, nesse sentido, combater o trabalho infantil implica uma grande intervenção neste sector.

Mas antes de aprofundarmos estas questões, vou abordar questões conceptuais. O que é o trabalho infantil? Vejamos alguns conceitos importantes. O primeiro diz respeito a crianças economicamente activas. Este abarca toda a actividade, positiva ou negativa, desempenhada pelas crianças com menos de 18 anos. Dentro deste grupo temos um outro grupo: o das crianças trabalhadoras, que corresponde a um conceito mais restrito. Falamos aqui de trabalho infantil, cuja definição está ligada a dois factores importantes: por um lado, à segurança e à saúde das crianças e por outro lado, ao acesso à educação ou ao não acesso à educação.

A OIT estima 318 milhões de crianças economicamente activas e 218 milhões de crianças trabalhadoras. E o objectivo da OIT, dos governos e dos parceiros sociais é o de eliminar todas as formas de trabalho infantil. E, dentro desta realidade, há algumas crianças que estão de facto a ser exploradas de forma muito negativa.

E é por isso que em 1999 é adoptada a Convenção sobre as piores formas de trabalho infantil que obriga os governos e os parceiros sociais a empreenderem esforços na efectiva eliminação do trabalho infantil nas suas piores formas.

Portanto, temos o grupo maior de todos que são as crianças economicamente activas, que depois reduzimos para as crianças trabalhadoras e que reduzimos agora para as crianças nas piores formas de trabalho infantil. A OIT estima cerca de 134 milhões de crianças nesta situação.

As piores formas de trabalho infantil desagregam-se ainda em duas categorias. Por um lado, a que inclui as crianças nas evidentes piores formas de trabalho infantil. Estamos neste caso a falar da prostituição, da pornografia, de crianças soldados, de crianças traficadas, de servidão por dívida, e de escravidão. Estamos aqui no domínio de actividades criminais. Embora não tenhamos dados estatísticos muito concretos, estimámos há pouco tempo que seriam cerca de 8 milhões as crianças que se encontram nessa situação. Por outro lado, temos a categoria que inclui crianças em trabalhos perigosos (a OIT estima que estejam nesta situação cerca de 126 milhões de crianças). E aqui estamos no domínio do mundo do trabalho.

Nas intervenções dos anteriores conferencistas, já foram feitas referências sobre o que é ou não aceitável como trabalho infantil. E este é o grande debate, que inclui o sector da agricultura.

Que constitui trabalho perigoso quando falamos de trabalho infantil na agricultura? Estamos a falar do tipo de trabalho onde uma criança pode morrer, ficar ferida (pequenos ou grandes ferimentos) ou adoecer. Sendo certo que algumas das doenças só se revelam na idade adulta. Estes trabalhos perigosos atravessam todo o sector.

Em síntese, no que diz respeito a grandes conceitos, temos o conceito de crianças economicamente activas. Dentro deste grande grupo, temos as crianças trabalhadoras e dentro deste as crianças em piores formas de trabalho infantil. Desagregando-se este último em formas evidentes e em trabalhos perigosos. São estes os três grandes grupos, sendo que o último se divide em mais dois.

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA NO MUNDO

Na definição de trabalho infantil devem então ter-se em consideração diversos aspectos. Por um lado, o conceito de criança que já foi referido na intervenção de Paulo Bárcia quando o abordou à luz das Nações Unidas. Por outro lado, como já referi, duas questões essenciais devem ainda ser consideradas na definição de trabalho infantil: tudo o que tem a ver com a segurança e a saúde das crianças e a questão do acesso à educação ou do não acesso à educação.

Estamos então em condições de definir trabalho infantil como todo o trabalho realizado em condições perigosas e nocivas que podem resultar na morte ou ferimento da criança ou no seu adoecimento. Sublinhe-se como muito importante o factor que muitas das doenças só se virem a verificar numa fase adulta. Trabalho infantil é ainda todo o trabalho que priva as crianças do acesso à educação e ao desenvolvimento e que compromete o seu futuro.

Não temos estatísticas sobre o número de crianças mortas ou feridas no trabalho. A OIT estima cerca de 22 000 crianças que morrem anualmente como vítimas de trabalho infantil. São muitas. São demasiadas e nós temos de trabalhar para acabar definitivamente com esta situação.

É muito interessante verificar que todas estas questões estão a ser alvo de debate no âmbito da CPLP.»

Peter Hurst vai agora passar à sua 2ª apresentação, relativa ao trabalho infantil na agricultura.

«Nós vamos continuar a reflectir sobre a questão dos trabalhos perigosos, onde aliás, se encontra a maioria das crianças trabalhadoras no sector da agricultura. Não temos um número preciso mas a OIT estima que estejam 150 milhões de crianças nesta situação.

Dos 180 milhões de crianças que trabalham, 150 milhões estão na área da agricultura e dessas 130 milhões terão entre 5 a 14 anos de idade. Portanto, temos de longe o maior número de crianças nesta área. Começam a trabalhar muito novas, muito do trabalho que executam é perigoso e é combinado com horas de trabalho muito longas e com um ambiente muito severo de trabalho. E como foi referido esta manhã, isto tem uma ligação directa com a questão do trabalho doméstico, especialmente no caso das raparigas que quando acabam de trabalhar no campo enfrentam mais actividades em casa, começando a cozinhar e a limpar. Normalmente nem sequer se chama a isso trabalho, pelo que é também importante tomar este aspecto em consideração.

A questão do trabalho infantil na agricultura, tal como a do trabalho infantil, está directamente ligada com a negação da educação. Normalmente, estamos a falar de zonas rurais onde a distância à escola é muito longa, as crianças chegam a fazer diariamente catorze quilómetros, onde a educação é de muito pobre qualidade e onde existe muita falta de professores.

Temos aqui três factores aos quais já nos referimos: a falta de segurança e saúde; os problemas de saúde; e as incapacidades

e doenças permanentes, como resultado do trabalho infantil na agricultura.

Agora, vamos olhar para alguns dos perigos com maior detalhe. Em relação a estes, é importante referir que na mesma situação as crianças acabam por ter um risco muito maior do que os adultos. Os corpos e as mentes das crianças ainda estão em desenvolvimento, assim como as suas emoções e personalidades. Também temos de considerar o tamanho do seu próprio corpo, as suas maiores necessidades de alimentação e hidratação. As crianças usam mais energia, precisando dormir mais. Aquilo que é um risco para um adulto é exponencialmente maior para uma criança.

Uma vez que a agricultura tem lugar ao ar livre, o calor – com todos os problemas associados, que passam pela desidratação e pelo cancro de pele – e a ausência de água disponível – e recorde-se que as crianças precisam de muito mais água – constituem um enorme perigo para as crianças. Muita gente pensa que o clima tropical é um clima quente. Experimentem ir colher chá, nestas regiões subtropicais e verificarão que pode ser tão frio e miserável como o país de onde eu venho. E, portanto, as crianças também estão sujeitas a todos os problemas relacionados com o frio como sejam as doenças respiratórias e a diminuição de resistência.

Por outro lado, temos também o problema das cargas pesadas e o facto de as crianças terem de carregar com elas.

Têm sorte de eu estar aqui sentado. Se fosse uma sessão de formação eu estaria a marchar por toda a sala carregando com coisas e provavelmente levava-vos a fazer o mesmo.

Estamos a falar de crianças entre os cinco e os catorze anos sujeitas a grandes cargas. Estamos a falar de grandes cargas para crianças com corpos pequenos que chegam a carregar entre quinze a vinte e cinco quilos, seja na cabeça, seja nos ombros, seja nas costas. Não é só o peso da carga que eles carregam que temos de considerar, é também a distância que têm de percorrer.

Portanto, desde pequenos eles estão sujeitos a uma carga que lhes vai deformando a estrutura óssea, para além da dor e entorses e de tudo o que está associado.

A agricultura é um trabalho muito difícil, é um trabalho que obriga a uma série de posições e de posturas menos correctas como curvar ou acocorar. Também é um trabalho extremamente repetitivo.

Por outro lado, as crianças utilizam ferramentas extremamente cortantes. Quando estamos a gerir um curso de formação de agricultores na Ásia ou em África, um dos grandes debates é se as crianças devem ou não utilizar machetes. Temos de reconhecer que são ferramentas extremamente perigosas e já temos muitas evidências que levam inclusivamente ao amputamento de membros e a todo o tipo de feridas.

E eu recordo-me de uma sessão de formação que tivemos no Gana onde os agricultores estavam a discutir sobre a necessidade ou não de as crianças utilizarem os machetes e o nosso

técnico, que vinha da República Democrática do Congo, puxou as suas calças para cima e mostrou uma cicatriz longa na sua perna, feita quando tinha nove anos e que quase lhe amputou a sua perna.

O facto de nos estarmos a referir a estas ferramentas como extremamente perigosas, de dimensões muito grandes em relação ao tamanho da própria criança, não quer dizer – e não estamos a defender isso – que estas ferramentas devam ser adaptadas ao trabalho das crianças.

Muitas pessoas referir-se-ão à agricultura nos seus próprios países, como sendo agricultura de subsistência, mas, muitas vezes está ligada a plantações comerciais. Muitos pequenos agricultores estão, de facto, subcontratados pelos grandes, a partir de grandes plantações.

Um dos fenómenos da globalização é a intensificação da exploração agrícola, de que a produção de flores é um exemplo. Portanto, temos uma utilização muito extensiva da maquinaria. Por exemplo, no Zimbabué, uma criança com quinze anos, que estava a trabalhar, emperrou o tractor da família na lama. Regressou ao tractor e fez mais força, tentou dar mais força. Como as rodas ficaram presas, capotou e ele ficou preso. Isto é muito comum e temos vários exemplos, por exemplo, no Bangladesh.

Pelo que a questão da maquinaria não é uma questão de sementes, na questão do trabalho na agricultura.

Podemos ver agora um desenho feito por alguém do Ministério da Agricultura das Filipinas que mostra as crianças a trepar à árvore para apanhar os cocos. A queda de crianças de árvores, tentando colectar a fruta é uma coisa muito comum. Cair de tractores, cair de atrelados são tudo quedas comuns. Só o facto de estar debaixo das árvores já é perigoso, e uma das actividades onde esse perigo está mais patente é na produção do óleo de palma.

Vamos agora, falar das questões relativas ao gado. É uma actividade muito comum, que envolve crianças logo desde uma idade muito pequena. Temos muitos ferimentos resultantes de coices, patadas e cornadas. E temos também a questão das doenças transmitidas por animais, sendo a leptospirose uma delas e cujo contágio é feito através da água. Este contágio existe também na Europa, e na área da agricultura é uma das maiores causas de morte em África.

Na questão da modernização da agricultura temos de contar com a utilização de pesticidas. Na maior parte dos projectos que temos em todo o mundo, o risco associado aos pesticidas aparece sempre como o terceiro ou como um dos maiores riscos e temos de saber uma coisa sobre os pesticidas: muitos dos pesticidas que já foram banidos ou cujo acesso é muito restrito na Europa e Estados Unidos, são exportados para os países em desenvolvimento, onde estão a utilizar produtos extremamente tóxicos.

Portanto, estamos a falar da existência de envenenamento que ataca qualquer parte do corpo, os pulmões, os olhos, a pele. E que tem obviamente impacto em doenças que surgem a longo termo, como cancro, comprometimento do sistema reprodutivo

nos rapazes e nas raparigas, e alterações neurológicas e comportamentais. Todos estes problemas poderão aparecer apenas na fase adulta.

Para além dos pesticidas, temos também a questão do pó. Esta está mais ligada a questões de socialização e de valoração daquilo que é ou não aceitável. Por exemplo, temos uma rapariga ou um rapaz de sete anos de idade, trabalhando com os pais na sua quinta, durante vários anos, sem qualquer tipo de protecção, sem qualquer tipo de máscara. Muita gente pode dizer que é um trabalho leve, perfeitamente aceitável, mas, se formos acumulando pó nos pulmões, vai para a zona dos pulmões mais responsável pela questão respiratória ou para a parte superior dos brônquios. Podemos, então, desenvolver problemas respiratórios, doenças do foro respiratório, sendo a asma a mais clássica. Portanto, em todo o mundo, junto destas famílias, junto destes trabalhadores esta é uma das doenças com maior prevalência e resulta de respirarmos uma série de pó associado a uma série de produtos agrícolas e este pó vai-se acumulando durante toda a vida. Torna-se muito debilitante durante toda a vida, e pode até mesmo ser fatal. Assim, uma questão que podemos discutir é se este trabalho vos parece, nos parece ser um trabalho leve.

Outra questão que temos de ter em conta passa, por exemplo, pela habitação. Normalmente, as pessoas vivem onde trabalham, portanto, onde a agricultura se está a desenvolver é onde as pessoas estão a viver. Se em algumas áreas de trabalho infantil, as crianças deslocam-se para ir trabalhar a um sítio e depois regressam a casa, noutros casos elas estão no mesmo sítio onde trabalham. Nestes casos, normalmente, temos associadas questões de falta de condições de habitabilidade e de falta de falta de água potável. Há aqui uma clara ligação à questão da pobreza. Nestas zonas rurais temos um número significativo de famílias pobres, cerca de 80 milhões de famílias pobres, ligadas às questões da agricultura. Faz também parte dos objectivos de desenvolvimento do milénio a luta contra a pobreza.

Temos ainda o contacto com os perigos naturais, aqueles que têm a ver, por exemplo, com o contacto com cobras, insectos, animais selvagens. Por exemplo, numa plantação de café na Nicarágua, estive perto de uma das mais perigosas cobras da América Latina, e ganhei consciência de que os tratamentos médicos estavam a muitas horas de distância.

Temos outros riscos associados, que vão desde os psicossociais, até às questões ligadas ao ruído e à violência. Temos também a questão do assédio no trabalho, que pode assumir diversas formas: ser físico, de um trabalhador agrícola adulto ou de um supervisor em relação a um trabalhador criança; ou sexual, estando meninas muito mais vulneráveis.»

*Peter Hurst vai agora entrar na sua terceira
e última apresentação,
mais virada para o futuro
e para aquilo que pode ser feito.*

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA NO MUNDO

«Vamos, agora falar sobre soluções e vamos também falar sobre o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Como Paulo Bárcia já referiu na sua intervenção, a boa novidade é que o número de crianças a trabalhar diminuiu. Estes dados constam do relatório global do ano passado e traduzem 11% de declínio.

Mas, a verdade é que o sector da agricultura é um sector muito mais complicado e aqui a diminuição tem tido uma menor expressão.

Sabemos, portanto, que o trabalho infantil na agricultura tem de ser combatido por muito mais razões. Embora tenhamos visto e esteja provado que a agricultura deve ser um sector prioritário no combate ao trabalho infantil, a verdade é que tem prevalecido na nossa sociedade uma visão muito mais urbana das questões do trabalho infantil e, embora esta também seja importante, não contempla o sector agrícola como uma prioridade.

O próprio IPEC, que é o programa da OIT de combate ao trabalho infantil, reconhece que não tem sido feito tudo o que deve ser feito neste sector. Este programa apenas contabilizou 15% de gastos do seu orçamento em projectos relacionados com o trabalho infantil na agricultura. E quando falamos de IPEC, falamos também dos actores que colocam os projectos no terreno, dos governos e dos parceiros sociais.

Podemos fazer as contas: 15% de dinheiro que adjudicamos a estes projectos e 70% de crianças a trabalharem na agricultura... Neste sentido, o Conselho de Administração da OIT, bem como os parceiros sociais decidiram que esta deve ser uma área prioritária de intervenção. E dentro desta questão também deve ser dada uma especial atenção ao continente africano.

Uma das questões que vamos anunciar no dia 12 de Junho, é uma enorme e alargada parceria na qual temos vindo a trabalhar nos últimos tempos com as maiores Organizações Internacionais na área da agricultura: Organização das Nações Unidas

para a Alimentação e Agricultura, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, quinze centros de investigação que fazem parte do Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional, Federação Internacional dos Produtores Agrícolas, e União Internacional do Sindicato dos Trabalhadores na Alimentação e Agricultura. Esta parceria vai ser apresentada no dia 12 e esperamos que se torne efectiva e que envolva todos os parceiros na luta contra o trabalho infantil na agricultura. Terminamos com esta mensagem de esperança. Obrigado.»

Manuel Sarmento,
Professor do Instituto de Estudos da
Criança da Universidade do Minho:

Peter Hurst fez uma caracterização dos perigos que o trabalho agrícola acarreta para as crianças, caracterizou o trabalho agrícola no âmbito de uma análise mais circunstanciada dos conceitos de trabalho infantil, de piores formas de trabalho infantil e de actividade económica das crianças. Considerou que o trabalho

infantil ocupa 70% das crianças, identificadas estatisticamente como tendo actividades económicas associadas à exploração em todo o mundo e anunciou também o programa de intervenção da OIT, em particular o programa centrado no dia 12 de Junho, Dia Mundial Trabalho Infantil, este ano dedicado à agricultura.

Daríamos agora a palavra à próxima comunicante, que é Paula Monteiro do

PETI. A Paula Monteiro é uma socióloga, formada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, há vários anos tem vindo a trabalhar no âmbito da intervenção, sobretudo no diagnóstico e investigação do trabalho infantil. Actualmente é técnica do PETI, antes disso esteve no SIETI, onde teve um trabalho fundamental de coordenação técnica quer do primeiro, quer do segundo inquérito nacional ao trabalho infantil.

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL



Jovem do PIEF da Moita



Paula Monteiro

Técnica Superior do PETI

Bom dia a todos. A minha apresentação vai incidir sobre a exposição de alguns dados estatísticos acerca do fenómeno do trabalho infantil na agricultura em Portugal. Convém desde já alertar para o facto de que a realidade em Portugal, é uma realidade diferente da apresentada por Peter Hurst, tem evidentemente especificidades distintas, porque estamos também num contexto distinto.

A minha apresentação vai focar essencialmente três estudos que foram realizados em Portugal, dois de quantificação e caracterização do fenómeno, um realizado em 1998 e outro em 2001 e outro que foi um estudo exploratório realizado pelo SIETI após, termos tido acesso aos resultados de 1998 que nos mostraram que a maior incidência de trabalho infantil se situava no sector da agricultura. Assim, realizamos esse estudo exploratório no sentido de averiguar e de aprofundar alguns indicadores, que não nos era possível aferir da análise dos resultados do grande inquérito que foi feito em Portugal, uma vez que faltavam alguns indicadores mais específicos e de pormenor só para este sector de actividade.

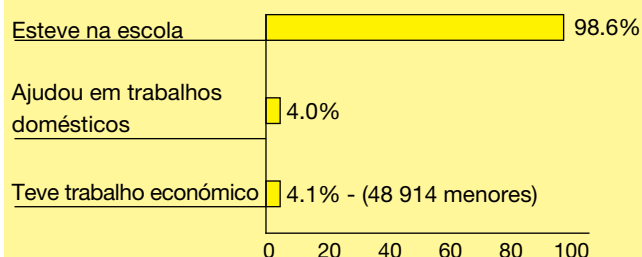
Antes de mais, gostaria de partilhar convosco algumas considerações acerca do conceito de trabalho infantil. Há, de facto,

uma grande ambiguidade quando falamos de trabalho nas explorações agrícolas e quando falamos de trabalho familiar, esta ambiguidade relaciona-se com a comparação que se faz entre este tipo de trabalho e o processo de aprendizagem e de socialização. Decorrente deste enquadramento, o número de menores com diagnóstico efectuado pelos técnicos do PETI no Sector da Agricultura foi de 181 menores em 2005 e 99 menores em 2006, o que representa um valor pouco significativo face ao número total de sinalizações feitas ao PETI.

Para que não existisse ambiguidade, e uma vez que nós queríamos fazer uma quantificação rigorosa, e para isso contamos com a colaboração da OIT e o do Instituto Nacional de Estatística, optou-se por quantificar a actividade económica, ou seja, o que vai ser aqui apresentado é aquele grande primeiro grupo, que foi referido pelo Peter Hurst, das crianças economicamente activas, sendo que depois vou fazer um refinamento dos dados para apurar o trabalho infantil.

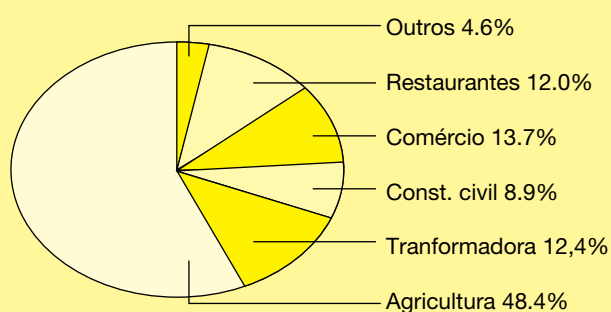
O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

Peso de cada situação verificada para os menores na semana de referência



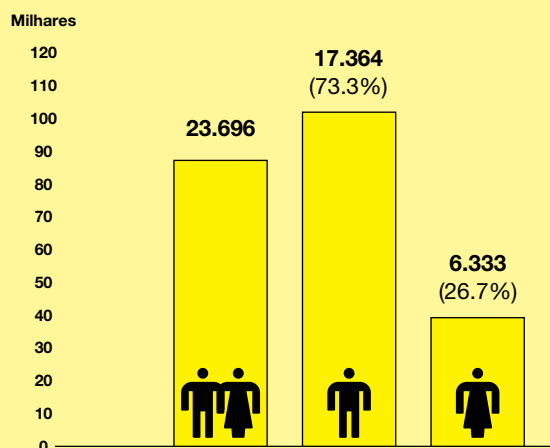
Relativamente ao Inquérito ao Trabalho Infantil realizado em 2001, o panorama geral era que a maior parte das crianças encontravam-se na escola, 4% ajudou em trabalhos domésticos e 4,1% realizaram trabalho económico, o que correspondia a cerca de 48 000 crianças. Dessas 48 000 crianças na distribuição pelos sectores da actividade económica vemos que de facto a maior parte dos menores com a prática de uma actividade económica centrava-se na agricultura, 48,4%. O que eu vou apresentar a partir de agora são os valores relativos a essa incidência na agricultura.

Menores com actividade económica por sectores de actividade



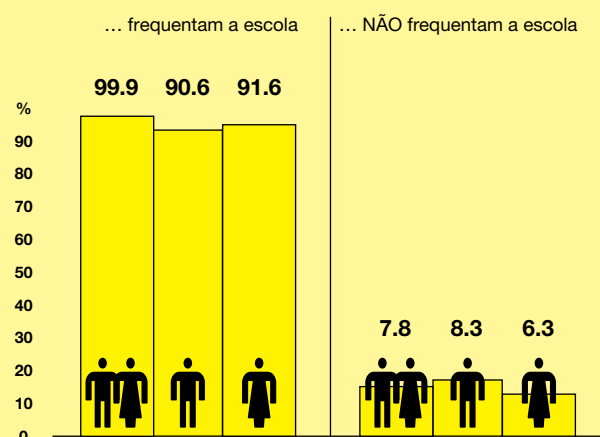
No que diz respeito aos menores que trabalhavam no sector da agricultura, verificamos que estavam nesta situação 23 696 menores, ou seja, 23 696 menores referiram que nessa semana de referência tinham desempenhado uma tarefa, de pelo menos uma hora, neste sector.

Menores com actividade económica no sector da Agricultura por sexo



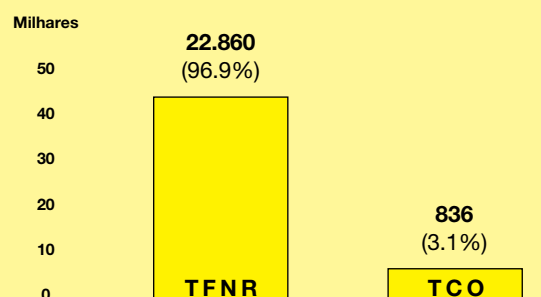
Quanto à distinção por género, verificamos que o papel produtivo é assumido predominantemente pelos rapazes e que as raparigas são remetidas mais para a esfera privada da casa. Se estivéssemos a apresentar o trabalho não económico, ou seja, as tarefas de ajuda doméstica, este gráfico seria o oposto, ou seja, as raparigas ajudam mais em casa, nas tarefas de cuidar da casa, cuidar dos irmãos e os rapazes mais nesta ajuda nas tarefas agrícolas. No que diz respeito à frequência escolar, no âmbito geral do inquérito, 98,6%, ou seja, a maior parte dos menores estava a frequentar a escola, a taxa de abandono escolar era de 1,4%, no que diz respeito ao afinamento, agora para menores com actividade económica na agricultura, verificamos que a taxa de abandono é superior, ou seja, há mais abandono quando há uma prática de actividade económica.

Menores com actividade económica na Agricultura que...



Gostava, no entanto, de salientar que a incidência do abandono escolar no sector agrícola, acompanha a incidência de abandono escolar para quem pratica uma actividade económica, não é maior, até é um pouco menor se comparada com outros sectores de actividades onde a situação do abandono escolar era bastante mais grave, como o sector da indústria em que abandono atingia os 30%, ou o da construção civil, onde o abandono atingia os 38%.

Menores com actividade económica na Agricultura por situação perante o trabalho

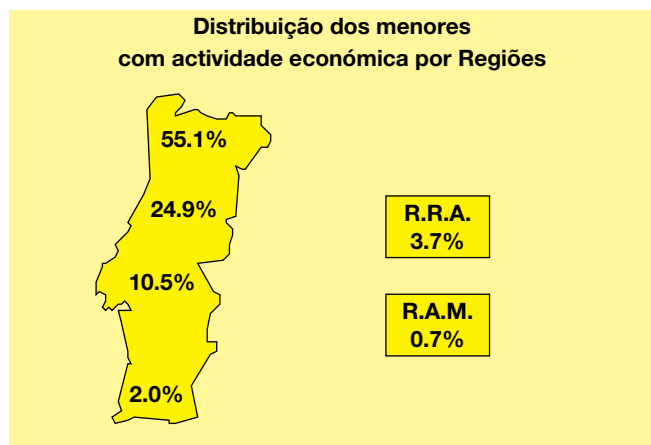


A maior parte dos menores eram trabalhadores familiares não remunerados, o que está intimamente associado a outro indicador, nomeadamente o local onde desempenhavam essas tarefas: em explorações agrícolas pertencentes ao próprio agregado familiar. No que diz respeito aos trabalhadores por conta de outrem, muitas vezes não estamos a circunscrever o

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

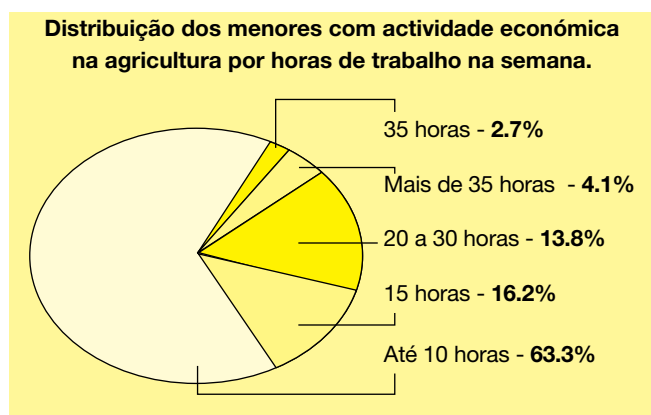
desempenho de uma actividade em empresa, mas, sim, eles nos terem referido que receberam algum dinheiro, ou alguma compensação em géneros, aí passavam automaticamente para a categoria de trabalhador por conta de outrem, mesmo que fosse para a família.

No que diz respeito à distribuição dos menores por idades, vemos que a maior incidência é no grupo dos doze aos quinze anos. No entanto, verificamos também que há uma maior incidência de trabalho em idades mais precoces como os 7, 8 ou 9 anos se compararmos com outros sectores, isto relaciona-se muito com o tipo de tarefas que são executadas, com o tipo de ajuda que é prestada e que começa bastante cedo, dentro daquele contexto cultural onde se percebe a ajuda como processo de aprendizagem e de socialização.



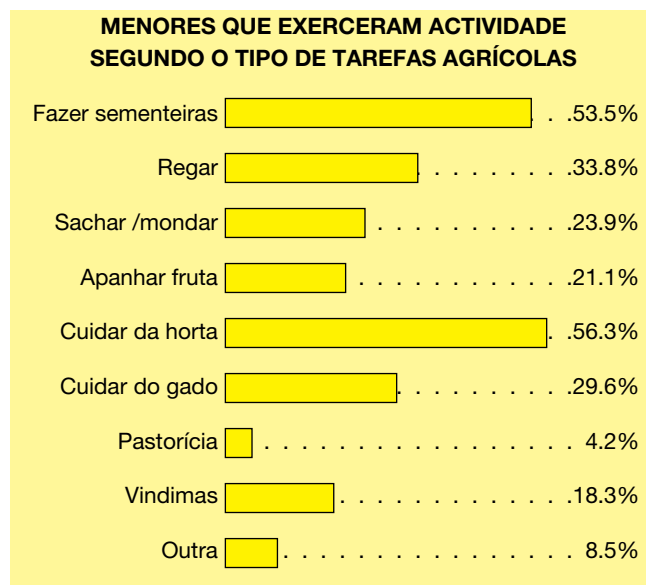
Na distribuição dos menores com actividade económica por regiões, vemos que a maior parte do trabalho infantil se situa na região Norte e Centro e o sector agrícola segue esta tendência geral, a maior parte do trabalho infantil no sector da agricultura situava-se na Região Norte.

Se atendermos agora ao ritmo e intensidade do trabalho, na distribuição dos menores, com actividade económica na agricultura, por horas de trabalho na semana, verificamos que cerca de 80% trabalhavam menos de quinze horas.



O que é que isto significa? Significa que seguindo o afinamento que foi proposto pela OIT, na obra Every Child Counts, teríamos que retirar cerca de 80% dos menores, uma vez que até às quinze horas semanais de trabalho familiar não remunerado, eles não teriam sido contabilizados, assim dos 23 696, ficaríamos com 4 739 menores em situação de trabalho infantil no sector da agricultura, tendo que ser este o objecto das medidas e políticas com vista à sua abolição.

De seguida irei apresentar um estudo exploratório que foi realizado tendo como ponto de partida estes resultados. Foi um estudo realizado na Região Norte onde havia a maior incidência de trabalho na agricultura. Mais precisamente na NUT III Tâmega, nomeadamente nos concelhos de Amarante, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Marco de Canavezes, Baião e Castelo de Paiva. Tinha como objectivo caracterizar o trabalho de menores numa actividade económica definida – a agricultura – e verificar a sua relação com a manutenção de formas de gestão tradicionais das explorações agrícolas. Por exploração agrícola entende-se qualquer tipo de Superfície Agrícola Utilizada, que podem ser: terras aráveis, culturas permanentes, pastagens permanentes e a horta familiar.



Outro grande objectivo era o de distinguir o trabalho realizado na agricultura em contexto familiar ou fora do contexto familiar, pretendíamos verificar onde é que existia a maior incidência e que características assumiam num e no outro caso.

Procedemos à caracterização do trabalho dos menores no que se refere ao contexto, ritmo, condições de trabalho, intensidade e partimos de algumas premissas teóricas que depois, quase todas vieram a ser corroboradas, para lançar as nossas hipóteses de trabalho. Uma das quais era a de que muitas explorações agrícolas da região norte, sobretudo as mais pequenas, não estavam a conseguir sobreviver às profundas mudanças vividas nos mercados agrícolas.

O Norte é um mundo envelhecido, com grandes carências de instrução e de formação. A norma é a manutenção de formas tradicionais de gestão com o cultivo da terra por conta própria e a utilização intensiva da mão-de-obra familiar.

Neste contexto, verificamos que a maior parte dos representantes do agregado familiar dos menores que trabalhavam na agricultura tinha níveis de habilitações literárias extremamente baixos, 11,7% não possui qualquer grau de ensino, quase 90% têm apenas a 4ª classe. A maior parte dos representantes da família trabalha e, no que respeita aos sectores de actividade verificamos que estes seguem a estrutura de trabalho da região norte que representa uma especialização produtiva, avaliada pelo emprego pouco diversificado, em sectores como a construção civil, a agricultura, a têxtil e o comércio a retalho.

Atendendo à idade do responsável e para verificarmos se existiam tendências de reprodução social, a verdade é que a maior parte dos representantes da família também começaram a trabalhar muito cedo.

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

No que diz respeito aos menores, a maior parte deles, independentemente de realizarem tarefas de ajuda familiar ou de realizarem um determinado trabalho agrícola, andavam na escola, os que abandonaram a escola referiram-nos como principal motivo para o abandono da escola, o não gostarem da escola. Não relacionaram esse abandono com a prática das actividades no sector agrícola.

A distribuição por idades salienta uma maior incidência nos menores com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos de idade. Não existe uma diferenciação significativa entre os dois sexos.

Agora no que diz respeito à natureza e ao tipo de trabalho, estamos perante o desenvolvimento de actividades sazonais, quando questionados acerca do que fizeram no último ano, ou seja, em que meses do ano é que eles ajudaram nas tarefas agrícolas, a maior parte referiu Setembro e Outubro, que coincidia, naquela região com as vindimas; o Junho, Julho e o Agosto quando se prepara os campos para determinadas culturas e quando se fazem as sementeiras para determinadas culturas como a batata, o milho e o feijão.

No que diz respeito ainda ao tipo de trabalho, a maior parte dele é um trabalho não qualificado. As tarefas realizadas mais referidas foram: o cuidar dos animais, fazer sementeiras, o regar, o sacheir, o mondar. Quanto à remuneração, a maior parte dos menores são trabalhadores familiares não remunerados.

As actividades desenvolvidas pelos menores estão inseridas, no âmbito de uma agricultura de subsistência. Aferimos isto porque a maior parte dos bens produzidos eram para auto consumo; nenhum menor referiu que trabalhasse numa exploração agrícola onde os produtos fossem exclusivamente para vender.

Entre o principal motivo referido pelo menor para o facto de desenvolver actividades agrícolas os mais assinalados foram a vontade de ajudar alguém e a necessidade de ajudar.

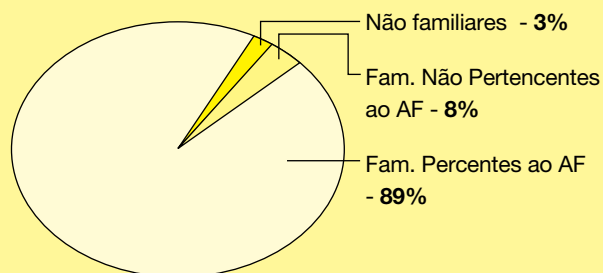
MENORES QUE EXERCEM ACTIVIDADE SEGUNDO AS HORAS DE TRABALHO SEMANAL

Menos de 5 horas	60.6%
Entre 5 a 15 horas	26.8%
Entre 16 a 21 horas	8.5%
Entre 22 a 35 horas	4.2%

No que diz respeito ao ritmo, intensidade e duração, seguindo a tendência geral do inquérito nacional, voltamos a verificar que a maior parte do trabalho tem uma carga inferior às quinze horas semanais e os dias em que mais trabalhavam eram o sábado e o domingo. A maior parte dos menores não participa em actividades agrícolas antes de ir para a escola.

No que diz respeito à higiene e segurança no trabalho, nós averiguamos que cerca de 60% utiliza e manobra no seu trabalho com máquinas e produtos agrícolas. Apesar de se falar do contacto das crianças com os pesticidas em lavouras, apenas 2,5%, um valor, não negligenciável, mas residual, referiu ter mexido alguma vez em pesticidas ou herbicidas. Já no que diz respeito à utilização de equipamentos de protecção, que são de extrema importância para evitar acidentes, apenas 11% refere que utiliza equipamento de protecção.

MENORES QUE EXERCEM ACTIVIDADE SEGUNDO DE QUEM É O LOCAL DE TRABALHO



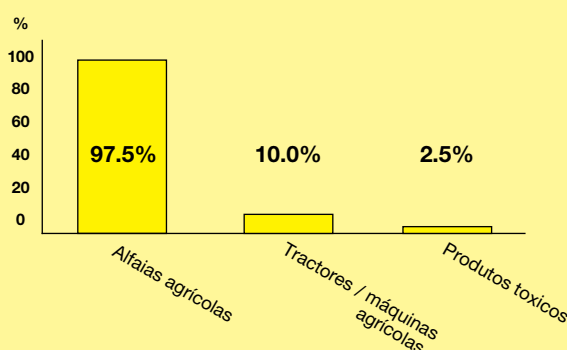
A maior parte trabalha em explorações agrícolas familiares, ou seja, face às premissas teóricas e às hipóteses que lançámos, chegamos à conclusão que, de facto, há uma associação entre o facto do menor trabalhar no sector agrícola e a posse de terra.

A forma como o pai ou a mãe percepcionam o facto do menor ajudar nas tarefas agrícolas poderá ser um dado importante, para compreendermos a existência de ciclos de reprodução social e de manutenção de determinadas formas de ajuda familiar. De facto, a maior parte concordam com o facto do menor ajudar nas tarefas agrícolas. Concorda por duas ordens essenciais de motivos, os primeiros culturais, os segundos económicos. Culturais porque referem que têm uma grande vontade em que os menores aprendam a lidar com a terra para que aprendam a lidar com aquilo que vai ser o seu património. Motivos económicos que se relacionam com a indisponibilidade de arranjam trabalhadores que fizessem esse tipo de actividades, ou seja, pura e simplesmente não existem, e alguns referem que mesmo que existisse não teriam dinheiro para lhes pagar.

Relativamente ao futuro que perspectivam para os menores, chegamos à conclusão que uma parte perspectiva apenas a escolaridade obrigatória para os filhos e uma inserção mais rápida possível no mercado de trabalho. A maior parte dos menores concorda com o facto de ter que ajudar e 85% referiram que gostam, gostam porque gostam das actividades, gostam do contacto com a natureza, gostam do tipo de tarefas que são desenvolvidas e gostam de ajudar os familiares e os vizinhos nas tarefas agrícolas.

No que respeita à utilidade futura, quando perguntamos se eles acham que vai ter alguma utilidade futura ajudarem desde cedo na agricultura, nas tarefas agrícolas, a maior parte disse-nos que sim, que iria ter utilidade futura. Mas, quando perguntamos se eles gostariam de ter esse como seu sector de actividade

MENORES QUE EXERCEM ACTIVIDADE POR TIPO DE MÁQUINAS E PRODUTOS UTILIZADOS



O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

principal, a maior parte diz que não, ou seja, 91% dizem que não gostariam de vir a ser agricultores, o que demonstra a fraca atractividade deste sector para os jovens.

A maior parte deles destaca profissões que também não são propriamente profissões que demonstrem grandes ambições, um grande número referiu que queria ter profissões manuais, nomeadamente serem pedreiros, calceteiros, carpinteiros, electricistas, cabeleireiras.

A título de conclusão podemos afirmar que estamos perante um fenómeno estrutural. Se estes estudos fossem realizados hoje, provavelmente as conclusões não seriam muito diferentes, as taxas de incidência não seriam muito diferentes, os contextos, os ritmos, a natureza e o tipo de trabalho não seria muito diferentes. A agricultura continua a ser o principal sector de actividade onde trabalham jovens em Portugal; as actividades agrícolas são exercidas maioritariamente por rapazes e os grupos etários situam-se entre os doze e os quinze anos.

A quase totalidade dos menores é trabalhador familiar não remunerado, trabalha em explorações agrícolas pertencentes ao próprio agregado familiar.

Trata-se do desenvolvimento de actividades no âmbito de uma economia familiar de subsistência, onde a maior parte da produção é, de facto, para auto consumo. Há o predomínio da pequena agricultura familiar com fracas relações de mercado.

No que diz respeito ao ritmo e intensidade no desenvolvimento dessas actividades podemos caracteriza-las como leves, raramente ultrapassam as 15 horas semanais, são pontuais, uma vez que não se realizam todos os dias e são sazonais, ou seja, incidem predominantemente em determinados meses do ano.

Muito obrigada.

Manuel Sarmento,
Professor do Instituto de Estudos da
Criança da Universidade do Minho:

Este estudo nacional, que é sobretudo um estudo de casos permite caracterizar as formas de actividade agrícola das crianças, portanto em meio rural, não se trata propriamente de trabalho infantil, no sentido conceptual que foi aqui trazido pelo Dr. Paulo Bárcia, da OIT, trata-se de menores de facto com actividade económica, alguns dos quais têm uma actividade económica considerada tolerável à luz do enquadramento jurídico, nacional e internacional. No entanto, há

várias características que são interessantes neste estudo, designadamente a relação entre as dimensões económicas e culturais no acesso ao trabalho, o gosto das crianças pelo trabalho associado a baixas expectativas, designadamente a baixas expectativas, no que respeita à mobilidade social e portanto as crianças desejam ser fundamentalmente assalariadas, o que significa que o trabalho funciona aqui também como meio de socialização para o assalariamento.

Questões essas que serão também objecto de tratamento e confrontação com as análises que são feitas pelos outros

intervenientes nesta mesa e porque nos convém realmente guardar tempo para o debate, eu vou dar a palavra ao próximo interveniente, João Machado, que é o presidente da confederação dos agricultores de Portugal, CAP, desde 1999 (mil novecentos e noventa e nove), nesse quadro e aliás ainda antes disso pertence ao Conselho Permanente de Concertação Social, Conselho Económico e Social, e é também um empresário agrícola, ligado fundamentalmente à produção, vitivinícola.



João Machado

Presidente da CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

Bom dia a todos caros colegas. Em primeiro lugar queria dizer-lhes do gosto que tenho de estar aqui convosco hoje e agradecer o convite que o PETI e a OIT me fizeram.

E devo dizer-lhes que estou aqui convosco com muito gosto e também com sentido de responsabilidade pela posição que a CAP ocupa na agricultura nacional, porque se não fosse isso, deveria estar no mesmo lugar em que o Sr. Secretário de Estado está, com o Ministro do Trabalho a discutir o novo livro verde sobre legislação laboral no Conselho Permanente de Concertação Social com os outros parceiros sociais e a tão falada flexi-segurança.

No entanto, eu acho que esta matéria é, do meu ponto de vista, para a CAP e para os agricultores portugueses, mais importante do que a flexi-segurança, e eu terei muitas oportunidades de discutir isso com os meus colegas da concertação social e com o Sr. Ministro e por isso fiz-me representar lá, ao contrário do Sr. Secretário de Estado, e optei por estar aqui convosco hoje e vou-vos tomar um bocadinho do vosso tempo para conversar e raciocinar sobre esta matéria. Os meus serviços da CAP, que funcionam muito bem, prepararam-me uma apresentação em powerpoint, mas vamos esquecer a apresentação, eu quero conversar convosco e quero sobretudo captar a vossa atenção para duas ou três coisas importantes, dizendo-lhes de viva voz, aquilo que sinto e, sobretudo, tentando colocar uma tônica ligeiramente diferente da que tem sido colocada até agora, que é uma tônica de números e de análise de estatísticas.

Vamos pensar um bocadinho na agricultura, esta é uma realidade, os números foram dados, são inquestionáveis, vamos pensar na agricultura nacional, vamos pensar na agricultura europeia, que não é igual à nacional, mas tem as mesmas regras, e vamos pensar na agricultura mundial, como o Peter há pouco falou, que é objecto desta preocupação de empregar mão de obra infantil, que deveria estar a fazer outras coisas, no mundo inteiro. O Peter, há bocado referiu que há uma organização internacional dos agricultores, das confederações de agricultores, que é a FIPA, em português, a IFAP em inglês, da qual a CAP faz parte, e que tem reuniões mundiais todos os anos, para analisar determinado tipo de matérias. Esta é uma das matérias que nós analisamos na FIPA. A FIPA compreende mais de cento e cinquenta países com as suas confederações de agricultores, abrangendo realidades muito distintas entre si e nós acabámos de ver a caracterização mundial disso mesmo.

Aliás, já agora, tenham presente uma coisa, que é muito relevante quando se fala em agricultura, o Peter disse e muito bem, que é uma actividade económica extraordinariamente importante no mundo inteiro e muitas vezes nós, nesta sociedade mais

moderna, urbana, temos a tentação de desvalorizar a agricultura, a agricultura alimenta o mundo, não há outra maneira de sobrevivermos se não forem os agricultores e, portanto, nessa matéria, muitas vezes as sociedades actuais, que desvalorizam o trabalho agrícola, deveriam ter um pouco de mais respeito, não pelos agricultores portugueses aqui em particular, mas por todos os agricultores mundiais.

Eu dou-lhes um número, que é um número que normalmente nós utilizamos na FIPA para colocar as coisas logo num patamar elevado de discussão. No mundo morrem cerca de 40.000 pessoas por dia, com fome, 40.000 pessoas por dia, metade destas pessoas são crianças com menos de doze anos.

Estamos entendidos sobre qual é a função principal da agricultura mundial que é alimentar o mundo, há gente com fome que precisa de alimento.

Felizmente não é esse o caso português, o caso português é o de uma agricultura que evoluiu muito nos últimos anos, é uma agricultura difícil porque se faz com condições, que não são as melhores, os terrenos portugueses não são os melhores do mundo, nem são os melhores da Europa, e sobretudo faz-se com grandes atavismos, isto é, nós herdamos uma situação de antes do 25 de Abril, que tinha na agricultura o sustentáculo de uma economia e de um modelo de sociedade, durante muitos anos, depois tivemos uma reacção e uma reforma agrária, todos bem se lembram disso e não tivemos a coragem política de fazer algumas adaptações necessárias.

Aderimos à União Europeia e à política agrícola comum, mas as raízes dos nossos problemas continuaram as mesmas, e é isto que eu quero discutir hoje aqui convosco, e também o problema do trabalho infantil.

O problema do trabalho infantil na agricultura portuguesa, não é de facto, hoje em dia, grave... Claro que tem que haver mais fiscalização, claro que, como todos verificaram, existe na pequena propriedade do interior e do norte do país, claro que todos verificaram que há baixos níveis de qualificação, claro que todos verificaram que os dados dizem que a população activa agrícola portuguesa, está envelhecida, mais de 50% dessa população tem mais de cinquenta anos, e tem menos do que a quarta classe antiga, portanto nós estamos a falar de uma realidade, que ainda não mudou, e que a sociedade que nós temos hoje aqui em Lisboa, não olhou, não criando as condições para essa agricultura se poder reformar.

A primeira coisa que eu queria afirmar é que não há uma agricultura portuguesa, há várias agriculturas portuguesas. Sobre tudo há uma agricultura, esta de que acabámos de falar, que é

sinónimo de uma parte do país, e que tem problemas sociais e outros problemas que já vamos analisar. Depois há agriculturas empresariais, dinâmicas, onde nós não temos que ter vergonha. Muitas vezes não dizemos publicamente, mas somos dos melhores do mundo, só para lhes dar um exemplo (não são agricultores e portanto não sabem), nós temos ... em termos tecnológicos, por hectare, em termos de produção, por todos os raios, a melhor produção de milho do mundo, muito mais alta que a dos Estados Unidos, mais alta que todos os outros nossos parceiros europeus, mais alta que os nossos colegas espanhóis. No tomate somos líderes mundiais, não em quantidade, mas em termos de produtividade por hectare e por produtor. Na beterraba, uma cultura nova, conseguimos evoluir ao longo de dez anos e estamos hoje num patamar de optimização, que é também dos melhores da Europa. Portanto, nós temos duas agriculturas, nesta agricultura de que lhes acabei de falar, que é a agricultura competitiva, não há trabalho infantil, aliás não há trabalho, porque ... é uma das questões que eu tenho de resolver todos os dias com o Ministério do Trabalho, é que, apesar de haver desemprego em Portugal, não há ninguém que queira trabalhar nesta actividade.

E hoje não estamos a falar de trabalho braçal, trabalho pesado, esta agricultura é tecnologicamente desenvolvida, os tractores, só para terem uma ideia, têm cabine, ar condicionado, cds, direcção assistida, têm muito mais do que aquilo que os vossos automóveis têm, é tudo fácil num tractor.

Quando falamos em colheitas, as máquinas de apanhar tomate, as máquinas de apanhar batata, as máquinas de vindimar, as máquinas de apanhar azeitona, estamos a falar da tecnologia mais avançada, estamos a falar de computadores, e estamos a falar de um nível de salários que vocês nem podem calcular, porque na agricultura ninguém paga o salário mínimo nacional, ninguém. Ou não se pagam salários, naquela agricultura, ou quando se pagam salários são quatro vezes o salário mínimo nacional e portanto, sejamos claros nesta matéria.

Nós temos duas realidades distintas e estas realidades estão distantes porquê? É por isso que nós numa, temos trabalho infantil e temos muitos outros problemas e, na outra, não temos. O que é que faz com que estas duas realidades estejam tão distantes uma da outra?

Esta segunda que acabei de vos falar é economicamente sustentável, estamos a falar de empresas que dão lucro, que pagam impostos, que pagam aos seus funcionários e que estão no mercado, nas outras estamos a falar de agricultura de subsistência, não estamos a falar de tecnologia ... Como é que se pode falar de inovação de tecnologia, de experimentação com agricultores. E a CAP faz muita formação profissional, apesar disso, em todo o país, com agricultores que têm cinquenta e cinco, sessenta anos, menos do que a quarta classe?

O trabalho infantil, já começámos a entrar um pouco mais dentro do problema, é um problema social e porque é que a agricultura no norte, nestas regiões que foram analisadas e no interior centro, é menos economicamente viável?

Em primeiro lugar, porque é aí que a propriedade é mais pequena em Portugal, a dimensão da propriedade é fundamental, e nós ficámos com um atavismo (permitam-me que partilhe convosco isto, eu digo isto em muitos fóruns), que veio depois da reforma agrária. É que aqui em Portugal os bancos podem ser grandes, podem fundir-se, as companhias de seguros também, as empresas podem ser multinacionais, mas um agricultor que tem mil hectares, é latifundiário e é um malandro... A maior empresa agrícola portuguesa, a maior de todas, é do Estado, todos vocês ouviram falar, é a Companhia das Lezírias, está na zona mais rica do país, tem vinte mil hectares, cem trabalhadores, e factura dez milhões de euros por ano, é uma empresa de vão

de escada, em termos de dimensão, mesmo em Portugal, e é a maior empresa agrícola do nosso País e portanto, enquanto não nos convenceremos de que a propriedade tem que ser maior para ser auto sustentável, não teremos empresários agrícolas, não teremos inovação e desenvolvimento, seguramente que os filhos dessas pessoas não irão à escola ou irão desta maneira que vocês ouviram falar e vão ajudar nas tarefas de casa e trabalhar na exploração.

A primeira coisa que há a fazer é não ter medo de encarar a realidade, que é uma realidade social e causa abandono do centro e norte do país, em termos de explorações agrícolas e que nós fingimos que não existe, precisamos de reestruturar a propriedade agrícola.

Primeira questão, a propriedade tem que ser maior. Dou-lhes mais dois exemplos, aqui na nossa vizinha Espanha a dimensão média da propriedade era vinte hectares. Há sete anos, em 2000, eu tive ocasião de ir, convidado pelos nossos colegas espanhóis, na altura em que se discutia o terceiro quadro comunitário, a uma sessão em Madrid para o Primeiro-Ministro, da altura Aznar, anunciar qual era a prioridade desse quadro comunitário.

A prioridade em Espanha sabem qual foi? Aumentar a dimensão média da propriedade para a média europeia, que era exactamente o dobro da média espanhola. Em sete anos, a Espanha com os fundos comunitários já fez isso, já está em 40 hectares, Portugal passou nos últimos sete anos de 9,2 hectares para 11 hectares e unicamente pelo abandono daqueles que não querem cultivar. E portanto, como quem abandona são os mais pequenos, a terra é a dividir por menos, portanto aumenta a dimensão da exploração.

Não há nenhuma política de aumento da exploração agrícola em Portugal. E, enquanto não houver uma política activa para as explorações agrícolas serem sustentáveis economicamente, nós não evoluiremos nesta estrutura social de que acabámos de falar, e também no trabalho infantil.

E não é preciso obrigar a nada, é preciso dar incentivos, é preciso dizer que os fundos comunitários vão facultar esta possibilidade, mas é preciso, por exemplo, fazer uma coisa que em Portugal nós todos temos medo, que é mudar a lei sucessória. Nós já dissemos isto aos vários governos, várias vezes, não há nenhum país europeu que tenha a lei sucessória como Portugal tem em relação à terra. A lei sucessória portuguesa obriga praticamente a que a terra seja dividida por todos os filhos, enquanto nos outros países europeus, na Alemanha, em França, há mecanismos de compensação, mas a terra tem que ficar unida, e portanto, não vale a pena também falar em emparcelamento, quando se emparcela numa geração e na geração a seguir se divide por quatro, estragou tudo, gastou dinheiro, perdeu tempo.

Dito isto, deixem-me fazer mais duas ou três considerações e depois concluir, para não vos maçar mais e fico depois à vossa disposição.

Há uma questão fundamental quando falamos de trabalho infantil, quando falamos de problemas da terra. Não há nenhum país evoluído que não gaste dinheiro com a sua agricultura. É um sinal de atavismo nós acharmos que podemos prescindir da agricultura, os Estados Unidos são um país evoluído e é o país que mais gasta, per capita, com os seus agricultores, porque percebe que sem agricultura não há povoamento do território, porque as pessoas ficam nas cidades, há problemas sociais incommensuráveis, não há coesão nacional. Mas, mais grave do que isso, e mais moderno do que isso, não há água pura, porque a água nasce nos campos e quem toma conta da água de todo o mundo são os agricultores, não há políticas de ambiente, porque não há agricultores.

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

Não há floresta, voltando a Portugal, estamos a falar de 80% do território nacional, estamos a falar de sete milhões de hectares, três milhões e meio de hectares agrícolas e três milhões e meio de hectares, estou a falar-lhes de números gordos, de floresta.

Estamos a falar de um milhão de pessoas que está a povoar e a fazer viver estes 80% do território nacional. Estamos a falar portanto de um décimo da população e de 80% do território nacional, e o que nós temos que perguntar a nós próprios é se esta sustentabilidade, as novas políticas por exemplo dos bio-combustíveis, o Protocolo de Quioto, etc., não merecem da sociedade um olhar sério para esses 80% do território, e para este milhão de pessoas que ainda lá vive.

E se não merecem dos políticos, embora não tenham os votos que estão nas cidades, uma análise mais profunda e mais séria para não termos mais problemas nas cidades, como estamos a ter todos os dias, para podermos ter, por exemplo, uma coisa que não se fala hoje em dia, mas é uma reserva estratégica de alimentos, que é tão importante como uma reserva estratégica de água.

Deixem-me dizer-lhes, só para perceberem, há uma Agência de Segurança Alimentar Europeia que tem um conselho de administração onde estão representados todos os países europeus, eu sou o administrador português, sobre segurança alimentar, posso-lhes garantir que sei daquilo que estou a falar.

A segurança alimentar na Europa é das melhores do mundo. E todos os dias nós ouvimos falar de problemas de segurança alimentar, demonstra que o nosso sistema é bom, porque quando se fala deles, e eles existem em todo o mundo, demonstra que o sistema de segurança alimentar existe. Quando se fala das vacas loucas, ou da BSE como quiserem, quando se fala da febre aftosa, da brucelose, ou da gripe das aves (a gripe das aves matou na Ásia, mas na Europa foi controlada, todos nós sabemos cada vez que aparece uma avezinha morta, vai-se analisar a correr...) e, portanto, uma reserva estratégica de alimentos com segurança alimentar, produzidos dentro da Europa, sob as nossas normas, é fundamental, porque quando acontecer um problema no resto do mundo, se não tivermos uma reserva estratégica de alimentos, isto é, se não houver agricultores na Europa que produzam sob as nossas regras, não podemos fechar a fronteira porque morreremos de fome, ou temos que importar comida, que nós não sabemos como é que é produzida

Até por uma questão de bom senso, era bom que os governos olhassem para a agricultura de outra maneira. Portanto o que eu vos queria dizer é que o mais fácil de tudo, é dizer acabe-se com a agricultura. O mais difícil é nós sabermos balancear estas coisas, evitar o trabalho infantil, resolver os problemas agrícolas da Europa e termino dizendo, os nossos políticos europeus, todos falam em produzirmos na agricultura a preços competitivos.

Para dentro da Europa e para fora da Europa, eu queria dar-lhes mais dois números para perceberem. No 25 de Abril, uma família portuguesa gastava em média 60% do orçamento familiar para comer, hoje as famílias portuguesas gastam menos de 30% do orçamento familiar para comer.

Nos países desenvolvidos da Europa, nomeadamente nos países nórdicos, estamos no limiar dos 10%. Há países abaixo dos 10%. O que quer dizer que comprimindo os preços permanentemente, com tudo o resto a aumentar, nós esticamos a corda e chega um momento em que não há segurança alimentar e não há possibilidade de haver produção alimentar e portanto, sejamos claros nesta matéria, nós queremos que o dinheiro sobre para tudo o resto, mas não pensamos naquilo que é o mais importante, que é a nossa alimentação e quando dizemos ainda por cima, aos agricultores europeus, sejam competitivos a nível mundial, eu digo, em todos os fóruns onde vou, nós não podemos ser competitivos a nível mundial e eu não quero ser competitivo a nível mundial, porque ser competitivo a nível mundial, quer dizer não ter quarenta horas de trabalho semanais, quer dizer, não ter segurança social, quer dizer não ter onze meses de trabalho e catorze meses de ordenado, mas quer dizer, ter trabalho infantil, porque muitos dos produtos agrícolas, produzidos no mundo inteiro, que são competitivos, têm trabalho infantil, a outro nível que nós não temos na Europa, eu não quero ser competitivo a nível mundial e portanto não aceito que a Comissão Europeia, que os governos ao nível da organização mundial de comércio, negoceiem os preços agrícolas como moeda de troca de tudo o resto que querem exportar da Europa para os outros países do mundo, isto é, todos os países podem exportar para a Europa, os produtos que não têm segurança alimentar, que têm por exemplo trabalho infantil, aos preços a que os produzem, competindo com os preços europeus, para nós exportarmos Mercedes e outras coisas.

Ora isto, não é aceitável meus amigos, obviamente que a Inspeção Geral de Trabalho deve funcionar e não deve permitir que exista trabalho infantil; mas enquanto nós não resolvermos os problemas de base e políticos que estão subjacentes e estas questões, não resolveremos nem o problema do trabalho infantil, nem o problema de uma Europa coesa, com coesão social e povoamento do território.

Muito obrigado.

Manuel Sarmento,
Professor do Instituto de Estudos da
Criança da Universidade do Minho:

João Machado enquadrou o trabalho infantil na agricultura no quadro mais geral da realidade agrícola em Portugal.

Nesse sentido, falou na heterogeneidade das formações agrícolas no país e

dos seus respectivos contextos sociais e apontou soluções que passam pela modernização da agricultura viabilizadas através de medidas que enunciou, mas no quadro da salvaguarda da coesão social e do modelo social europeu.

Dou a palavra então de seguida a Maria Filomena Teixeira, que é técnica do

Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, actividade na qual tem realizado pesquisa, investigação e também formação, quer formação à distância, quer formação presencial, designadamente em ligação com os PA-LOPS. É também a representante deste Instituto no Comité Internacional para a Prevenção na Agricultura.



Filomena Teixeira

Técnica ISHST – Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

As crianças na Agricultura

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

A agricultura é, sem dúvida, o sector de actividade onde a presença de crianças é mais constante.

Por esta razão, é claro que, quer queiramos ou não, todos os actores (empresários agrícolas, trabalhadores, etc.) devem assumir uma importante responsabilidade na segurança dessas mesmas crianças.

Em Portugal, 95% das explorações agrícolas são de natureza familiar.

O trabalho executado por elementos da família reflecte altos índices de participação, embora possa implicar formas menos elaboradas de organização e capacidade técnica, devido a carências de formação escolar e profissional.

É preocupante o facto das crianças e outros membros da família, incluindo os visitantes, serem envolvidos nas explorações agrícolas, e estarem sujeitos a acidentes e doenças que de alguma forma não lhes estão associados.

ANTECEDENTES

Em 1990, com o apoio do CEPFAR, a Direcção Regional de Agricultura do Algarve promoveu uma acção de formação para a segurança dos trabalhadores agrícolas “Melhoria dos Gestos e Posturas do Trabalhador Agrícola com vista a Prevenir Lesões da Coluna Vertebral”, que foi realizada pelo Instituto Nacional de Promoção Superior Agrícola de Dijon.

Neste sentido, o diálogo entre os peritos responsáveis pelo módulo e o grupo de estagiários, tendo como referencial a realidade agrícola portuguesa, resultou numa experiência rica e frutuosa que não tardou a ter, no campo prático, resultados efectivos.

De entre um conjunto de ideias a desenvolver e concretizar, posteriormente ao estágio, constava a hipótese da sua possível aplicação, através de um programa de prevenção de acidentes para crianças das escolas do 1º ciclo do ensino básico.

Uma estratégia de longo prazo que pudesse acompanhar a modernização da estrutura empresarial portuguesa, em particular através da mudança de atitudes em face das condições de execução do trabalho, aconselhava que se dirigissem acções a um grupo específico da população:

- Pelo efeito persuasivo que podiam ter;
- Pelo papel que directamente lhe competiria no futuro e pelos efeitos multiplicadores, através da transmissão de conhecimentos assimilados.

A população jovem é o grupo ideal para este efeito.

Foi com esta base de trabalho que se efectuou uma proposta concreta de elaboração de um módulo pedagógico, adequado às especificidades de uma população constituída por crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos de idade (ensino básico).

A elaboração deste módulo, na óptica do respectivo projecto pretendeu:

- Ir ao encontro de uma das principais preocupações comunitárias e nacionais;
- Ensaia e desenvolver um projecto, que pelas suas características e resultados, pudesse contribuir para uma melhoria concreta da situação;
- Criar novos instrumentos de ensino numa área onde eles são efectivamente escassos;
- Abrir, através dos instrumentos criados, novas possibilidades para o desenvolvimento da prevenção de riscos profissionais;
- Contribuir para uma tomada de consciência colectiva da importância do factor segurança;
- Colaborar na desejável introdução formal desta temática, nos conteúdos pedagógicos de todos os módulos de formação desenvolvidos e aplicados por estas entidades;

- Desenvolver e/ou reforçar o espírito de prevenção na criança e a interiorização de atitudes que viessem a fazer parte de um comportamento social normal;
- Propiciar a adopção consciente de comportamentos correctos e isentos de risco.

Neste âmbito foram realizadas duas acções de formação:

- Uma na área da ergomotricidade e psicomotricidade;
- Outra no domínio da pedagogia fundamental.

Estas acções decorreram nas instalações da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, envolvendo a Escola Superior de Educação de Faro a quem compete, a formação de professores do grau de ensino em apreço.

A sequência destes dois módulos permitiu aos estagiários não só familiarizarem-se com noções técnicas fundamentais de ergomotricidade, como também capacitá-los para formular e avaliar diferentes objectivos pedagógicos, devidamente hierarquizados.

Em Portugal, tem-se vindo a desenvolver parcerias regionais no sentido de dar a conhecer algumas das actividades de carácter pedagógico e lúdico que podem ser desenvolvidas numa exploração agrícola em actividade.

Assim, a constituição de parcerias regionais com associações de agricultores e com as estruturas regionais do Ministério da educação, proporcionam uma participação activa local.

A experiência do envolvimento de uma participação activa local, permite desenvolver conhecimentos e habilidades para melhorar, valorizar os recursos locais e implementar eficazmente uma boa gestão da segurança e saúde no trabalho.

O Ano Europeu da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, encontrou um momento excepcionalmente apropriado para o desenvolvimento de várias acções de sensibilização e a criação de instrumentos de informação e divulgação, realizados por várias entidades, Administração do Estado e Parceiros Sociais.

Neste âmbito, a Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas, de igual modo, desenvolve acções de sensibilização com as associadas, professores e alunos sobre a história da Rosa e do Acácio. Esta história, permite que as crianças aprendam a viver em segurança nos próprios locais de trabalho dos adultos.

O livro é acompanhado por um manual de utilização cujas actividades propostas ao longo do mesmo pretendem ser apenas referências, pontos de apoio, permitindo um mundo de possibilidades a explorar e desenvolver com base na criatividade das crianças e professores que com elas interagem atendendo aos diversos ritmos de aprendizagem, aos seus interesses e necessidades e às características dos seus contextos vivenciais e sócio familiares.

Daí se alertar para a importância de se divulgarem os princípios básicos e as condutas correctas, partindo de situações e vivências próximas das crianças, propondo actividades significativas

inerentes à construção de conhecimentos e saberes, ao seu espírito de curiosidade e descoberta.

A Federação dos Produtores Florestais, tem percorrido as regiões do país de forte incidência florestal, convidando os professores, alunos, pais e associados a participarem em sessões interactivas sobre a história da Maria Resina Pinheiro, abordando a preservação da floresta no âmbito da prevenção contra os fogos florestais e na segurança dos que intervêm nos trabalhos florestais.

No quadro de algumas iniciativas desenvolvidas pelo ISHST, tendo como objectivo a implementação de boas práticas de segurança e o envolvimento das estruturas regionais/rurais (associações de agricultores, serviços regionais de agricultura, educação e saúde) o ISHST, concebeu um jogo didáctico, destinado a jovens e adolescentes, de utilidade a todos aqueles, que de uma forma activa ou lúdica, vivem no meio rural: os agricultores e suas famílias, os trabalhadores sazonais, etc.

Este jogo tem um percurso ao longo do qual os jogadores têm de ultrapassar várias situações – positivas ou negativas – no contexto da segurança e saúde no trabalho. Estas situações são recompensadas ou penalizadas ao longo do jogo.

Na caixa do jogo, existem cinco desdobráveis, editados pelo ISHST cuja leitura é por vezes aconselhada pelas fichas.

ESTRATÉGIA E SOLUÇÕES

A criança constrói o seu conhecimento, isto é, aprende, quando o que lhe ensinam é verificado pela sua própria experiência. Quando as regras e princípios que lhe ensinam transmitem conceitos que não fazem parte da sua vivência, a criança tem dificuldade em interiorizá-los.

Devemos considerar quatro tipos de acção, nomeadamente:

- Um sistema educativo escolar e pré-escolar que tenha em conta a prevenção;
- Uma parceria com as organizações e serviços públicos e privados envolvidos;
- Uma utilização eficaz dos meios de comunicação social;
- A implementação das disposições legais existentes.

Esta estratégia não significa apenas o recurso a um sistema formal de educação, mas um meio através do qual a população alvo adquira novos conhecimentos que, subsequentemente, irá aplicando em seu benefício, satisfazendo os objectivos em causa.

Assim, pode actuar-se de várias formas na educação primária do agricultor, sobretudo através da aplicação de metodologias de extensão rural ou vulgarização agrícola (acções de sensibilização, treino, reuniões, visitas a instalações mais evoluídas, demonstração de métodos e resultados, recurso intensivo a informação escrita complementada por suportes audiovisuais, utilização dos mass-média, designadamente programas de televisão e radiofónicos, etc.).

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

Estas acções não devem ser iniciativas isoladas, mas sim integradas num projecto global, consistente, dotado de grande flexibilidade e adaptando-se às diferentes situações concretas, pois não podemos esquecer o sentido prático e imediatista dos agricultores, sendo essencial respeitar a sua individualidade e autonomia, pois em última análise, designadamente no caso dos empresários, as decisões devem ser suas e assumidas como tal.

Em síntese, no que respeita em particular à prevenção de riscos profissionais, para além das actuações específicas, todas as intervenções de educação não formal devem integrar, na justa medida, os seus princípios fundamentais.

Como se diz relativamente à formação profissional, o gesto tecnológico correcto é igualmente o gesto seguro.

Assim, as organizações devem promover formas de educação não formal que possibilitem tornar menos penoso o trabalho agrícola, ensinando princípios e práticas de prevenção cujo objectivo último é o de contribuir para uma redução dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais que, de uma forma muito significativa, afectam todos “os que trabalham a terra” quer sejam assalariados, quer sejam empresários, pois estão em causa valores fundamentais como o direito à vida e à saúde.

Portugal é membro do Comité da AISS – Prevenção na Agricultura e tem participado em todas as reuniões, colóquios internacionais e na elaboração de textos em instrumentos de divulgação do Comité.

O tema da prevenção das crianças na agricultura tem sido considerado de grande importância, nomeadamente, num colóquio internacional, no Reino Unido, em 2000, onde Portugal apresentou uma comunicação sobre “As crianças na Agricultura” e será lançado, em Pamplona, em Outubro um DVD “Child Safety on the Farm” elaborado por todos os membros do Comité em que a participação portuguesa é sobre os “acidentes com animais numa exploração agrícola”.

Manuel Sarmento,
Professor do Instituto de Estudos da
Criança da Universidade do Minho:

Maria Filomena Teixeira que nos trouxe hoje o trabalho do Instituto para Segurança Higiene e Saúde no trabalho, designadamente no âmbito da prevenção e da educação não formal, e que teceu

várias considerações conducentes a uma atitude que não seja de risco, por um envolvimento das crianças em actividade económica na agricultura, tendo concluído com um filme que vai ser levado a um congresso internacional.

Passamos a palavra agora para o representante do Sindicato Nacional dos

Trabalhadores e Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária, António Serra, que tem dedicado a sua vida exactamente ao trabalho sindical nesta área, tendo sido também dirigente da CGTP Sindical.



António Serra

Assessor para o Sector Agrícola da FESAHT – Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal

O tema em debate – Trabalho Infantil na Agricultura – é suficientemente importante para que constitua, ou deva constituir, uma preocupação constante da sociedade, em geral, e de forma particular de todos os intervenientes directos ou indirectos da actividade agrícola;

Pouco se sabe sobre o trabalho infantil na agricultura, no entanto é inquestionável que existe, tornando-se obrigatório e urgente conhecê-lo em toda a sua dimensão e especificidade, importa analisá-lo e debetê-lo na propositura de soluções que conduzam à sua erradicação;

O Encontro que hoje estamos a realizar, pela preparação e desenvolvimento da sua organização, ao nível de todos os intervenientes, torna meritória a sua realização, na certeza de que procurará consolidar razões e objectivos que permitam ter reflexos positivos na nossa Agricultura;

Apontarei algumas interrogações que, julgo, serão os pontos nevrálgicos na análise em apreço:

- Sendo certo que é na Agricultura que se verifica a maior percentagem de Trabalho Infantil, como se compreenderá tão pouca visibilidade do fenómeno comprovado, com o agravante do esbatimento da denúncia pública merecedora de soluções justas e exequíveis;
- Não estará aqui a subsistência de conceitos que conferem à Agricultura um estatuto diferente dos outros sectores da actividade económica onde o fenómeno também existe?
- Estatuto diferente, talvez especial, porque na Agricultura o elemento familiar continua a ter preponderância na formação

e exploração das empresas agrícolas, onde o Trabalho Infantil não é entendido nem como trabalho e muito menos como exploração do trabalho, mas antes como participação solidária na manutenção do agregado familiar.

- Não será a tradição enraizada ao longo de gerações e gerações, associadas a uma certa cultura rural que obstaculiza a aplicação de medidas eficazes que combatam o Trabalho Infantil?
- Mas que combate ? ... e que medidas?
- Qual o papel da Escola em meio rural, em que é importante ensinar e formar consciências, para a vida e para o trabalho?
- Mas que Escola num tempo em que a Escola vai sendo atirada para bem longe das interioridades rurais?
- Mas que trabalho as crianças e os jovens praticam e em que condições ?
- Todo o tipo de trabalho, mesmo o considerado perigoso, durante todo o dia e em quaisquer circunstâncias?

Perguntas, muitas perguntas a somar a outras que aqui não vieram, mas que é necessário dar resposta.

Manuel Sarmiento,
Professor do Instituto de Estudos da
Criança da Universidade do Minho:

António Serra trouxe-nos um depoimento pessoal sobre o trabalho infantil, caracterizando a invisibilização a que o fenómeno é submetido pelas opiniões

dominantes e chamando a atenção para a necessidade da mobilização dos esforços, no sentido de combater a exploração do trabalho das crianças em meio rural. E terminamos este painel com José Joaquim Gardete que representa a UGT e é o dirigente do Sindicato

Nacional de Agricultura, Alimentação e Florestas. Neste domínio tem realizado imensas acções de formação e monitorização no âmbito da formação sindical.



José Joaquim Gardete

Secretário Nacional Executivo SETAA/UGT

Bom dia a todos, queria desde já agradecer o amável convite que nos foi colocado para estarmos aqui presentes.

Como último orador, vamos tentar dar a nossa perspectiva e trazer aqui mais alguns dados que nos façam reflectir de que forma, ou formas poderemos voltar a encarar esta questão do trabalho infantil na agricultura, nunca será efectivamente possível erradicá-lo na sua totalidade, mas pelo menos tentar criar condições para que isso possa acontecer.

Alguns factores que podem influenciar o aparecimento do trabalho infantil na agricultura, basicamente muitas destas situações já foram falados. No entanto, é bom voltar a referi-las: a agricultura familiar, as áreas de explorações agrícolas, versus o número de agricultores, variação do nível educacional, desertificação, marginalização, áreas percorridas por incêndios, reformas da PAC, trabalho sazonal.

Podemos ver um pequeno quadro em relação aos números de produtores, nos anos de 1989/2005, em que se nota que há uma variação bastante grande, entre 89, 99 e 2005, em que a redução do número de produtores é significativa.

No quadro seguinte podemos ver o número de agricultores e a correspondente superfície agrícola útil em 2005, a seta a negro, faz a divisão entre a pequena propriedade e a grande propriedade em que, de alguma forma esta situação é representativa, de modo a termos uma perspectiva de como é que é possível efectivamente o trabalho infantil poder aparecer.

Por outro lado, referindo apenas o aspecto económico, a UDE, (unidade de dimensão europeia), corresponde a 1200€, de margem bruta standard. Se repararem, as propriedades de dimensão muito pequena, têm um valor inferior a 4 UDE, portanto, isto representa menos de quatro mil e oitocentos euros, o que é manifestamente baixo.

Um quadro da OCDE, 91/2002, a variação da percentagem de população que tem o ensino básico, o secundário e o nível superior, pode-se verificar que em Portugal, a sua evolução é muito baixa, significativamente aos outros países.

Na escolaridade dos agricultores, tive o cuidado de sublinhar em termos do nível de instrução, a parte correspondente ao:

Numero de Produtores 1989 – 2005 em Portugal		
ANO	NUMERO	%
1989	593.590	100
1999	409.308	- 31,5
2005	323.930	- 45,4 - 20,9

Nº agricultores/classes de SAU (superfície agrícola útil) (2005)				
Numero de Produtores	%	SAU (ha)	%	
Total	323.960	100%	3.679.587	100%
< 1 ha	74.730	23 %	38.875	1%
1 – 5 ha	167.592	52 %	377.800	10 %
➡	242.322	75 %	416.675	11 %
5 – 20 ha	58.485	18 %	548.403	15 %
20 – 50 %	12.795	4 %	387.031	11 %
50 – 100 %	4.666	1%	323. 194	9 %
> 100 ha	5.652	2 %	2.000.248	54 %

Explorações segundo dimensão económica UDE - unidade de dimensão europeia (económica)	
Dimensão	Nº de Explorações
TOTAL	323.920
M/ PEQUENAS < 4 UDE	242.138
PEQUENAS 4 – 16 UDE	56.339
MÉDIAS 16 – 40 UDE	15.359
GRANDES > 40 UDE	10.083

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

Variação do nível de educação – OCDE/Portugal 1991 - 2002

PAISES	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO IDADE 25-64 ANOS COM								
	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Superior		
	1991	2002	Diferença	1991	2002	Diferença	1991	2002	Diferença
Média OCDE	45%	33%	-12%	37%	44%	+7%	18%	23%	+5%
PORTUGAL	86%	80%	-6%	8%	11%	+3%	7%	9%	+2%
Itália	72%	54%	-18%	22%	36%	+14%	6%	10%	+4%
Grécia		47%			34%			18%	
Espanha	78%	58%	-20%	12%	17%	+5%	10%	24%	+14%
Irlanda	60%	40%	-20%	24%	35%	+11%	16%	25%	+9%
França	49%	35%	-14%	36%	41%	+5%	15%	24%	+9%
Alemanha	18%	17%	-1%	60%	60%	0	22%	23%	+1%
Suécia	31%	18%	-13%	44%	49%	+5%	25%	33%	+8%
Inglaterra	35%	16%	-19%	49%	57%	+8%	16%	27%	+11%

FONTE: Regard sur l'éducation – Les Indicateurs de L'OCDE - 2004

“não sabe ler nem escrever”, constatando-se que é uma das situações que envolve uma parte significativa dos agricultores portugueses, comparativamente com a última linha, (aspecto bastante interessante) em que o “politécnico superior não agrícola” está bem representado na agricultura.

No que se refere à escolaridade por regiões, podemos ver uma relação próxima para, Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e

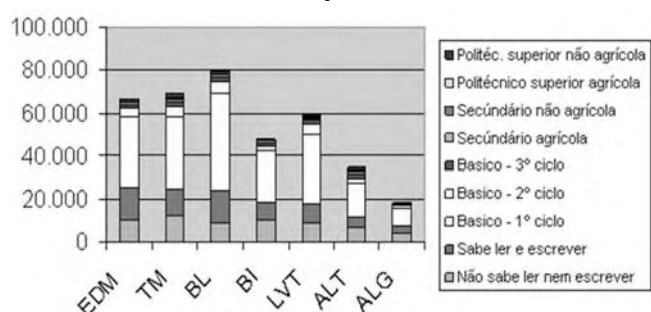
Beira Litoral, em que são significativamente as regiões onde o nível de instrução dos agricultores acaba por ser também mais baixa.

Características da agricultura familiar em Portugal, vamos ver agora um outro aspecto interessante e que se refere às zonas desfavorecidas, em contraste com duas zonas básicas não desfavorecidas, a zona litoral atlântica e a região litoral algarvia. (MAPA 1.1)

Um outro mapa para nós importante nestas questões, (Mapa 1.2) tem a ver com a susceptibilidade à desertificação, basicamente no sul do País; as zonas de cor escura correspondem a uma susceptibilidade de desertificação superior a 40% e inferior a 50%, as zonas de cor mais escura, correspondem a uma susceptibilidade de desertificação superior a 50%.

Podemos reparar que há aqui uma questão referente ao sul do país, em que praticamente não há gente, levantando-se assim a dificuldade para encontrar pessoas para trabalharem na agricultura.

Nível de Instrução do Produtor



Portugal – escolaridade dos agricultores em gráfico e por regiões

			Nº de indivíduos					
			Total	Classes de idade				
				15 a 34	35 a 44	45 a 54	55 a 64	> = 65
Continente								
Outros membros da família do produtor								
Homem / Mulher			269 010	189 382	28 368	15 015	7 039	29 206
Nível de instrução								
	Não sabe ler nem escrever		37 021	20 302	1 383	1 127	724	13 485
	Sabe ler e escrever		24 706	13 497	1 210	724	1 043	8 232
	Básico - 1º ciclo		43 840	16 437	8 870	7 695	4 022	6 818
	Básico - 2º ciclo		52 447	41 792	8 402	1 673	353	227
	Básico - 3º ciclo		48 654	43 353	3 335	1 481	403	83
	Secundário agrícola		2 721	2 365	298	55	3	-
	Secundário não agrícola		39 179	35 289	2 597	1 035	170	88
	Politécnico / Superior agrícola		2 016	1 554	297	127	29	10
	Politécnico / Superior não agrícola		18 425	14 793	1 975	1 100	293	263

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

Mapa 1.1 - Zonas Desfavorecidas



Mapa 1.2 - Concelhos com elevada susceptibilidade à desertificação



Fonte: GPPAA a partir de "Corine soil erosion risk and important land resources in the southern regions of the European Community, CEE 1992

Mapa 1.3 - Expressão territorial das culturas e espécies florestais



Mapa 1.4 - Carta com as áreas ardidas



No mapa 1.3 , uma distribuição em termos florestal e agrícola, sendo a zona mais escura, a zona florestal, depois as zonas mais claras, correspondem a outras culturas.

O mapa 1.4 que, no meu entender é importantíssimo e que refere-se à questão das áreas ardidas.

Verificamos assim a existência de maiores possibilidades de desertificação. Reparem, as zonas mais escuras, são zonas que resultam dos fogos de 2004 e a que também correspondem em sobreposição, áreas ardidas novamente em 2006; portanto, o interior do país, atravessa ou está em vias de ter grandes problemas neste nível, derivados dos incêndios florestais.

Risco de marginalização nas regiões agrárias: Mapa 1.5 (Zonas com risco de marginalização – cinza escuro)

Risco de marginalização é a ligação do conjunto significativo de explorações de baixo rendimento, mais o n.º de agricultores na idade da reforma.

Portugal tem mais de 40% do seu território com um rendimento inferior a metade do rendimento médio da sua região e mais de 40% dos agricultores com mais de 55 anos.

Sabemos que grande parte dos nossos agricultores, estão na idade da reforma mas como não têm ninguém para os substituir, vão-se mantendo e vão continuando a trabalhar na agricultura.

Mapa 1.5 - Risco de marginalização nas regiões agrárias do continente



As Reformas da PAC de 1992 e 2003, agravaram sucessivamente a situação da agricultura familiar em Portugal e originaram entre outras:

A paralisação da vida laboral nos campos, o abandono;

A descaracterização do meio rural;

O afastamento dos princípios da coesão económica e social, e a ausência do conceito da multifuncionalidade da agricultura familiar, dentro do País;

A promoção, ainda maior, do aumento das dicotomias sociais e económicas entre a Agricultura Familiar e os Grandes Agricultores. Em Portugal, 1,6 % dos agricultores recebem, mais de 50% do montante total das ajudas do FEAGA e 1.650 agricultores entre cerca de 300.000, já recebem um montante mensal de 14.000 € para nada produzirem, plafonamento das ajudas;

O agravamento das condições de acesso às ajudas para a Agricultura Familiar, que, na prática as tornam quase inatingíveis (nomeadamente agricultura biológica e outras);

Produções sazonais que implicam trabalho braçal

Principais Produções Tipo da Agricultura Familiar vs Produções que implicam mão-de-obra

Vinha – vindimas

Fruta e hortícolas - colheitas de maçãs, peras, cerejas, legumes, morangos

Batata – plantação e apanha

Leite – ordenha, limpeza e pastoreio

Floresta – Limpezas e recolha de lenhas

Olival – apanha da azeitona

Às produções referidas anteriormente, não é possível aplicar a mecanização, principalmente no contexto da pequena propriedade, implicando assim a possibilidade do aparecimento de trabalho infantil, derivado da necessidade de trabalho braçal.

Em resumo, a agricultura familiar está condicionada por imensos factores sócio-económicos que condicionam a sua actividade e a própria existência no futuro, podendo por isso potenciar o aparecimento de trabalho, infantil, destacando-se:

O baixo índice de escolaridade dos agricultores;

Alto índice etário;

A pequena dimensão da propriedade;

A ausência de políticas atractivas, para o emparcelamento rural;

O trabalho em culturas sazonais;

A ausência de políticas sociais localizadas.

Temos que pensar efectivamente no que é que é possível fazer, principalmente no aspecto social, para podermos resolver estas situações.

Muito obrigado a todos, tenham um bom dia, muito obrigado.

Manuel Sarmento,
Professor do Instituto de Estudos da
Criança da Universidade do Minho:

José Joaquim Gardete trouxe-nos vários indicadores sobre a agricultura familiar em Portugal e simultaneamente indicou um conjunto de condições que

são propícias ao envolvimento de mão-de-obra infantil, nas actividades agrícolas, no âmbito da agricultura familiar não remunerada.

Debate

Participante:

Gostava de fazer uma pergunta que considero fundamental: como eliminar e erradicar pela raiz a exploração do trabalho infantil, na medida que em quase todo o mundo, em todo o planeta, no âmbito dessa chamada política neo-liberal, onde há uma flexibilização e precarização das políticas de trabalho, educação, saúde e outras, sobretudo as que se relacionam com o trabalho. Quando se verifica o crescimento das taxas de desemprego e sub-emprego, isso leva naturalmente à utilização das crianças a substituir os postos do trabalho dos adultos. Mas também reconhecendo a força da luta, e das políticas e das acções da OIT, através do PETI, em todo o mundo, pergunto-me e pergunto também aos meus colegas, se é possível erradicar pela raiz a exploração do trabalho, no âmbito desse chamado capitalismo neo-liberal, considerando os acordos multilaterais do Banco Mundial e do FMI?

Será que de algum modo, as palavras do Dr. João Machado também, não são interessantes para aliar essa reflexão?

Não seria o caso de agregar isso à luta pela exploração do trabalho infantil, através de uma ligação mais efectiva à luta contra o desemprego e o sub-emprego?

Catalina Pestana, Provedora da Casa Pia:

Há uma questão que não gostava que fosse perdida de vista, em Portugal, que é a realidade que conheço mais ou menos, é que o trabalho é um valor e a exploração é um crime. O PETI quando foi criado, chamava-se Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil. Hoje como trabalho com as piores formas de

exploração do trabalho infantil, gostava (e quero agradecer muito ao Sr. Presidente da CAP, porque ele me trouxe a mim, no seu discurso a novidade, porque eu já conhecia as produções teóricas que tinham sido feitas, tinha lido os livros), de perceber se estamos a discutir exploração de trabalho infantil ou trabalho infantil, porque isso muda completamente o paradigma. Uma coisa é, ajuda familiar e é preciso discutir, o tempo em que é feita, a idade das crianças, a frequência ou não da escola, o prazer ou não que têm nesse tipo de actividade o prestígio que adquirem junto dos adultos, por participarem da vida colectiva, ou se estamos a falar de ranchos de miúdos, explorados na Andaluzia ou no Alentejo.

Penso que era bom, ao longo do dia, esclarecermos um bocadinho, quando se fala de trabalho infantil agrícola, de que é que estamos a falar, porque, para mim, são fenómenos completamente diferentes que podem ficar sobre o mesmo chapéu. E para mim, os grandes centros urbanos têm as piores formas do trabalho infantil, pelo que quero propor que o próximo encontro seja sobre as piores formas de exploração de trabalho infantil.

Pedro Goulart, investigador:

A minha questão vai um bocadinho no sentido da da Dr.^a Catalina, porque é verdade que a questão das piores formas, é um problema e tem que ser atacado, só que como foi demonstrado por alguns números, e comparativamente à definição da OIT, o nosso caso é relativamente menos grave, nesses conceitos. No entanto, se essa metodologia é muito pertinente para uma comparação de diferen-

tes realidades, numa realidade, como a portuguesa, gostava de perguntar se não haveria necessidade de um padrão mais alto, especialmente quando falamos que este trabalho é feito em áreas pouco escolarizadas, onde a escola muitas vezes não ajuda, nem atrai, mas também em que as próprias comunidades também se afastam da escola. E inevitavelmente, o trabalho infantil, não unicamente, mas no conjunto de uma série de situações e considerações sobre a vida, as afasta da escola, causa abandono, mas também insucesso escolar e acabando por lhes produzir exclusão social.

Participante:

Eu sou professora do quadro de nomeação definitiva de uma escola profissional agrícola, no centro do país, mais precisamente no Distrito de Castelo Branco, ao pé de Belmonte. Estou a acompanhar um PIEF há dois anos. Acompanhei o PIEF para completar o 2º ciclo e agora acompanho alguns alunos que estão a finalizar o 3º ciclo.

É uma escola profissional agrícola e de operadores florestais. Um operador florestal serve para ajudar a limpar florestas, para arranjar material biodegradáveis, e estes jovens são crianças dos 14 aos 17 anos, eram crianças que não estudavam, estão com vontade de estudar, estão com vontade de trabalhar, acompanhei-os a um contexto de trabalho, duas semanas, fabuloso e então pergunto, temos que incentivar estes jovens para poderem trabalhar e ajudar o país ou não?



João Machado, Presidente da CAP:

Aproveito para completar a minha reflexão de há pouco, com as perguntas que foram feitas, que acho muito pertinentes.

Acabar com o trabalho infantil ou acabar com qualquer chaga social no mundo, no Brasil, na Europa, em toda a parte do mundo, não acredito que seja possível. O que nós podemos é caminhar nesse sentido e minimizar os impactos, as sociedades evoluem exactamente desta maneira. Nessa perspectiva, a Europa e talvez os Estados Unidos têm sido um exemplo ao longo de todo o século XX. Há outras partes do mundo que têm que caminhar para se aproximarem dos mesmos patamares. O Brasil há muito tempo que fez também o seu caminho e está agora com uma grande economia desenvolvida, com os problemas sociais que acabou de referir, e portanto, parece-se que o Brasil tem que trabalhar nesse sentido, mas há países que têm que trabalhar muito mais. Não acredito que seja possível, erradicar o trabalho infantil.

Ligar isto à flexibilização do mercado de trabalho, julgo que é rigorosamente o contrário. Nós podíamos estar no conselho de concertação social, a discutir o que é flexi-segurança, que é um conceito novo na Europa, mas o que é necessário é dar capacidade às pessoas que querem trabalhar para trabalharem, para se realizarem na profissão que têm, mas sobretudo, para pensarem que o emprego não é para toda a vida. Isso já não existe hoje. De facto o que nós queremos é trabalhar e muitos de nós, queremos trabalhar em várias coisas, mudar de vida, mudar de região, mudar de país, mudar de horizontes, ter várias opções; o que as pessoas procuram é ser felizes, e julgo que ser feliz não é ficar a vida inteira a fazer a mesma coisa, por ter medo da insegurança. O que nós teremos que criar é segurança às pessoas para elas, por mote próprio poderem mudar e quando acontece uma desgraça como uma empresa fechar, não ser o fim do mundo, porque há mais empregos ali ao lado e que nós podemos oferecer.

É esse o caminho, a flexibilização aliada à segurança, e países evoluídos da Europa já caminharam nesse sentido, mostraram que flexibilizar com segurança, cria mais emprego. Quem está mais avançado nisto, é a Dinamarca, onde existe uma rede de segurança muito grande, todos os anos é destruído um terço do emprego total e todos os anos é criado um terço do emprego total. As pessoas têm em média um ano com formação profissional, para se adaptarem a novas situações que elas próprias escolheram ou que lhes vieram bater à porta. E parece-me que é importante trabalharmos nesse sentido.

Em relação àquilo que a Sr.^a Dr.^a Catalina Pestana disse, não entrei nos números, mas gostaria de dizer que, o trabalho infantil em Portugal, na agricultura é mitigado. Enfim, estamos a falar de 80 e tal % como vimos nas estatísticas, de trabalho familiar, não remunerado, a acompanhar a família, pós horário escolar, e sempre menos de 15 horas por semana. E por

isso estamos a falar de coisas bem diferentes se comparados com as grandes cidades e com as grandes urbes. O que nós desejaríamos é que estes rapazes e raparigas que estão no campo e que têm este trabalho infantil, tivessem um futuro diferente à frente deles. E foi isso que tentei dizer aqui na minha intervenção.

E não basta resolver o trabalho que eles fazem, ajudando os pais, o que era bom era que nós lhes déssemos um futuro diferente. Nós em Portugal somos muito de modas e andamos todos a reboque de uma data de coisas, de uma data de conceitos, que a maior parte das vezes nos são passados, três vezes ao dia, pela televisão. Nós habituámo-nos de há muitos anos para cá, a achar que é primário, e a desvalorizar todos aqueles que estão no campo, todos aqueles que vivem no mundo rural e todos aqueles que optarem por trabalhar e por viver da agricultura. A pior prestação que se fez ao mundo rural é desvalorizar socialmente aqueles que optaram lá trabalhar, porque, não valorizando, estamos a dizer às pessoas mudem de vida, e estamos a dizer sobretudo aos nosso jovens, não sigam este caminho, sigam outro qualquer. Depois vêm para as cidades e têm aquelas desilusões todas. A vida não é necessariamente branca ou preta conforme a gente vive nas cidades ou no campo. Mais, hoje, é muito mais verde para quem vive no campo, e por isso gostaria que vocês pensassem nisso. Eu sou agricultor e vivo no campo, e garanto-lhes que é bem mais saudável do que viver na cidade.

Agora as cidades têm outros atractivos que nós também, temos que dar às pessoas que vivem no campo, e esta reabilitação social, daqueles que optaram por aquela vida, ou que não puderam optar e a têm na mesma, é fundamental para depois podermos ter pessoas mais felizes e mais realizadas e que tenham melhor sucesso escolar.

Por último, obviamente que quando nós criamos uma sociedade que não é evolutiva e que tem problemas estruturais, como aquela onde aparece o trabalho infantil e que nós estivemos a caracterizar aqui durante a manhã, obviamente que nessa sociedade, não há só trabalho infantil. Há rendimentos muito baixos, há escolaridade baixa, há condições que

não são as melhores e há sobretudo, abandono escolar. O abandono escolar é a outra face desta mesma moeda, destes 80% do território. A política devia ser, porque há poucas pessoas, abandonar os equipamentos mais básicos para essas pessoas lá estarem? E essa é que é a grande questão que uma sociedade moderna deve resolver e que seguramente Portugal vai resolver no futuro.

Peter Hurst, Especialista em Segurança e Saúde no Trabalho, Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), Organização Internacional do Trabalho:

A resposta à primeira questão colocada sobre a existência de trabalho infantil nos países desenvolvidos é afirmativa. Nós temos trabalho infantil nos países desenvolvidos. Só no sector do trabalho infantil agrícola nós temos, nestes países, 300.000 a 400.000 crianças. Portanto, há muito trabalho a fazer seja no hemisfério norte, seja no hemisfério sul. Se vocês tiverem fotografias de trabalho infantil em Portugal e no-las enviarem, elas serão colocadas nas nossas apresentações.

A segunda questão prende-se com os mercados de trabalho. Se queremos reforçar os mercados de trabalho rurais, temos de identificar o trabalho infantil, porque este ataca o próprio trabalho dos adultos. Nós podemos prová-lo. Se se paga metade do salário a uma criança, porque é que se vai empregar um adulto? Existe uma ligação clara entre trabalho infantil e trabalho dos adultos no mundo rural.

Quanto ao trabalho dos professores no mundo rural, este tem um papel importante na formação das crianças para que venham a ter um trabalho digno. Trabalho infantil e trabalho digno estão ligados. Por exemplo, o objectivo do IPEC e da OIT é tirar as crianças do trabalho infantil nas minas, pura e simplesmente porque é um trabalho perigoso. No entanto, no sector agrícola, as crianças com 15 ou 16 anos podem ser formadas, porque há uma

carreira que se pode fazer na agricultura. Embora 90% das crianças, tal como vimos nos estudos apresentados, não queiram trabalhar na agricultura. Aqui o desafio é motivá-las para o trabalho neste sector. É mais uma questão para discutir com os seus alunos.

Manuel Sarmento, Professor do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho:

Muito obrigado. Não vou fazer mais nenhum tipo de consideração final. Teremos depois a Dr.^a Josefina Leitão que se encarregará da tarefa pesada, mas que ela sabe desempenhar como ninguém, de extrair as conclusões.

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?



Jovem do PIEF da Moita



Ana Maria Mesquita

Presidente CNASTI

As minhas primeiras palavras são naturalmente de agradecimento ao PETI, por ter proporcionado à CNASTI, que é a Confederação Nacional de Acompanhamento Sobre o Trabalho Infantil, a oportunidade de moderar tão importante encontro. Prometemos fazer o melhor com a vossa colaboração, e passava a apresentar a mesa deste 3.º tema. Temos connosco a Eng.^a Maria João Graça, que é Inspectora Geral de Trabalho, o Dr. Fernando Coelho, representante do PETI na região do Norte, o Dr. Luís Miranda que é o Presidente da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal e a Dr.^a Maria do Céu Rolão, consultora em teoria e desenvolvimento curricular.

Durante a manhã, ouvimos um importantíssimo e interessantíssimo ponto de situação sobre esta temática no plano internacional e também no plano nacional, através de estudos e estatísticas fundamentais para uma visão global do problema.

Neste terceiro painel, vamos entrar no concreto. Como está indicado no nosso programa, vamos saber quais as dificuldades, vamos conhecer também, a intervenção que diariamente é feita, para tentar superar estas dificuldades, no que diz respeito ao trabalho infantil na agricultura.

Passaria de imediato a palavra à Eng.^a Maria João Graça, que é licenciada em Engenharia Zootécnica, com uma pós-graduação em Higiene e Segurança no Trabalho e é Inspectora do Trabalho de carreira. Co-autora da reestruturação e actualização da lista de verificação para o sector agrícola, é ainda formadora em acções de formação sobre saúde e segurança no trabalho agrícola.



Maria João Graça

Inspectora do Trabalho da Delegação de Évora

Esta intervenção vai basear-se essencialmente nalguns pontos, que são:

- A missão da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), quais os seus princípios estruturantes, a acção da IGT no terreno, riscos ligados ao trabalho na agricultura e mais concretamente ao trabalho relacionado com menores, dificuldades encontradas, resultados obtidos de alguns anos a esta parte e eventuais intervenções que poderão ser realizadas para se tentar resolver alguns dos problemas referidos noutras comunicações anteriores.

Missão da IGT

É por demais conhecida a missão da Inspeção, no entanto, nunca será demais referir alguns dos aspectos mais importantes, nomeadamente:

- Desenvolvimento de metodologias e acções de informação;
- Aconselhamento técnico e controle inspectivo, no âmbito de poderes de autoridade pública de que se encontra dotada, nas empresas e noutras organizações;
- Promoção da melhoria das condições de trabalho, no quadro dos contextos sociais, culturais e económicos, tecnológicos e organizacionais.

Princípios estruturantes da IGT

- Tem natureza de serviço público;
- Existe uma cooperação entre a IGT, empregadores e trabalhadores;
- Existe uma cooperação com outras instituições - outras organizações da Administração e não governamentais, nomeadamente, com o PETI, parceiros sociais e CNASTI, ao nível de identificação de situações e da cooperação nas acções que desenvolvem;
- Orientação e ênfase na prevenção.

Acção da IGT:

Qualquer entidade ou qualquer trabalhador pode saber quais são as intervenções que a IGT planeia no ano em questão.

São diversos os **tipos de intervenções**:

- **Acções pró-activas**, baseadas em planos de acção anuais que são divulgados ao público em geral, inclusivamente no site da IGT. Nesse âmbito, e relativamente ao sector agrícola,

são efectuadas acções transversais, nomeadamente:

- A **acção dois**, relativa ao trabalho não declarado, que na agricultura ocorre com alguma frequência;
- A **acção cinco**, que se refere a actividades de higiene, segurança e saúde no trabalho;
- A acção sectorial – **acção onze**, relativa à segurança e saúde no trabalho agrícola.

- **Acções reactivas e outros tipos de acções**, resultantes nomeadamente, de:

- Reclamações;
- Comunicações de ocorrência de acidentes de trabalho;
- Pedidos de informação;
- Pedidos de intervenção por parte de outras entidades;
- Comunicações de abandono escolar.

Que metodologias é que a inspecção normalmente utiliza, em relação ao trabalho infantil?

As situações de trabalho infantil detectadas são comunicadas a outras entidades envolvidas, de forma a desencadear mecanismos de acompanhamento e apoio às famílias dessas crianças.

Que tipo de visitas inspectivas são efectuadas?

Não é sempre utilizada a mesma técnica.

Se se tratar objectivamente de detecção de trabalho infantil, são efectuadas visitas relâmpago, de surpresa. Se se tratar de uma acção inspectiva na agricultura, esta poderá ser previamente anunciada, sendo a entidade patronal oficiada para esse efeito indicando-se, nomeadamente, os objectivos dessa visita.

As visitas são, por norma, efectuadas em “épocas baixas”, em que o volume de trabalho não é muito elevado; e nas chamadas “épocas altas”, que coincidem normalmente com os trabalhos sazonais.

Portanto, de um modo geral, é efectuada uma primeira visita em época baixa, e posteriormente, uma segunda visita, em época alta.

Em todas as visitas inspectivas realizadas, que preocupações existem por parte dos inspectores do trabalho, relativamente às crianças?

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

Observar e depois supervisionar periodicamente se existem crianças a trabalhar.

Qualquer que seja a acção inspectiva efectuada, independentemente de ser segurança na agricultura, trabalho não declarado, etc., é sempre feita esta verificação.

Se tal é constatado, são verificadas as condições de higiene e segurança no local de trabalho, o tipo de trabalho que é executado, os horários de trabalho e salários, a relação de emprego existente.

Salvo no caso de existirem perigos que possam comprometer a vida ou a saúde (física ou mental) das crianças que trabalham, o inspector adopta normalmente um enfoque “preventivo” e trata de informar o empregador sobre os perigos que implicam o trabalho precoce, sobre a legislação vigente e as medidas exigidas pela lei e convencê-lo de que, a longo prazo, lhe é conveniente cumpri-las, no seu próprio interesse e no interesse das crianças. É claro que a inspecção tem também um papel coercivo, caso tal se justifique.

Que tipos de explorações são visitadas?

Normalmente são visitadas explorações agrícolas de referência, de uma dimensão relativamente grande, com um número de trabalhadores representativo. Poderão também ser visitadas explorações agrícolas de menor dimensão, do tipo familiar ou de subsistência, mas como vamos ver já a seguir, são explorações que nos apresentam alguns problemas.

Em relação ao sector agrícola nacional, como é que se caracteriza?

Já sabemos que o sector é integrado por empresas familiares e pequenas e médias empresas, muito dispersas, com défices de organização e marcadas por uma forte sazonalidade.

Há zonas com maior aptidão agrícola onde é praticada agricultura intensiva. As empresas que operam neste segmento reúnem cada vez mais as características comuns às outras empresas da generalidade dos sectores, salvo no que diz respeito à sazonalidade, que aqui é maior.

Que características mais significativas apresenta o sector agrícola que possam representar riscos para os trabalhadores em geral e em particular, para as crianças?

- São trabalhos sujeitos a grandes variações climáticas, normalmente realizados ao ar livre, com uma grande diversidade de produções/culturas e variedade de tipos de aproveitamento, com a subsequente multiplicidade de tarefas;
- É frequente a sazonalidade dos trabalhos, com uma elevada eventualidade do emprego por conta de outrem;
- Verifica-se a existência de irregularidade da duração das jornadas;
- Predomínio de operações penosas, relacionadas com a execução frequente de trabalhos manuais com intensa carga física, em posturas incómodas;
- Actividade considerada de risco;
- Na agricultura familiar e de subsistência, o local de trabalho é muitas vezes o local de residência dos trabalhadores, sendo portanto, natural lá se encontrarem crianças.

Conceito de trabalho infantil

É aquele que pela sua natureza, ou intensidade, é prejudicial para a escolarização das crianças ou prejudica a sua saúde e desenvolvimento.

Riscos profissionais ligados à agricultura

Há questões que se levantam e que são de grande pertinência. No caso da agricultura tradicional, particularmente, **as crianças poderão estar expostas a uma infinidade de riscos.**

Mas que riscos são esses?

Existem riscos associados nomeadamente a:

- Maquinaria perigosa, especialmente tractores;
- Número de horas trabalhadas por dia;
- Tempos de pausa no trabalho;
- Temperatura, radiações, chuva, ruído, etc.;
- Posturas corporais forçadas, pesos excessivos, ritmos intensos;
- Fossas e silos;
- Exposição a químicos prejudiciais, como os fito fármacos ou produtos veterinários;
- Trabalhos com animais (zoonoses, mordeduras, coices, etc.);
- Componente social e componente psicológica.

Face ao que foi exposto anteriormente, é extremamente importante que seja realizada uma avaliação dos riscos profissionais, uma **avaliação de riscos** nos locais de trabalho.

Existem vários instrumentos ou directrizes sobre a identificação e a avaliação dos perigos para as diferentes operações e situações para os adultos - é vulgar falar-se numa avaliação de riscos. No entanto, para o caso das crianças, o que é um facto é que esses perigos não se conhecem bem, porque as crianças não são adultos em tamanho reduzido, e apresentam mais vulnerabilidades, tanto do ponto físico, psicológico, como social.

Será que todo o trabalho é prejudicial para as crianças?

Nem todos os tipos de trabalho realizados na agricultura poderão ser prejudiciais às crianças: à medida que crescem podem realizar trabalhos leves, adquirindo capacidades e atitudes que necessitarão posteriormente como trabalhadores e membros úteis da comunidade. Sob uma adequada supervisão, os trabalhos leves podem ser uma parte essencial do processo de socialização e desenvolvimento das crianças, os quais estão, aliás, previstos na legislação em vigor.

Que dificuldades é que a IGT normalmente encontra?

- Dificuldades em encontrar e ter acesso à economia informal. As explorações não estão cadastradas, particularmente as explorações familiares e de subsistência, pelo que a actividade da IGT não se pode planificar exclusivamente numa base de registo oficial de empresas, pois o que acontecerá é que apenas abarcará uma pequena fracção das explorações que efectivamente existem. Esta é uma real dificuldade.
- Há um grande dispêndio de esforços e de tempo para se conseguir detectar as explorações referidas anteriormente, devido ao facto de existir uma grande amplitude e dispersão geográfica e uma consequente dificuldade de planificação

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

das actividades da IGT.

- Escassez de denúncias relativamente ao trabalho infantil.
- Reduzidos níveis de filiação dos trabalhadores em sindicatos representativos do sector.
- Dificuldades na localização dos acessos às explorações agrícolas. É frequente encontrar apenas portões fechados e cães, à entrada das explorações.
- A sazonalidade: as épocas produtivas variam em função do clima, da região e das culturas praticadas. A IGT tem que saber exactamente quando é que há prestação de trabalho, ou seja, determinar quando ocorrem as épocas altas, porque variam de região para região. Essa sazonalidade está ligada, frequentemente, a uma elevada precariedade e clandestinidade do trabalho.
- Dificuldades na detecção dos abusos de mão-de-obra infantil nos locais de trabalho, como é o caso por exemplo, de uma exploração agrícola situada no Alentejo, devido ao facto de se tratar, normalmente, de uma área bastante extensa.
- Aspectos culturais: as crianças não são consideradas trabalhadoras, mas membros da família que ajudam, faz parte da tradição. Por outro lado é considerada uma fase normal do processo de crescimento. E poderão ser toleradas situações abusivas como forma de “instruir as crianças” para a realidade da vida: “de pequenino é que se torce o pepino”, ou seja, começam logo a conhecer a dura realidade da vida.
- A resistência dos agricultores e das próprias crianças. Quando nos dirigimos a uma exploração, há por vezes uma certa resistência, não só por parte dos próprios agricultores, como também das crianças, porque sentem algum receio do desconhecido, de falar com estranhos. Poderá eventualmente haver ameaças e agressões físicas.
- Em muitas explorações não é feita uma avaliação de riscos profissionais.

Resultados da actividade inspectiva.

Em 1997, foram efectuadas 1462 visitas específicas, tendo sido detectados 167 menores. Em 2005, foram efectuadas 12142 visitas específicas, tendo sido detectados 8 menores (vide quadro).

Em 1997, o número de infracções à idade mínima, de trabalhadores menores na agricultura, foi de 2. Atingiu um máximo em 1999, de 15. E em 2006, de 4.

Que outras infracções foram detectadas durante o período de 1997 até 2006?

- Infracções por falta de comunicação à IGT da admissão de menores com escolaridade obrigatória e sem a idade mínima;
- Menores sem escolaridade obrigatória;
- Oposição escrita do representante legal do menor para este receber a retribuição;
- Falta de exames médicos;
- Trabalhos proibidos ou condicionados;
- Falta de inscrição na Segurança Social.

Medidas preventivas.

- Incentivar uma cultura de prevenção, associada a uma maior monitorização do trabalho infantil;
- Criar alternativas ao trabalho sazonal, de forma a integrar os trabalhadores eventuais, permitindo a redução da precariedade e da clandestinidade, incentivando um desenvolvimento sustentável;
- Intensificar o trabalho em rede com os diversos parceiros sociais, de forma que exista uma cooperação prática o mais estreita possível entre as organizações existentes, a todos os níveis;
- É também extremamente importante, porque se fala em abandono escolar, aumentar a motivação das crianças para

EVOLUÇÃO DO Nº DE MENORES 1997-2005

ANO	Visitas Específicas	Menores Detectados	Menores Detectados por 1000 Visitas
1997	1.462	167	114,23
1998	2.475	191	83,96
1999	4.736	233	49,20
2000	5.620	126	22,42
2001	7.100	91	12,86
2002	11.043	42	,3,80
2003	6.957	18	2,70
2004	11.755	16	1,36
2005	12.142	8	0,66

ACÇÃO INSPECTIVA - SEGURANÇA NO TRABALHO DA AGRICULTURA 1998/2005

ANO	Visitas	Explorações Agrícolas		Relatórios / Informações	Notificações	Inquéritos de Acidentes de Trabalho	Autos de Notícia
		Nº Explorações	Nº Trabalhadores				
2001	886	684	5.679	376	637	26	379
2002	619	438	3.838	128	631	21	190
2003	521	395	2.443	216	226	17	136
2004	787	573	2.905	637	315	12	136
2005	788	473	3.957	230	400	5	134

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

a valorização do trabalho na agricultura (já foi referido noutras comunicações, que o trabalho na agricultura é desvalorizado e considerado pouco interessante) e ao mesmo tempo, promover a valorização profissional como forma de combate ao abandono e ao insucesso escolar.

Cultura de prevenção

Há uma série de **obrigatoriedades, por parte do empregador**, que estão previstas na lei, que passam pela **avaliação dos riscos** relacionados com o trabalho antes do menor começar a exercer funções e sempre que haja qualquer alteração das condições do seu trabalho, nomeadamente:

- A nível de equipamentos, organização do local e do posto de trabalho;
- Natureza, grau e duração da exposição aos agentes físicos, biológicos e químicos;
- Escolha, adaptação e utilização de equipamentos de trabalho, incluindo agentes, máquinas e aparelhos e a respectiva utilização;
- Adaptação da organização do trabalho, dos processos de trabalho e da sua execução;
- Grau de conhecimentos do menor no que se refere à execução do trabalho, aos riscos para a segurança e saúde e às medidas de prevenção.

O empregador deve também informar o menor e os seus representantes legais, dos riscos identificados e das medidas tomadas para a prevenção desses riscos, assim como assegurar que o menor ao seu serviço seja inscrito na Segurança Social.

A chave da cultura preventiva poderá residir:

- Numa relação cada vez mais estreita entre a IGT, as organizações de empregadores, os sindicatos, os peritos técnicos, científicos e os médicos;
- Na monitorização do trabalho infantil, baseada num sistema integrado, compreendendo a IGT e outros elementos adequados para cada situação.

Num processo contínuo de:

- a) Identificação do trabalho infantil e seguimento das crianças, visando a continuidade do trabalho iniciado, de forma a se assegurar que efectivamente são afastadas do perigo e que lhes são oferecidas alternativas satisfatórias;
- b) Determinação das tendências do trabalho infantil - se vão aumentando ou se vão diminuindo.

Os agentes de extensão agrária têm acesso a crianças que trabalham na agricultura, sendo elementos extremamente importantes. Os professores e os agentes de saúde, que sabem se as crianças faltam à escola, se parecem cansadas, são outros elementos extremamente importantes.

Todos juntos, os associados do sistema poderão ser as novas mãos e os novos olhos, para além da IGT, para que seja atingido um objectivo comum: que as crianças se aproximem mais da escola, se aproximem da agricultura, se assim o entenderem, e não que encontrem um beco sem saída no trabalho infantil/ abandono escolar.

Ana Maria Mesquita, Presidente CNAsti:

A Eng.ª Maria João deixou-nos algumas das preocupações que a Inspeção do Trabalho tem, face ao trabalho das crianças na agricultura, naturalmente com grande enfoque nas questões da necessidade de higiene e segurança no trabalho. Referiu os perigos mais evidentes para as crianças que trabalham na agricultura, e a necessidade de, antes da criança começar a trabalhar, ser feita essa avaliação. Apontou, como medidas, a necessidade de cooperação

em rede, o aumento da valorização do trabalho agrícola junto das crianças, o combate ao abandono escolar e, em particular, a avaliação dos riscos, como um factor extremamente importante e de prevenção naturalmente dos acidentes na agricultura.

Eu dava agora a palavra, ao Dr. Fernando Coelho. O Dr. Fernando Coelho, que é o representante do PETI na região Norte, é professor do quadro do ensino secundário, foi orientador e formador de profissionalização em exercício na Escola Superior da Educação de Faro. Entre

1992 e 93, em regime de requisição, no Gabinete da Educação, Tecnologia Artística e Profissional, integrou o núcleo da reforma do ensino secundário. De 93 a 95, integrou o Núcleo de Ensino Secundário, do Departamento do Ensino Secundário. Em Setembro de 2004, iniciou as funções que vem desempenhando até ao presente, como representante do PETI na região Norte.



Fernando Coelho

Representante do PETI na Região Norte

O PETI no Combate à Exploração do Trabalho Infantil na Agricultura: Dificuldades e Constrangimentos da Intervenção

Senhora Directora do PETI, Senhor Director do Escritório da OIT em Lisboa, companheiros de mesa, participantes e convidados.

Quero começar por agradecer a todos os colegas do PETI que, com a sua contribuição, quiseram ajudar a informar esta breve comunicação.

Como já foi dito pela Senhora moderadora, a abordagem do tema, trabalho infantil na agricultura, coloca-nos ainda mais dificuldades do que noutros sectores, não só devido à sua complexidade e frequente variação de paradigma, mas ainda por o entendimento variado que os diferentes sectores da sociedade têm acerca do mesmo.

Centrar-me-ei, por isso, na realidade percebida e nas dificuldades vivenciadas pelos técnicos e técnicas das equipas móveis multidisciplinares do PETI, quando no trabalho da protecção e promoção dos direitos das crianças, face ao fenómeno do trabalho infantil, lhes são exigidos recursos técnicos de ordem multidimensional e, ainda, de que forma a qualidade das parcerias estabelecidas localmente no período de intervenção é determinante para a criação de novas oportunidades aos percursos escolares e de vida dos destinatários da sua acção.

Por isso, enfatizar a importância da inclusão escolar e social, da sensibilização, consciencialização e tomada de decisão das populações e agentes de intervenção local, para a necessidade de escolarização e formação das crianças e jovens em oposição à exploração infantil pelo trabalho, são uma constante das práticas que as Equipas Móveis Multidisciplinares do PETI desenvolvem nos territórios de intervenção.

Diferentes consciências e pontos de vista à parte, consensual é, certamente, a existência de uma consciência colectiva, que reconhece haver trabalho infantil em Portugal, nomeadamente na agricultura.

Assim, para um melhor entendimento das dificuldades que o combate ao trabalho infantil na agricultura encerra, de forma sucinta, importa fazer uma aproximação aos contornos que desenhem o fenómeno por, segundo Graça Alves Pinto¹ ser, tradicionalmente, no sector agrícola que se apresenta uma das mais elevadas taxas de absorção de mão-de-obra infantil.

Para a autora, é nas regiões norte e centro que se concentram a maior parte das explorações agrícolas familiares e o trabalho infantil na agricultura tende a intensificar-se do litoral para o interior e a esbater-se de norte para sul. Aliás, tal afirmação sobre o fenómeno é confirmada pela experiência que o PETI tem do terreno.

Contudo, apesar de maior incidência a norte que a sul, o fenómeno do trabalho infantil na agricultura, nas respectivas dimensões, não deixa de ter expressão e âmbito nacional.

De resto, os protagonistas habituais do fenómeno, são as crianças e jovens que vivem em territórios *envelhecidos e desertificados e/ou economicamente deprimidos*, segundo a classificação de um estudo do Instituto da Segurança Social².

Estes, são territórios deficitários do ponto de vista das infra-estruturas, onde reside uma parcela diminuta da população, muitas vezes em situação de isolamento, de baixas competências escolares e qualificações profissionais, que subsiste predominantemente da actividade agrícola.

¹ Pinto, Graça Alves, "O trabalho e a escola no quotidiano das crianças dos meios rurais", Ministério da Segurança Social e do Trabalho/Plano para Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil, Lisboa 2003.

² "Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental", Jan. 2005.

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

Pois, uma população em decréscimo (provocado por uma natalidade regressiva e fenómenos migratórios), envelhecida, empobrecida e desqualificada, é uma população que vive de expectativas muito limitadas, e por isso, comprometedoras do desenvolvimento e do futuro das novas gerações.

Também os baixos rendimentos e níveis de escolarização, a escassez de actividades no sector terciário e consequente baixa de oferta de emprego, associada á pouca atractividade da escola, para a qual concorre, a falta de sentido das aprendizagens proporcionadas por não ter em presença a cultura de pertença destes grupos, empurram os mais jovens para actividades tidas social e culturalmente como consequência e evolução natural do seu percurso de vida.

São crianças que se vêm confrontadas com uma situação duplamente penalizadora, trabalham e estão obrigadas a ir à escola e o absentismo acaba frequentemente por se instalar e dar lugar ao insucesso, tornando o percurso escolar numa penosa via sacra, até ao efectivo abandono escolar.

Ficam, assim, criadas as condições para o regresso em exclusivo à situação de trabalhador infantil, muitas vezes aceite como uma fatalidade.

À semelhança daquilo que acontece com o trabalho domiciliário, a exploração do trabalho infantil na agricultura não é tida como tal pela família nem pela população do meio envolvente mas, ao contrário, como um processo natural decorrente do dever dos elementos do agregado, contribuírem para a economia familiar.

Nada que o meio, as escolas, e até alguns técnicos de intervenção local, impregnados dessa cultura comum, não conheçam e aceitem quando manifestam compreensão para tais modelos de socialização e até de *formação profissional* por serem valores enraizados nos costumes e tradição.

Ora, quando este é o normal entendimento do fenómeno e como tal aceite, não ocorrerá, certamente a ninguém questionar ou fazer a sua denúncia e sinalização.

Esta cumplicidade associada às condições de isolamento em que o trabalho na agricultura se exerce, pelo afastamento das explorações agrícolas dos núcleos urbanos, são certamente os factores que mais contribuem para o reduzido número de sinalizações, que nos chegam, se atendermos à dimensão estimada do fenómeno.

Pela sua complexidade, esta é uma situação a merecer uma atenção especial de todos nós, Estado e sociedade.

Torna-se, portanto, evidente a necessidade de aplicação de um plano de apoio e incentivos às famílias, de medidas de sensibilização e consciencialização da população em geral, para a prevenção e o combate ao trabalho infantil e para a necessidade imperativa da criação de condições e oportunidades de educação e formação, para a população mais jovem, como garantia da protecção e promoção dos seus direitos e de acesso ao livre exercício de cidadania plena.

Do mesmo modo, a actualização dos diversos técnicos que, no terreno, em representação das diferentes entidades, realizam o seu trabalho nesta área, deve merecer uma especial atenção. Não basta o voluntarismo e a boa vontade, para resolver um problema de contornos ocultos, complexos e multi-factoriais, a exigirem conhecimentos técnicos específicos, actualização permanente e uma articulação efectiva entre as diferentes entidades e serviços.

Com alguma frequência, no tratamento de certo tipo de casos, deparamo-nos com comportamentos, que ao trabalho em colaboração é preferida a análise subjectiva, a avaliação e a decisão individual.

Tais comportamentos constituem, muitas vezes, factores impeditivos da mais célere e adequada resposta quando não impedem, nos casos de maior complexidade, que sejam obtidas as respostas mais adequadas ou tidas como necessárias.

Conhecer o fenómeno do TI, a sua incidência, causas, enquadramento e legislação aplicável. Como lidar com famílias de origem e cultura popular, com famílias problemáticas, disfuncionais, incompetentes (por vezes) para gerir o agregado, com crianças de baixa auto-estima, intimidadas, violentadas, carentes, revoltadas, agressivas, inseguras e desconhecedoras dos seus direitos, é uma tarefa multidisciplinar, a requerer múltiplas e variadas competências que só através da interacção e da cooperação entre os diferentes instituições e serviços será possível assegurar.

Fazer do trabalho infantil na agricultura, uma área prioritária da nossa intervenção, implica intensificar o estabelecimento de redes de cooperação com as entidades e serviços locais: autarquias, forças de segurança, inspecção do trabalho, segurança social, comissões de protecção de crianças e jovens, escolas, associações e organizações profissionais e empresariais.

É com estas instituições que (no âmbito e especificidade das suas competências, identificam, conhecem, e tratam o dia a dia das situações) se devem encontrar plataformas facilitadoras de acesso às crianças, jovens e suas famílias, com vista a uma intervenção sistémica, de modo a proporcionar uma melhor resposta e prestação de serviços.

Concomitantemente, estas plataformas quando existem, constituem benefício para a cooperação institucional e para o estabelecimento de uma retaguarda de coerência e sintonia na acção para a melhoria dos resultados.

Neste sentido, a figura do técnico consubstancia-se em cada uma das crianças, vítimas da exploração do trabalho infantil, porque ao encarregar-se da definição das necessidades e dos meios considerados para a sua satisfação, só o técnico enquanto agente da mudança empreendida, pode definir o panorama preventivo ou remediativo no quadro do qual as necessidades e os meios adquirem um sentido.

É, assim, que o PETI, através de uma actuação em rede com os parceiros institucionais e locais, dando cumprimento ao manda-

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

to que lhe foi conferido, desenvolve, junto do universo de crianças e jovens em situação risco e/ou de exploração de trabalho infantil, um trabalho que, através da medida PIEF, tem vindo a contribuir de forma substantiva, para mudar o seu percurso e estilo de vida.

Cada criança sinalizada é um enorme desafio para as Equipas Móveis, Multidisciplinares do PETI. Mas é também gratificante o sucesso, cúmplice, quando, em cada caso, se experimenta o êxito pela retoma de um novo sentido e ciclo de vida.

Para terminar, queria partilhar convosco a breve história dos casos (de algum modo representativos) de duas crianças intervencionadas pelo PETI.

O Gonçalo, chamemos-lhe assim, foi sinalizado ao PETI por uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, quando contava 15 anos e abandonara a escola antes de concluir o 4.º ano de escolaridade.

Aquando do diagnóstico, estava a trabalhar numa propriedade a cuidar de animais. Tratava de cavalos e guardava porcos. O tratamento de animais era uma das áreas do seu interesse.

Foi integrado num PIEF do 1.º ciclo, tendo transitado para o 2.º ciclo, que concluiu com aproveitamento.

Ao longo dos anos em que frequentou a medida PIEF, o Gonçalo revelou consciência de que as habilitações literárias que viesse a adquirir, iriam condicionar as suas opções futuras. Mostrou sempre interesse na conclusão da escolaridade obrigatória. Do mesmo modo, a sua motivação em trabalhar na agricultura esteve sempre presente. Ausentava-se das actividades lectivas sempre que podia, para satisfazer esse gosto de tratar os animais, aguardava ansiosamente pelas férias para o poder fazer, sem que a família ou os técnicos que o acompanhavam, lhe fizessem oposição, sendo essa a maneira de o cativarem.

De referir que o sucesso deste caso, teve muito a ver, em nossa opinião, com o envolvimento dos pais, pois apesar das dificuldades económicas do agregado, nunca houve intenção de retirar proveitos da actividade do filho, tendo sempre colaborado com ele e com os técnicos. Exemplo disso é o de levarem diariamente ao comboio da volta, por volta das 6:00 da manhã, para se poder deslocar à escola.

O Gonçalo esteve durante algum tempo a trabalhar com o pai, e no último contacto que tivemos com ele, soubemos que ia a uma entrevista para conduzir máquinas agrícolas.

O segundo caso, refere-se a uma jovem de 16 anos sinalizada ao PETI. Pais e irmãos trabalham na agricultura e nem todos os elementos da família vêem com bons olhos a saída da irmã para ir estudar. Não é por acaso que diariamente lhe são atribuídas tarefas que desmotivariam qualquer um de ir à escola.

Levanta-se entre as 5:00 e as 5:30 horas da madrugada, para cumprir os afazeres de que foi incumbida antes de partir para a escola, onde chegará depois de uma viagem que demora 50 a 60 minutos. Não falta e tem aproveitamento.

Frequentou o PIEF do 3.º ciclo que lhe proporcionou uma dupla certificação escolar e profissional, qualificação de nível 2, na área da agricultura. Quem sabe não será esta uma jovem, a quem a formação que lhe foi proporcionada, não poderá ajudar a autonomizar-se da família, transformando-a numa verdadeira jovem agricultora, qualificada, participativa, inovadora e feliz.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Ana Maria Mesquita, Presidente CNAsti:

Zonas difíceis, onde as expectativas são muito limitadas, onde há muita migração, zonas onde normalmente as famílias têm baixos salários, onde há baixa oferta de emprego e descrença na escola, caminhos certos para o trabalho infantil. Referiu a importância do

trabalho dos técnicos e do trabalho em rede. Referiu também a importância do apoio às famílias e a necessidade de intensificar o trabalho de outros agentes, para que a situação destas crianças e das suas famílias tenha uma alteração positiva.

Dava agora a palavra ao Dr. Luís Miranda que é o Presidente da Confederação

Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal. Tem mestrado em gestão, tem o MBA em Estratégia e Marketing, tem formação em Organização e Gestão de Empresas, é formado em Engenharia Agrícola. É empresário agrícola, consultor de empresas, coordenador de projectos, de intercâmbio internacionais e é formador.

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?



Luís Miranda Saldanha

Presidente da CNJ: Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal

Muito obrigado pelo convite que foi endereçada à CNJ e gostaria de agradecer à Dr.^a Joaquina Cadete e ao Dr. Paulo Bárcia. Queria agradecer porque este encontro me permitiu melhorar o meu conhecimento sobre o assunto.

Queria também dar os parabéns pelo sentido de oportunidade deste encontro, no ano em que se comemora o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos.

A minha apresentação não desenvolve trabalho nesta área, será a observação de uma pessoa que está de fora, que tem alguma experiência na actividade agrícola e que pelas funções que desempenha a nível associativo lhe permite ter um conhecimento da realidade, desde Trás-os-Montes a Tavira. Este conhecimento permitiu-me ter uma percepção diferente relativamente a este sector, onde existem muitas ideias preconcebidas, de entre as quais: que são todos velhos, analfabetos, pouco qualificados e pouco dados à mudança. Há um conjunto de ideias que vou tentar, abordar um pouco sobre elas, numa óptica sempre positiva, acerca de um sector que é menos considerado, que é o sector agrícola. Ninguém quer ser agricultor, há empresários agrícolas, não há agricultores, o que estabelece logo aqui uma diferença em termos de qualificação e de maneira de estar nas coisas.

Penso que há um entendimento geral de todos que, uma das grandes vantagens da democracia é exactamente a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos das pessoas. E qualquer criança que seja vítima do trabalho infantil, não tem as mesmas oportunidades que as outras. Por isso, logicamente que não podemos ser a favor do trabalho infantil. Até porque em termos de racionalidade económica, não só prejudicará a actividade neste momento, como poderá hipotecar o seu futuro. O futuro só estará na formação e na qualificação.

A agricultura é uma actividade económica lucrativa, cujo objectivo é o rendimento, mas incessantemente os que desenvolvem as suas actividades neste sector são associados àqueles que não querem trabalhar, os jovens agricultores são associados a indivíduos que querem o subsídio para comprar o jipe e não querem fazer nada. Eu pessoalmente não partilho nada deste tipo de opinião e por isso queria só explicar um pouco o que é que, a Confederação dos Jovens Agricultores faz. Tem como missão, três coisas fundamentais que é promover, facilitar e valorizar.

Promover a actividade e os produtos que lhe estão associados.

Valorizar um sector de actividade onde ninguém quer trabalhar. Há uma coisa que não me esqueço, há uns anos atrás, quando foi verificado, por um antigo Presidente da República, o caso de duas irmãs que tinham abandonado a escola, apareceu na televisão também, a perguntar a um miúdo, o que é que ele queria ser na vida, e o miúdo disse que queria ser pedreiro. Então mas porquê pedreiro? Porque a alternativa é ser pastor. Estamos num sector de actividade onde os jovens não querem trabalhar e por isso o nosso objectivo é o de valorizar um trabalho que deve ser valorizado, e que é rentável.

Por isso mesmo, devemos facilitar o acesso a um agricultor respeitador do ambiente, do mercado, e os consumidores. Contribuir para uma melhor vida, para um mundo melhor numa sociedade mais justa, com melhor qualidade de vida, mais saudável, mais qualificada, respeitadora do homem, do meio ambiente e do bem-estar animal. Esta é a nossa posição. Uma actividade empresarial, mas também com responsabilidade social. Por isso mesmo fazemos parte da Plataforma Laboral de Luta contra a Sida, achamos que os jovens agricultores terão que ser um dos principais veículos de transmissão da mensagem, pelo facto de serem mais novos.

Desenvolvemos também um projecto, chamado valorização dos cavalos de raça garrana, como animal de ensino, terapia e lazer.

Este projecto pretende alcançar uma valorização efectiva dos nossos produtos, para que as pessoas não se afastem deste sector. Assim, a ideia era valorizar o animal pela sua função, mas numa lógica também de aumentar o rendimento aos criadores, porque senão as pessoas não fazem mudanças.

Na mesma linha, somos a entidade que considera que as terras abandonadas devem ser tributadas com taxas mais elevadas. Porque se nós trabalhamos com terra, não havendo terra, por questões sociais, não podemos trabalhar. Assim esta medida permitiria combater a desertificação e o abandono.

Desenvolvemos também um projecto, para uma alimentação mais saudável juntamente com a Câmara Municipal de Lisboa, e porquê uma Confederação de Jovens Agricultores, fazer isto? Se os jovens comerem mais fruta e comerem mais vegetais e

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

principalmente se forem portugueses, logicamente seremos mais beneficiados, não só contribuímos para o bem estar desses jovens, como também para o nosso rendimento.

Desenvolvemos outro projecto que está em curso, que foi o de tentarmos levar jovens universitários ao campo, ao mundo rural. A nossa lógica é, promover a actividade lúdica e criativa em meio rural.

E por último, desenvolvemos um consórcio de comercialização de produtos tradicionais portugueses, de Trás-os-Montes ao Algarve, numa lógica de promover os produtos mas também as regiões.

Abordando mais directamente o assunto que nos trás aqui, o trabalho infantil, consideramos em primeiro lugar que é um assunto muito mediático, onde muitas vezes, se procura generalizar os casos particulares. E em segundo lugar transmite-se muitas vezes ideias erradas e preconceituosas sobre actividades e sectores de actividade que penalizam quem neles trabalha. O facto de um sector de actividade ser rotulado como tendo trabalho infantil é um factor que desvaloriza logo esse sector, os seus produtos e os seus mercados. Há uns anos atrás, os americanos interditaram a importação de têxteis nacionais porque diziam que Portugal era um país referenciado como tendo trabalho infantil.

A minha apresentação vai ter um carácter positivo, não só referindo aquilo que se faz mal, mas também aquilo que se faz bem. Posso dizer que a primeira vez que tive contacto com a questão do trabalho infantil, foi há uns anos, quando fui convidado para ir a uma audição à Assembleia da República. E a minha posição é, mais ou menos aquela que é consensual, sou contra o trabalho infantil pelos motivos já apresentados. Acharmos que o trabalho também, tem um carácter educativo, eu próprio durante muitos anos, com carácter sazonal acabei por ajudar os meus familiares na apanha da fruta. Quando terminou a audição, veio uma Sr.^a Deputada ter comigo e disse que concordava comigo, porque as suas filhas durante muitos anos apanharam fruta, só que considerava que não o podia dizer porque não é politicamente correcto. Ou seja, muitas das vezes tem a ver com questões preconceituosas, que acho que não fazem sentido nenhum. Acho que aqui é preciso haver bom senso e perceber qual é que são as posições de cada uma das partes.

Há um conjunto de generalidades que se costuma dizer, nomeadamente que o trabalho infantil é um problema exclusivo de Portugal, e Portugal, pelo o que sei, foi um dos primeiros países a reconhecer que tinha trabalho infantil, ao contrário dos outros, que dizem que não têm, e, como eles não têm, não são penalizados. E nós ficamos bem visto perante algumas organizações, mas em termos de mercado ficamos bastante penalizados.

O trabalho infantil não é exclusivo de Portugal. Esta fotografia, onde se podem ver dois miúdos a acartar um fardo de palha, é na Alemanha. Se isto fosse em Portugal, seria com certeza aqui referenciado, os pais seriam acusados de estarem a sujeitar esta criança a uma carga excessiva de alergia, por causa do feno. Como isto é na Alemanha, e é um site que está relacionado com a bio-construção, a ideia é diferente, está tudo bem, a

criança está com a palha mas está juntamente com o ambiente e com a terra. Isto na Alemanha é bem visto e faz bem, estamos perante uma cultura alternativa, mas em Portugal, seria trabalho infantil.

Outro preconceito que existe é que o trabalho infantil é unicamente uma questão cultural, social, portanto é um fenómeno associado aos pobres, e os agricultores são pobres. Sei que o PETI vai desenvolver um conjunto de acções relacionadas com a indústria do entretenimento. A minha mulher é professora e tem alunas que participam numa dessas novelas, de um canal privado e que vão ao fim-de-semana para a Madeira. Isso não é agricultura, e não são pessoas pobres, isto é potanto, um problema transversal.

E a questão do desporto de alta competição, também é importante. Neste momento há uma portuguesa que é famosa, porque dizem que vai ser a futura campeã mundial do ténis, gostava de saber qual é a carga horária a que essa jovem está sujeita em termos de treinos, em termos de trabalho. A minha mulher tem alunos que fazem alta competição, que se levantam às 5:00 da manhã, para nadar das 07:00 às 08:00 e depois vão às aulas às 09:00, e depois saem, e das 05:00 às 07:00 vão nadar outra vez. É claro que esses não são agricultores, não são atrasados, não vivem em Viseu, nem em Paredes de Coura, nem em Mogadouro, nem em Sendim, são de Lisboa, mas como isto é assim, não há mal.

Portugal é o país, segundo a OCDE, em que há mais ganhos marginais por aumento de qualificação e formação, ou seja, por cada ano que se tem mais formação, o rendimento que a pessoa obtém por essa mesma formação, é maior. Desta forma, acho que a questão da qualificação e da formação fortalece a democracia e que vale a pena estudar e vale a pena andar na escola.

Muitas das vezes contrapõem-se a escola ao trabalho, ou seja, valoriza-se muito pouco o trabalho, eu acho que o trabalho devia ser valorizado. Acho que se deve ter uma visão positiva.

E queria passar a ideia de que as coisas estão melhores. Está aqui um dado que diz que o abandono escolar em 91, era 13% e em 2001, é de 3%. Segundo os dados referidos pela Sr.^a Inspectora, em 1997 em 1462 visitas, foram diagnosticados, ou referenciados 114 casos de trabalho infantil. Em 2005, em 12.000, quase 10 vezes mais o número de observações, só houve 8 casos. As coisas estão melhores.

Outra visão positiva que gostava de deixar diz respeito à relação entre o ensino formal e o ensino profissional. É pelo ensino profissional e pelos currículos alternativos que se consegue combater o trabalho infantil e chamar as crianças e os jovens para o ensino.

Outra questão de que queria colocar diz respeito aos tipos de intervenção. Falar de trabalho infantil sem combater a pobreza, não faz qualquer tipo de sentido. E haverá sempre trabalho infantil, esperemos é que ele seja cada vez mais residual e que possamos tentar arranjar alternativas. No entanto, sem combater a pobreza, dificilmente vai deixar de haver trabalho infantil. Ou seja, o rendimento de reinserção social que já existe é uma

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

forma de combater o trabalho infantil. Penso que também terá sido uma das medidas que levou a reduzir o número de pessoas diagnosticadas nesta situação. É importante que se diga que a situação melhorou. Que se fiscalize e dê apoio social, a fiscalização sem apoio social, não fará muito sentido.

Outra questão que considero importante é transformar a escola num lugar de lazer, um lugar de aprendizagem, a escola tem que ser um sítio onde as crianças se sintam bem, chamá-las para a escola primeiro, para depois poder ensinar-lhes as coisas que são necessárias. É necessário criar currículos alternativos, currículos profissionalizantes, em que os jovens se sintam bem, e este poderá ser um caminho mais fácil para combater o próprio trabalho infantil.

O aumento da rede de creches é também importante. Se não houver creches, as crianças vão para o campo com os pais, e se vão para o campo com os pais, por processo de imitação, o risco aumenta e os acidentes podem também aumentar. Se houver creches os pais poderão trabalhar com mais segurança, e se calhar, haverá menos trabalho infantil.

Melhorar a rede de transportes nas freguesias rurais é também importante. Há zonas em que as crianças estão a uma grande distância da escola, e se não forem à escola acabam por ir também com os pais para o campo, vão trabalhar e os riscos de acidente também podem ocorrer.

Assim é necessária a flexibilização dos currículos e aumentar o peso do ensino profissional. É necessário que se faça um trabalho continuado e integrador, só assim isto terá resultado, a médio e a longo prazo.

Acho que as preocupações com o trabalho infantil, devem ser extensíveis ao trabalho juvenil, ou seja, menores com 16 e 17 anos. Vejo isto numa lógica de racionalidade económica. Com certeza que se os jovens com 16, 17 e 18 anos, estiverem melhor formados, serão muito melhor trabalhadores e serão muito melhor cidadãos. Portanto não devemos ficar só pelo trabalho infantil mas também, ter em conta o trabalho juvenil.

Terminaria, dizendo que espero que haja um tempo em que se possa dizer que o problema acabou, apesar de acreditar que existirão sempre situações residuais, que terão necessidade de ser combatidas.

Da nossa parte tudo faremos para que tal aconteça, tentaremos dar uma outra imagem de Portugal, país moderno e merecedor da confiança dos seus pares, mas acima de tudo procuraremos melhorar a vida das crianças e dos jovens que têm poucas expectativas em relação a este sector e que são vítimas do trabalho infantil. Da nossa parte faremos o que nos competir, espere-mos que os outros façam o mesmo. Muito obrigado.

Ana Maria Mesquita, Presidente CNAsti:

Luís Miranda trouxe-nos uma informação importante sobre as actividades que a Confederação vai desenvolvendo, os projectos que tem, todos com o intuito de promover o desenvolvimento do local e o meio rural.

Destacou a grande importância que dá à formação e à valorização do trabalho. Referiu que o combate ao trabalho infantil está perfeitamente indissociável do combate à pobreza. Combate ao trabalho infantil que também passa pelo alargamento da rede de creches, por uma escola atractiva e com transpor-

tes que assegurem a ligação à escola. Trouxe-nos ainda uma visão positiva e optimista para o futuro do nosso país na área do trabalho agrícola.

Dou agora a palavra à Dr.^a Maria do Céu Roldão, que é Doutorada em Teoria e Desenvolvimento Curricular pela Universidade de Simon Fraser em Vancouver, no Canadá. É agregada em educação pela Universidade de Aveiro, exerceu funções docentes no Ensino Superior Politécnico e Universitário desde 1985, tendo sido professora, coordenadora, com agregação na Escola Superior de Educação de Santarém, onde se aposentou em 2005. Tem colaborado como docente em cursos de mestrados e

colabora, como investigadora, com as Universidades de Aveiro, Católica, dos Açores, de Macau e do Minho, onde integra actualmente o Centro de Estudos da Criança. Participou em diversos projectos da OCDE, em representação do Instituto da Inovação Educacional, de que foi vice-presidente e trabalhou como consultora em projectos da UNESCO para a América Latina e também em projectos de cooperação com Moçambique. Tem sido em diversos contextos, consultora do Ministério da Educação, na área do currículo. Possui diversas publicações científicas na área da educação.



Maria do Céu Roldão

Consultora em Teoria e Desenvolvimento Curricular

TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA - O LADO DA ESCOLA

Quero começar naturalmente por agradecer ao PETI na pessoa da Dr.^a Joaquina Cadete, que me formalizou o convite para esta sessão, a oportunidade de estar aqui, eu que venho – e parece-me que sou a única, neste conjunto – de um outro mundo, o da educação e da formação de professores. Estar nesta mesa com outros actores sociais é muito refrescante para mim e uma oportunidade de abrir horizontes, sair do universo da educação, em que nós por vezes nos fechamos um pouco, para me pôr em contacto com as visões tão multifacetadas e tão ricas que foram aqui apresentadas, vindo do lado das instituições ligadas ao trabalho. Portanto a todos muito obrigada.

Ser a última a falar num dia destes é uma pesada tarefa porque já quase tudo terá sido dito e bem dito e portanto já não há muito lugar para originalidade, nem é essa a minha intenção.

Aquilo que gostava de reflectir aqui um pouco convosco, neste espaço final, era um pouco o olhar *do lado da escola*, pedindo de empréstimo uma formulação dos títulos de Marcel Proust, – “do lado da escola”, vamos olhar para este processo do trabalho infantil, sobre o qual aprendi imenso porque também não sei muito do assunto, na sua especificidade. Retomo aqui as ideias fortes que passaram ao longo das comunicações anteriores, nomeadamente que o trabalho infantil como fenómeno não pode ser descontextualizado, nem desligado quer das culturas em que se desenvolve e em que acontece, quer dos níveis de desenvolvimento, dos níveis de pobreza, dos níveis de modernização ou não modernização, a que diferentes contextos correspondem. Tendo isso em mente, no quadro do envolvimento social deste problema, a escola é – e foi referida várias vezes, ainda agora na última intervenção, mas também durante a manhã – um actor social, particularmente relevante e particularmente associado ou co-relacionado, se quisermos com este problema do trabalho infantil. E é do lado da escola que me vou colocar.

A escola e a sua acção estão muito envolvidas com esta problemática. Quando falo de escola, falo simultaneamente da orga-

nização a que damos este nome e que se constitui como uma instituição, e dos actores que estão dentro dela, nomeadamente os profissionais que somos nós, os professores. E é como professora também, professora e formadora de professores, que aqui me situo.

A escola relaciona-se, como já se viu várias vezes, durante o dia, com este problema, a montante e a jusante, se podemos falar assim. Ou seja por um lado, nos meios rurais, em que o trabalho infantil, não o trabalho como colaboração, mas o trabalho infantil acontece – com um peso negativo, como foi aqui já explicitado – são meios em que a escola, e aquilo que se aprende na escola é desvalorizado. Portanto as famílias, os pais, a sociedade, os meios envolventes dos alunos, não acham, em geral, e têm as suas razões para não achar, que aquilo que a escola ensina e que a escola faz, tenha alguma utilidade significativa para o futuro dos seus filhos, que antevêem com poucas expectativas. E esse é um outro círculo que é preciso romper.

A montante, diria, porque os alunos por sua vez, aqueles que vêm ao encontro da escola, quando chegam já transportam esta visão desvalorizadora dos pais, e facilmente se concretiza a expectativa e a escola realmente não lhes interessa. É “chata”... como dizia o orador anterior, e com muita razão, torna-se imensamente “chata”, ou quando não se torna “chata”, organiza-se um pouco a ficcionar o ser divertida, o que também não é a sua função, na minha opinião. Portanto há aqui um duplo desfasamento que converge na escola: nem ela é vista como uma oportunidade socialmente valorizada, nem é vivida pelos alunos como alguma coisa de interessante, de estimulante, de útil e que tenha a ver com a vida deles. Daí que me parece que aquilo que temos que trabalhar, do lado da escola, é em torno do que se pode, ou o que não se deve fazer, e se tem feito até agora, quanto a mim, muitas vezes mal, face à realidade do mundo rural, em que este fenómeno que estamos aqui a discutir, ocorre.

Um primeira realidade que queria destacar é que a escola é uma organização, uma instituição, das mais imobilistas, se, se pode assim dizer, no contexto das sociedades actuais. A escola evoluiu menos que a maioria das outras organizações sociais modernas – sei que há muitos professores se calhar aqui que não vão gostar que diga isto, mas é, o que está efectivamente estudado na investigação e o que nós vemos no terreno. A escola como organização, com tudo o que há de boas vontades dentro dela, individuais e inovadoras, a escola *como organização*

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

permanece largamente, hoje, com o mesmo figurino com que se estruturou no século XIX. Mas nem a escola se vê assim, nem os professores se vêem assim, porque individualmente e pontualmente há esforço e mudança. Mas no plano da organização, de facto, a forma como a escola trabalha permanece referenciada ao modelo uniforme que era adequado ao tempo em que se constituiu, mas não ao actual. A escola tem aquilo que alguns autores designam por uma *indiferença à diferença* e essa indiferença à diferença torna-se um problema muito grave sobretudo a partir do fim do século passado e cada vez será mais grave, na medida em que, com a massificação do acesso à escola a partir da década de sessenta do século XX - e isso é um excelente indicador de desenvolvimento - o que aconteceu foi que a diversidade social entrou para o interior da escola, mas a escola permanece como se isso não tivesse acontecido, em termos de organização, em termos de modo de trabalhar, em termos de estruturas de funcionamento.

A escola mantém até hoje o formato organizacional que adquiriu e que estruturou no século XIX, segunda metade sobretudo, e ao longo do século XX, essencialmente pensado para funcionar em moldes de uma clientela tendencialmente uniforme, ou tendencialmente homogênea, que era, no fundo, muito mais classe média e outros, daí para cima, com uma cultura dominante mais ou menos aceite, e que hoje se confronta com a realidade da entrada de toda a diferença social, toda a diferença cultural para dentro do seu sistema. E a escola está a “chiar por todos os lados”, se me permitem o populismo da expressão, face a essa realidade a que não tem conseguido, quanto a mim, até agora, responder, não porque não seja capaz, mas porque não se diagnostica que este é o problema.

Nós temos porventura que pensar numa escola que deixe de trabalhar, por exemplo, centrada na unidade turma como organizador nuclear. A unidade turma está todavia profundamente naturalizada, embora seja uma opção organizacional entre muitas outras possíveis. Quando peço a professores ou a alunos meus, que são professores, que imaginem outra forma de funcionar da escola, sem ser por turmas com as características que lhes correspondem, a reacção raia a estupefacção... isto é completamente sentido como anti natural. Fica tudo um pouco perplexo a olhar para mim, porque nós não imaginamos outras formas de organização.

A turma é o paradigma da uniformidade, uniformidade de nível de aprendizagem, uniformidade de idade tendencial, sustentada no pressuposto fundador que João Barroso muito bem documentou em trabalhos seus, que consiste em *ensinar a todos, como se fossem um*, que constituiu a base da organização da escola num tempo em que fazia sentido como resposta à pressão social para rentabilizar o investimento na alfabetização elementar massificada, tornada necessária na decorrência da Revolução Industrial e da introdução do Estado liberal, acompanhada de níveis mais elevados de escolarização para elites muito pouco numerosas. Esse era o padrão de necessidades sociais em meados do século XIX e ainda pelas primeiras décadas do século XX, excepto nos países mais desenvolvidos economicamente que muito cedo começaram a estender a escolaridade. Ora esse formato de escola - que no essencial continua a ser o padrão-base da forma de organizar o ensino na escola - é cada vez menos possível, e manifestamente ineficaz, num tempo de extensão, alargamento e prolongamento da educação a todos, como resposta a novas pressões sociais e nomeadamente do mundo de trabalho qualificado que é e será

o nosso no século XXI. E esta é a grande grande provocação à reflexão que aqui deixo: já não está a ser possível, é impossível que a escola funcione e melhore sem transformar este padrão. E não é só a turma, tomei a turma como elemento indicador apenas. A escola não vai ser capaz de responder aos desafios das sociedades actuais se não se reconverter em modos de organização. Porque a escola é cada vez mais precisa às pessoas, mas não neste formato.

Dito isto, em jeito de introdução, o que é que em particular interessa considerar sobre a acção da escola nas situações rurais, que é o que hoje estamos a discutir, este problema do trabalho infantil contextualizado em meios rurais? Embora os meios ditos rurais abranjam uma grande diversidade, a insensibilidade da escola à diferença nestes contextos, é porventura ainda maior, na medida em que há outras diferenças que já entraram, pelo menos no discurso da escola, porque são mais visíveis. É que mesmo nas diferenças há hierarquias: por exemplo a diferença étnica ou a diferença cultural, também a linguística, já têm uma visibilidade relativamente maior na própria discussão que a escola faz de adaptações a fazer do seu currículo face aos alunos que tem. Mas a diferença do rural, ou a especificidade do mundo rural, sobretudo deste mundo rural, conotado com zonas mais pobres, ou menos desenvolvidas, mais tributárias de um modelo de sociedade não modernizado, que tende a reproduzir-se no mesmo formato, face a essa diferença e à especificidade dessas culturas, porque são culturas, a escola é ainda mais insensível, parece-me a mim, do que em relação às outras diferenças.

Embora as pessoas estejam cheias de boa vontade, a questão é que a escola dificilmente funciona em termos de adaptação a situações diferentes. E aí sugiro três campos em que as escolas rurais, as escolas e os professores em meio rural, em meio que potencialmente pode ser indicativo desta emergência do trabalho infantil na sua versão condenável, poderão actuar: a escola terá que, do meu ponto de vista e pensando que esta é uma mesa virada para as questões da intervenção, terá que agir ou que modificar a sua acção em três campos. E esses três campos a meu ver são: (1) a própria organização do ensino e da aprendizagem, o trabalho com os alunos, o trabalho de sala de aula, se nós quisermos falar assim, como os professores, costumamos falar, esse é o plano mais importante se calhar, mas não é o único; (2) a questão da relação com os pais, ou da superação do tal divórcio que os pais ou as famílias ou as comunidades, de uma forma mais abrangente, têm em relação à escola, a que não vêem, não reconhecem grande utilidade, no tempo actual, porque ela deixou de ser efectivamente significativa de alguma coisa, para aquele mundo; e (3) um terceiro nível, que é o nível da própria organização, da própria estrutura organizativa da escola.

No que diz respeito à aprendizagem escolar, julgo que o grave, o grave da escola, aquilo que torna a escola desprovida de sentido para os alunos, não é a natureza do que se ensina, é o modo como se ensina. Porque aquilo que se ensina, aquilo que designo como o currículo, aquilo que é preciso que os alunos aprendam, aqueles conhecimentos e conceitos que fazem parte dum património comum e dum nível de competências essencial, que os alunos todos, sejam quais forem as suas proveniências têm direito a desenvolver, esse corpo de aprendizagem tem de ser garantido a todos. Sou resistente e crítica, tenho sido sempre, em relação, sobretudo nos níveis mais iniciais da escolaridade básica, ao estabelecimento de currículos separados, quase sempre simplificados, como suposta forma de respon-

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

der à diversidade.. Há a opção de currículos alternativos, que foi tomada e que teve, tem tido a sua utilidade face a situações já existentes de fracasso.. Mas a opção, a meu ver será de combater e eliminar as razões que os tornaram a única saída, uma espécie de mal menor, num sistema que falhou face à sua aprendizagem. Quando o saber básico e as competências essenciais são direitos iguais de todos, no plano do ensino básico, necessário é criar processos de ensino que realmente levem os alunos todos a adquiri-las. Acho muito discutível estabelecer vias alternativas, ao nível da educação básica, na medida em que, a democracia consiste em que nós dêmos a todos a educação que gostaríamos para os nossos filhos, é um pouco esta a metáfora que exprime o meu ponto de vista. E efectivamente, os currículos alternativos oferecem-se como uma segunda via, de nível diferente. Não sou nada contra a instituição de vias profissionalizantes, pelo contrário, mas não tão cedo assim. Não tratando alguns alunos, os tidos por diferentes, como alguém que não consegue chegar ao nível desejável, e então há que dar-lhe uma panaceia mais leve, alguma coisa um pouco mais reduzida em ambição. Creio que é à escola que tem de ser exigido que diferencie, melhore e adeque os seus processos de ensinar o currículo básico comum a todos, de forma a que todos, nesta fase, acedam ao que se considera essencial para qualquer cidadão.

Julgo que o processo tem que consistir em ensinar e trabalhar de uma outra forma, ensinar o que é comum a todos, mas através de formas realmente diferenciadas de trabalho, que tenham em conta os contextos de partida das pessoas. A isto não chamo currículos alternativos, mas é um conceito que se pode discutir num outro momento. O que me assusta, no modo de trabalhar da escola, que infelizmente conheço bem, é o carácter da tal indiferença à diferença, em que a apresentação do conhecimento é uma apresentação desprovida de sentidos e de nexos com a realidade. E em que portanto, quanto mais distantes os miúdos são da cultura dominante na escola menos aprendem e menos sucesso têm. A cultura dominante, que predomina no currículo escolar, tem que ser adquirida por todos, do meu ponto de vista, porque é ela que proporciona os códigos e os respectivos acessos aos bens sociais, mas tem que se tornar significativa e tem que se articular com as culturas de pertença das pessoas, para poderem dominar também os códigos das suas culturas, não os esmagar de maneira nenhuma, valorizá-los, e adoptarem e tornarem-se competentes nos códigos da cultura dominante, porque é essa que abre as portas. Não é um processo de substituição, é um processo de interacção.

A escola normalmente “pega”, desculpem a expressão, no currículo e apresenta-o, como se desenrolasse uma peça de tecido inerte. Normalmente a partir de materiais uniformizados e através de procedimentos uniformizados. Os materiais uniformizados que constituem a base do trabalho da escola, e os professores não me deixarão mentir, corporizam-se no manual. E os manuais são precisos e muito úteis, sobretudo para os alunos, a quem devem destinar-se. O que é lamentável não é que eles sejam usados, é que eles sejam seguidos. Porque usados têm que ser, manuais, outras fontes de conhecimento, vários manuais, materiais diversos, como em muitas escolas dos países, por exemplo, nórdicos e outros que têm sistemas educativos mais bem sucedidos, isso acontece. O problema connosco é a uniformização e a sequência única que, em geral, o trabalho da escola apresenta, agravado pela dependência do professor face ao manual, quando ele, professor, é que é suposto, pela sua qualificação e conhecimento, gerir e organizar o processo

de aceder ao saber..

Ora o trabalho de ensinar é feito de uma forma muito passiva, geralmente, e “*textbook oriented*”. Tenho o maior respeito por todas as pessoas e incluo-me entre elas, que ensinaram, e ensinam, de outra maneira, mas como tendência global e marcante da cultura profissional instalada na escola é assim que se funciona. As aulas decorrem como uma passagem pautada pelos manuais, expressa da mesma forma, seja para quem for, e isso torna evidentemente cada vez maior a distância dos alunos face àquilo que é preciso saber, e ao interesse daquilo que é preciso aprender. Porque nem sempre eles têm noção de que é importante aprender. Não podemos ter a ilusão lírica de que a criança e os seus interesses devem marcar o currículo, só há que seguir interesses deles... Não creio, pois os interesses deles de partida, naturalmente não lhes darão a indicação de que é socialmente muito importante aprender Física ou Química, ou aprender História; é preciso que a escola construa o significado social desse conhecimento para eles e com eles. E para isso, aquilo que me parece essencial é que, por um lado, os professores a trabalhar em escolas em situações de ruralidade, com algumas destas configurações que aqui se desenharam, antes de mais conheçam e partam da experiência dos miúdos, mas não fiquem por aí, numa abordagem paroquial e empobrecedora. Ou seja, é preciso ter em conta que eles trazem coisas que sabem e que nós nem sabemos, somos portadores de outras culturas mais formalizadas, por vezes, e que isso não é um aspecto a desvalorizar, é um bem a incorporar no currículo da escola e é necessário sobre ele construir aprendizagem curricular, porventura mais formal, porventura depois mais avançada, para outros níveis de abstracção, mas que tem que ter nexos com aquilo que os miúdos já sabem. Se nós chegamos à escola e lhes apresentamos conteúdos, porque sim, porque é a página do manual que estamos a dar esta semana, ou porque é a letra do alfabeto que agora estamos a aprender, efectivamente a perda de sentido vai-se acentuando e o divórcio é total. Depois dizemos, como os professores muitas vezes dizem, que estes miúdos são desatentos, são desinteressados, não querem saber da escola. Às vezes dizia aos meus estagiários, a cujas aulas assistia, que eu própria quando lá estava, frequentemente me aborrecia com o que estavam a fazer ...e suponho que sou relativamente culta, enfim, não propriamente limitada do ponto de vista do conhecimento para aquele nível e ficava muito machada às vezes... Portanto imaginemos as crianças, que ainda por cima não têm nada a ver, em muitos casos, com a natureza dos conteúdos que aparecem na sua frente

Isto portanto quanto aos conteúdos curriculares da aprendizagem: é importante que se parta da experiência vivida, como John Dewey, no princípio do século XX já recomendava, que se faça um contínuo entre a experiência de partida dos alunos, aquilo que eles sabem, as vivências que eles têm e aquilo que a escola ensina. Isto para mim é que é tornar a escola apelativa. Ela pode não ser divertida, nem creio que deva ser... Porque há uma certa ilusão, de tornar a escola “lúdica”, porque os meninos não gostam de aprender. Então vamos pôr aqui umas coisas um pouco folclóricas, para animar, umas actividades assim “giras”, de que os professores gostam muito.. E quando digo professores estou a falar sobretudo de professores meus alunos, não levem a mal, alguns estão aqui. Quando me dizem que vão fazer uma coisa “muito gira” quase sempre fico muito mal disposta, porque não sei o que isso é, arrisca-se a ser uma grande palhaçada sem sentido. O mal é que eles se aborrecam com aprender, e é preciso perguntar porquê. O que é preciso é que

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

se ensinem coisas que façam sentido, não que sejam divertidas mas que suscitem prazer de compreender, que estimulem o pensamento, que estimulem o gosto de aprender, o prazer sim mas é o prazer de aprender, que passa pela dificuldade, pelo esforço e por aprender como é que se faz, como é que se pensa, como é que se discute, como é que se analisa... Isto em vez de, lhes fornecer um formato de trabalho corporizado no artefacto escolar por excelência – a “ficha” – que é agora o nosso arquétipo nas escolas; fichas que abundam nos manuais e ainda até hoje ninguém me conseguiu fazer perceber que finalidade as define, para além de preenchimento cómodo e repetitivo de tempo; fichas que os meninos fazem sem cessar e que são puras mecanizações. Se estamos numa sala de aula, ao fim de um tempo, damo-nos conta de que os miúdos só estão à espera de adivinhar como é que aquilo se resolve, adivinhar a resposta certa à Ficha e suas questões por vezes estranhíssimas.... Perceber não interessa nada, porque o professor também não lhes está a pedir que percebam, está-lhes a pedir que façam. Este parece-me a mim o nó das questões, no trabalho do professor com os alunos, e dos professores em conjunto com os alunos.

O currículo, aquilo que nos chamamos o currículo – sosseguem, não vou dar uma aula sobre currículo...- é realmente aquele conjunto de aprendizagens que são consideradas necessárias ao desempenho social e pessoal numa dada época, e que têm uma formalização programática e em áreas. Mas o que interessa é o que queremos que o sujeito aprenda através e dentro desse currículo, não é que ele desbobine coisas. É o que aprende com essas coisas que importa. Há pois necessidade de criar áreas de estudo ou temáticas que sejam emergentes da realidade das crianças e que os professores trabalhem transversalmente e em conjunto. E as escolas têm formalmente autonomias que não usam, neste plano. Há algumas coisas que são restringidas pelo poder ministerial, eu sei, mas muitas outras não, no plano curri-

cular, e já não eram, aqui há 20 anos ou há 30, quando eu era ainda uma jovem professora. Nós, professores, nas escolas, podemos fazer muito mais, podemos criar, organizar temáticas que tenham a ver com o trabalho dos miúdos, que tenham a ver com a experiência deles, por exemplo numa zona rural, a partir das quais se pode desenvolver conhecimentos de toda a espécie que estão no currículo e em cada área específica, e que têm que ser aprendidos, mas que passam a ter um sentido acrescido. Isto parece-me ser, do ponto de vista do ensino e da aprendizagem, o essencial, mas requer que os professores pensem sobre isso, trabalhem sobre isso, analisem como é que vão fazer, face à realidade que têm. E em geral a nossa tradição é de seguir um certo formato que paira fora e acima da realidade vivida.

Por outro lado – e é outra dimensão deste primeiro aspecto – há a questão das metodologias de ensino. Quem nos ouve ou lê, aos professores e aos investigadores e aos que escrevemos sobre educação, sabem que é consensual que o ensino seja activo, que os alunos estejam envolvidos, etc., etc., etc., mas esta dimensão vive sobretudo ao nível discursivo, porque, na prática, a maior parte do nosso trabalho – no ensino superior inclusive, donde venho – assenta numa lógica de transmissão, reprodução, avaliação. Essa não pode ser uma lógica produtiva de verdadeiro conhecimento. Os alunos têm que ser levados realmente a mostrar que perceberam, a mostrar que sabem usar, e é aí que entra o conceito de *competência*, que implica saberem muito e bem, adquirirem o conhecimento de forma a poderem *usá-lo* adequadamente. E isso depende, essencialmente, dos métodos de ensino e do trabalho que se pede aos alunos nesse ensino. Trata-se de “dar as matérias” de uma outra forma que não apenas apresentativa; de os colocar perante situações problemáticas que levem a conclusões com fundamentos, de os ensinar a discutir, de os confrontar com experiências das quais podem tirar conhecimento e depois conferir esse conhecimento



Jovem do PIEF da Moita

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

com outros que o professor lhe forneça ou lhe apresente de forma mais sistematizada.

Quanto à questão dos pais – segunda área de intervenção a que me referi – a imagem menos positiva que os pais e a comunidade têm da escola, a distância a que as famílias nos meios deste tipo, sobretudo nos menos esclarecidos, do ponto de vista da própria escolaridade que os pais detêm, se sentem do saber escolar, levam a que estes pais tendam naturalmente a achar que a escola, se é para os miúdos continuarem a trabalhar com eles, no mesmo formato tradicional que foi o deles, não faz muita falta. Ora aqui julgo que a iniciativa está, mais uma vez, do lado da escola. Tendencialmente quem está na posse de mais elementos e recursos é quem tem que agir, e a escola está nessa posição face a famílias destes meios. E, nesse caso, julgo que, na escola, a primeira coisa que tem que se criar é uma lógica de trazer o saber dos pais à escola, reconhecendo que os pais têm saber, mesmo quando são analfabetos, e evitar o folclorismo, mais uma vez. Não se trata de apenas trazer o pai ou a mãe, que até sabe ensinar aos meninos como é que se faz, não sei que trabalho agrícola ou um doce da região, numa lógica de “mostra”. Não é isso que está em causa: É sim tornar natural, natural e valorizada, a presença dos pais na escola, e por seu lado a escola oferecer aos pais, e oferecer-se aos pais, como uma instituição cultural, valiosa e que pode ajudá-los e fornecer-lhes também a eles conhecimento útil.

Esta interacção escola-pais evoca-me uma experiência de há uns anos, estava então na Escola Superior de Educação de Portalegre, que consistiu num projecto muito interessante, que era financiado por uma fundação holandesa, a Van Lear, e que foi um projecto comunitário justamente desenvolvido numa povoação perto de Portalegre, em que a escola se tornou verdadeiramente um lugar aberto à comunidade, em que a comunidade realizava actividades, a escola fornecia recursos, em que os professores apoiavam as pessoas para fazerem sessões, para fazerem dinamizações, etc., As pessoas daqueles ofícios que estão a desaparecer e daquelas tradições culturais locais, como as rendas, os doces, etc., vinham fazê-los na escola e os miúdos e os professores organizavam actividades das aulas em que esses saberes eram aproveitados para as áreas e disciplinas, mas isto tinha um carácter permanente e sistemático. Não era o folclore da semana da gastronomia africana, ou a semana dos trajes regionais da Beira Baixa, que, embora possa sensibilizar, se perde, não ganha significado curricular. É necessário tornar isso parte da aprendizagem.

Por outro lado, acho que há uma dimensão que nalguns contextos, por exemplo em aldeias, em zonas mais imersas na ruralidade, a escola pode ter, estabelecendo parcerias com outras instituições – já se falou muito aqui de parcerias e de redes, mas a escola pode e deve tomar a iniciativa. Pode, por exemplo, organizar actividades para os pais,. Se são zonas de analfabetismo, a escola pode organizar-se, com apoio de uma autarquia, duma Câmara, ou de outra instituição qualquer, para oferecer formações para as pessoas se alfabetizarem, com algum financiamento, que vá buscar a algum lado, evidentemente – não estou a apelar à heroicidade. Pode inclusive oferecer sessões e actividades formativas, com convite e outras pessoas ou a especialistas, tendo em vista informar sobre a modernização dos meios rurais em países desenvolvidos, as situações tecnológicas novas, formas de gestão mais rentáveis, áreas em que a escola pode ser mediadora e facultar acesso de conhecimento aos pais, tornando-os também a eles pessoas em formação e que

valorizem, através disso, o lugar e o papel que a escola pode ter na sua vida, na vida social e na actualização de conhecimento. Isto significa romper com o fechamento. As comunidades agrícolas tendem a ser fechadas, reprodutivas. Estou a pensar sobretudo nas zonas rurais do norte, que foi aqui descrito, não tanto das tecnologicamente mais evoluídas, já que essas já deram um salto qualitativo. Isto, este jogo interactivo do saber, dos saberes que a escola acolhe e dos que oferece, e como é que eles podem ser apropriados, julgo que é uma coisa que temos também que trabalhar.

Do ponto de vista da organização, propriamente da escola, em relação com as situações concretas das famílias, dos alunos e da vida nestas comunidades – terceira e última área de intervenção a que gostaria de referir-me – é talvez onde ainda se sente mais a rigidez da escola. Os meninos por exemplo têm, como aqui já foi descrito, em vários exemplos, actividades em que colaboram com a família, naquele trabalho que estamos aqui a considerar como formativo, em actividades antes ou depois da escola que não excedem os parâmetros que foram enunciados. Mas é preciso que a escola saiba que eles fazem isso. Que sentido faz, por exemplo, nessas situações, mandar para casa cinco cópias e três contas para o menino fazer no 1.º ciclo, o chamado trabalho de casa?. Porque é que a escola, que precisa realmente que os miúdos treinem a escrita e a aritmética, que saibam estudar, que aprendam, e sabe que em casa não vão ter tempo, porque provavelmente vão ter tarefas, e além de ter tarefas, não têm um ambiente familiar que lhes proporcione espaço, tempo e apoio, não trata ela de organizar, dentro da escola, tempos e espaços para isso dentro do próprio trabalho escolar? Tempos em que os alunos sejam ajudados a estudar, ensinados a pesquisar um livro, apoiados a fazer tarefas de treino, que também são precisas, e não remetê-las, para a sobrecarga, igual à de todos os outros sítios, como se não se soubesse que se está num meio com estas características.

Outros aspectos que a escola pode desenvolver, penso eu, também do ponto de vista da organização, têm a ver com a resposta às questões da sazonalidade, não sei se posso dizer assim, da sazonalidade dos trabalhos do campo. A escola não vai fechar enquanto os meninos vão para vindimas ou vão apoiar nas vindimas. Vão para vindimas, neste sentido. Mas pode e deve, não ignorar, que em Setembro, certamente, vão vários meninos faltar durante aquelas semanas que são das vindimas, e não vão faltar porque estão preguiçosos, vão faltar porque estão numa actividade, da qual se podem tirar coisas para a escola. E os que ficam na escola e não foram para aquelas actividades, podem trabalhar sobre aquela temática, por exemplo, das próprias vindimas, e quando os outros vierem, haver situações de discussão do que foi a experiência deles, do que aprenderam, do que sabem, e situações de outros que estiveram porventura a pesquisar na Internet sobre o mesmo tema. Ou outras formas de ajuste que permitam pensar na rentabilização desses tempos, sem serem ignorados, como se fossem lacunas da parte dos alunos, que não são.

A própria actividade de apoio familiar de que muitos miúdos, e ainda sobretudo as raparigas, são responsabilizadas, como tomar conta de irmãos mais novos, isto também é uma realidade muito presente no meio rural. Pode a escola se organizar em parceria com outras instituições locais, criar, por exemplo iniciativas de apoio – na escola, ou na junta de freguesia ou num ATL que se crie, ou num espaço em que se arranje alguém que venha apoiar os miúdos, onde possam ter os irmãos mais no-

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

vos e ao mesmo tempo fazer alguns trabalhos da escola, um espaço lúdico com um adulto ou dois a acompanhar os irmãos, em vez de estarem entregues a si próprios.

Ou seja, e para encerrar, julgo que há, efectivamente um conjunto de acções que diria estratégicas, que a escola tem que desenvolver, no sentido de não tratar os miúdos dos meios rurais como se eles estivessem limitados por qualquer razão. E quem diz os meios rurais diz outros, portadores de alguma diferença cultural face ao que se imagina ser a “norma” – e que é uma abstracção estatística.... Eles não estão limitados, eles têm uma realidade diferente. E têm direito ao mesmo grau de aprendizagem que todos os outros, pelo que é preciso desenvolver o mesmo grau de expectativa quanto à sua aprendizagem que quaisquer outros, e cabe à escola fazer isso. E portanto não pode, não deve, digo eu, a escola continuar a manter um formato uniformista de trabalho, deverá organizar modos de en-

sinar que se compaginem com estas diferenças e que incluam aquilo que é a experiência dos alunos, fazendo-os apreender tanto como os outros. Porque, repito, a expectativa justa e democrática não é que eles fiquem um bocadinho abaixo, uma espécie de segunda divisão do sistema educativo, aprendendo umas coisas mais práticas. Para mim o objectivo é que eles fiquem tão capazes como todos os outros e que as saídas para a escolaridade subsequente possam adoptar formas profissionalizantes, formas ligadas à melhoria do meio em que vivem, ou formas académicas - mas não uma menorização no sentido de menos aprendizagem porque são crianças de um meio rural. E penso que o abandono e o trabalho infantil que lhe está associado só podem resolver-se algures na charneira entre estes vários eixos de trabalho da escola, com a sua valorização aos olhos da comunidade e aos olhos dos próprios alunos. Muito obrigada pelo vosso tempo e atenção.



Ana Maria Mesquita, Presidente CNAsti:

Acabada esta intervenção, atrevo-me a referir duas ou três questões que me pareceram importantes.

A escola como organização não evoluiu e tem sido indiferente à diferença. Penso que é qualquer coisa que todos nós sentimos, mesmo não sendo professores. De facto, como simples cidadãos,

nós apercebemo-nos desta verdade. A escola de facto massificou-se, particularmente depois do 25 de Abril e não teve em conta as diferenças culturais, sociais que entraram pela escola dentro e a escola de facto não se preparou, não se ajustou a essa realidade.

A escola em meios rurais, como referiu, deveria agir em três campos, o campo do trabalho com os alunos, a relação com os pais, que me pareceu extremamente

importante e uma estrutura organizativa da escola também consentânea com o meio rural. Fez uma referência aos manuais, que também todos nós enquanto sentimos que deviam ser diferentes, não sabendo nós muito bem em que sentido, mas de facto os manuais devem ser utilizados como base de trabalho e não para serem exclusivamente seguidos como aqui também nos informou.

Debate

Participante: Boa tarde, eu dirijo-me ao Dr. Luís Miranda.

Em primeiro lugar, gostaria de reconhecer que o seu discurso apresenta-se de uma maneira positiva, crítica, instigante, prepositiva. Aprendi muito com o Senhor e com a mesa, em relação inclusive à outra imagem dos agricultores portugueses, e por fim da superação dos limites das intervenções e também dos conceitos acerca da exploração do trabalho infantil.

Em segundo lugar, talvez fosse relevante problematizar o reconhecimento que o Senhor tem de que as coisas estão melhores. Então não seria importante relativizar o seu optimismo positivo, pois por um lado, é prepositivo mas de outro parece-me carecer de uma leitura qualitativa e positiva, mas menos entusiástica acerca dos avanços apontados pelo Senhor. No meu entender, penso que devemos analisar de forma mais amíuê o que está bem e o que já melhorou. Deste modo, e gostaria de referir isso, pode-se evitar em cair facilmente nas armadilhas da inclusão, inclusive as piadas. Hoje na nossa sociedade é uma inclusão marginal, perversa e precária, pois promete incluir excluindo, ou segundo Pablo Gentil, trata-se de uma inclusão excludente. Isto é, aquela que facilmente pode aderir ao conformismo, ou talvez pela inclusão, por pouca coisa e pelo nada. E eu, gostaria que o Senhor comentasse um poeta brasileiro, Paulo Pais, que diz o seguinte, em relação a essa onda de inclusão por qualquer coisa: “Para quem sempre pediu tão pouco, o nada é positivamente o exagero”. E recentemente o nosso belíssimo e reconhecido escritor prémio Nobel português, Saramago, foi criticado no Brasil por dizer que não via muita saída para aquilo tudo lá, mesmo com Lula no poder. Então um jornalista vira-se para ele e diz-lhe: «o Senhor é muito pessimis-

ta», ele vira-se e agarrando-se um pouco à filosofia, disse: «olhe, eu sou pessimista sabe porquê? Porque são os pessimistas que querem mudar o mundo, os optimistas conformam-se com poucas coisas». Entenda isso, com todo o respeito, como uma forma de provocação filosófica também. Muito obrigada pelo que aprendi com o Senhor.

António Figueiredo, Presidente da Escola Secundária Camões: Falámos sobre o trabalho infantil, é verdade, há muito trabalho infantil, mas porque é que deixamos organizar excursões, idas de Portugal, de miúdos dos 14 aos 18 anos para ir apanhar tomate, para ir apanhar morango ao estrangeiro? E por que é que não há crítica em nenhum jornal, nem em nenhum outro meio de comunicação social sobre este trabalho? É um trabalho que está a acontecer em férias. Esta escola tem 1600 alunos e sabe que se organizam excursões para este trabalho.

O segundo ponto, acabaram com as escolas industriais, com os cursos técnico profissionais e agora volta-se outra vez a eles, com uma ligeireza, mas esquecendo uma outra coisa, é que agora há muitos centro de formação profissional, a fazer aquilo que nós queremos fazer dentro da escola. As escolas foram destruídas, só temos escolas para ensino “técnico”: para continuação nas universidades. As escolas industriais ou os centros de formação eram úteis e agora vamos montá-los novamente, depois de os ter destruído? Com que carácter? Com que finalidade? Como é que vamos ter apoio para fazer os estágios aos nossos alunos? 12 alunos, dum curso de desporto, tiveram de ir até Rio Maior para fazerem um estágio

porque nas redondezas ninguém quis dar o estágio a estes alunos. Muito obrigado.

Jorge Pinhal, Inspector do Trabalho: De manhã, a Dr.^a Catalina Pestana colocou o enfoque na exploração do trabalho infantil e eu quero partilhar convosco e depois a mesa, se entender, fará uma análise mais exaustiva nomeadamente a colega da inspecção. Primeiro, quero dizer que a expressão trabalho infantil é talvez um bocadinho dúbio e difícil de definir limites, pelo que eu me vou referir ao trabalho de menores. Penso que algumas pessoas terão ficado com a ideia que o trabalho de menores nunca será permitido, ora o trabalho de menores pode ser permitido.

A idade mínima de admissão são 16 anos, desde que os trabalhos não sejam proibidos, e não prejudiquem o desenvolvimento físico e psíquico do menor. O trabalho nas férias, ao menor com a escolaridade obrigatória, e com 15 anos também é permitido desde que sejam cumpridos alguns requisitos. Eu só queria partilhar convosco a ideia de tentar desmistificar, de certa forma, o trabalho infantil, o trabalho de menores. Eu ouvi um orador falar no trabalho infantil e no trabalho juvenil, não sei onde é que começa o infantil e juvenil, mas que não se fique com a ideia que é totalmente proibido o trabalho de menores. E que muitas vezes hoje já há trabalho inserido no contexto escolar utilizado para que o menor complete a sua escolaridade e se vá valorizando e qualificando. Era isto que queria partilhar convosco.

Leonardo Oliveira, Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e da Inspeção do Trabalho Geral: A minha pergunta é para a minha colega Maria João. Na sua excelente exposição, você falou da importância do trabalho em rede, do trabalho em parceria. Uma discussão que

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

nós fazemos no Brasil, refere-se não só a esse aspecto mas a quase todos os assuntos que foram tocados, a importância da educação, a questão da exploração do trabalho infantil, o conceito de trabalho infantil, disso tudo.

Nós, na Inspeção do Trabalho, temos que trabalhar em rede porque nem tudo nós alcançamos, e me parece que aqui é a mesma coisa. Só que existe um problema para quem coordena o trabalho em rede que é o facto dos vários integrantes da rede não fazerem o papel que deveriam fazer. Então, é exactamente essa a nossa grande discussão. À coordenação, são imputados todos os problemas e, quando há algum sucesso, é imputado à rede. Então, eu queria saber qual é a realidade aqui em Portugal, neste sentido.

Rosa Madeira, da Universidade de Aveiro: Eu quero partilhar com vocês a sensação com que eu hoje de manhã saí, e que tem a ver com as ideias que nós trazemos na cabeça. Concretamente, o que me impressionou mais, e penso que em Novembro vamos falar mais amiúde desse trabalho, mas temos estado a ver exactamente quais são os ingredientes que fazem parte do pensamento, do discurso das pessoas, quando falam no trabalho infantil.

E apesar de estar a pensar no trabalho infantil já há longos meses a essa parte, fiquei surpreendida com a minha insensibilidade, a minha própria incapacidade de ver algumas coisas relacionadas com o que é efectivamente a presença do corpo e o desgaste do corpo, nas palavras do Dr. Peter Hurst, quando ele falou nas mãos pequeninas, nas articulações muito flexíveis, na questão dos pulmões, informação do acumulo do pó, da questão da postura, de uma série de coisas, que quando ele estava a descrever etapa por etapa, contexto por contexto, o que eram os riscos do trabalho das crianças, eu fiquei impressionadíssima com quantas coisas eu não era capaz de imaginar quando pensava no trabalho agrícola. E, se alguma dúvida teria, sobre qualquer outro valor de aprendizagem, sinceramente que eu ponderei no que ele disse,

quanto coisa que eu própria, que ando preocupada com isso, não conseguia ver.

E depois disso, o maior problema é que nós, culturalmente, tiramos a visibilidade ao corpo, paramos de falar nisso, no sofrimento que pode ser, na questão do cansaço, no facto das crianças precisarem realmente de descansar mais, precisarem provavelmente de se divertir mais, precisarem de imaginar coisas fora da regra, muito mais do que os adultos e estarem submetidas ao mesmo mundo de exigências. E depois ele disse, a gente tirou o corpo do cenário e naturalizamos, ou seja aquilo que nós tínhamos na nossa cabeça, conseguiu recuperar, algumas ideias em que tornavam outra vez natural que se pensasse que era bom para as crianças trabalharem. O trabalho tinha um valor que era superior, eventualmente ao tempo, ao direito que todos temos de crescer e ser saudáveis. Mas sermos saudáveis até aos 80 anos e não só aos 20. Mas depois disso, entramos para o mundo simbólico, e começamos a falar em cultura e sociedade e só quero, e estou a tomar a palavra agora para dizer, o quanto me apraz que a última comunicação tivesse sido sobre a educação, porque me repôs no sítio. Eu penso que de facto não podemos entrar na luta contra o trabalho infantil, só pelo sentimento com que fiquei hoje de manhã, de uma certa compaixão e responsabilidade, pelo respeito por cada criança, mas o quanto a educação pode fazer toda a diferença.

Efectivamente foi muito bom que se chamasse para a escola a responsabilidade de cortar com o ciclo vicioso. Os estudos sobre o trabalho infantil dizem que muitas vezes as crianças trabalham e não gostam da escola, e isso foi dito aqui, que teríamos de arranjar alternativas porque as crianças não gostam da escola. As crianças não podem gostar da escola, não podem gostar dum conhecimento que ainda não conhecem e é obrigação nossa é dar essa oportunidade. Também não devemos baixar as expectativas. Muito da nossa vida não é estruturada em relação ao que está só em volta, e ao que está no nosso passado, mas aquilo que alguns autores chamam a memória do futuro. As decisões que eu tomo hoje, não foi pelo que me aconteceu ontem,

mas é por causa das consequências que podem ter amanhã e na orientação do meu futuro. E uma criança que não tenha uma sociedade inteira que lute pelo seu direito incondicional à educação e uma educação que abra mais horizontes, mais significado e que o capacite para alterar a cultura que o determinou, é uma criança que está sendo prejudicada. Portanto eu quero agradecer imenso à Organização, de me ter devolvido a discussão, efectivamente do lugar da educação e da responsabilidade que nós temos para a erradicação do trabalho infantil.

Maria Cristina Lopes Dias, Directora Regional Adjunta de Educação do Centro: Gostei muito de ouvir a mesa e a Sr.^a Professora Doutora Maria do Céu Roldão, na sua asserção sobre a escola, embora não concorde com a questão do imobilismo da escola. Não posso concordar porque houve de facto muitas alterações, se bem que nós não possamos ver o resultado dessas alterações de um dia para o outro, provavelmente só a longo prazo e depois de uma geração ou mais, é que, se calhar, veremos algumas dessas alterações. Como sabe, as alterações em termos das aprendizagens e da educação, são muito lentas, não têm uma resposta imediata.

Hoje temos na escola uma possibilidade de respostas educativas que não tínhamos de forma alguma há 10 anos. Temos cursos de educação e formação, que do ano passado para este ano, por exemplo na zona centro tiveram um aumento de 278%, temos milhares de alunos em cursos CEF, quer no 3.º ciclo, quer no secundário e até no 2.º ciclo. Temos respostas educativas de dupla certificação, em cursos EFA, para adultos activos à noite. Temos cursos profissionais no secundário que, assim como os CEF, fazem estágios profissionais com empresas, com associações, com misericórdias, com Câmaras, portanto tentando tornar a escola, que é aquilo que deve ser, uma organização aberta, que trabalhe com todos e que trabalhe para a comunidade. Penso que essa valorização da escola para fora é extraordinariamente importante. As escolas não podem continuar a ser mundos

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

fechados em que as aprendizagens são transmitidas da mesma maneira, durante anos. E temos ainda outras respostas, como centros RVCC's de novas oportunidades para adultos, jovens ou adultos com mais de 18 anos. Temos também a possibilidade de oferecer PCA, que são o que veio dos currículos alternativos antigos e que não têm nada a ver com o 319, mas que são do antigo despacho 22, mas que são completamente diferentes, que permitem a vários alunos ter várias áreas de aprendizagens práticas, a par de aprendizagens teóricas. Temos hoje possibilidades e que em muitas escolas, e eu falo do que conheço, escolas profissionais se faz a parte prática e que têm de facto uma organização completamente diferente, que melhora muito os resultados dos alunos que, por terem características e necessidades diferentes, também têm de aprender coisas diferentes. Concordo inteiramente consigo que é na prática pedagógica que está a questão mais importante, são as práticas pedagógicas de qualidade, muito mais experimentais que permitem aprender de muitas maneiras.

Deixe-me acabar dizendo que, em relação a todas as respostas educativas que temos hoje na escola, há de facto parcerias magníficas que ajudam a que o abandono possa vir a ser menor, que é a questão mais importante aqui, é reduzir o insucesso escolar e o abandono. Nós temos um abandono do secundário enorme, e também algum do básico, mas no secundário temos 450.000 alunos que de facto não estão em nenhum sistema educativo e que obviamente começam a voltar à escola para os cursos profissionais e CEF's e para os EFA à noite. E esta questão é muito importante, é o valorizar da escola como uma resposta educativa diversificada. Ou seja, se queremos uma escola inclusiva e para todos, temos de encontrar respostas diferentes porque não é possível ensinar todos da mesma maneira.

Luís Miranda Saldanha: A razão pela qual a minha apresentação inicial foi um pouco mais longa, foi para apresentar as iniciativas que fazemos. Quando eu optei por fazer a apresentação desta forma e dizer que as coisas estão melhores, é

porque considero que estão, de facto, melhores. Estamos a falar do trabalho infantil na agricultura e eu quis mostrar que as coisas não estão bem, mas, estão muito melhores do que estavam. Há pouco tempo veio um artigo, no jornal "Público", sobre o trabalho infantil e se, por um lado, no primeiro parágrafo se dizia que as coisas estavam muito bem, por outro, logo a seguir se falava dos romenos que andam a pedir, na pornografia, e estou farto de um discurso sempre negativo. Eu conheço, por causa da escola, metade da Europa, por isso também não concordo muito que a escola não evoluiu. Como costume dizer que os outros não são tão bons como nós julgamos e nós tão maus como pensamos. Tentei aqui passar a ideia de que as coisas estão melhores mas acho que é importante que se diga também que há muito por fazer. Não estou resignado com a situação, pelo contrário, quero que as coisas melhorem. Muito obrigado.

Maria João Graça: Prezado colega, antes de mais agradeço as suas observações e saiba, desde já, que dou todo o valor a um Inspector de Trabalho no Brasil. Em relação à questão que me colocou, penso que efectivamente existe uma cooperação entre as diferentes entidades. Temos realmente que verificar que cada entidade tem competências próprias, a Inspeção do Trabalho tem competências que eventualmente outras entidades não terão. Perante a existência de indícios de uma relação de trabalho, nós temos a possibilidade de automaticamente aceder ao local, o mesmo já não acontecerá com outro tipo de entidades.

Melhorias com certeza que haverá sempre muitas a fazer e quanto mais estreita e mais cooperante for a relação tanto melhor.

Fernando Coelho: Eu comungo e tenho toda a consideração, com o que diz a Sr.^a Professora Maria do Céu Roldão. Relativamente à questão da escolaridade básica, ela deve estar plasmada na lei universal e ser para todos.

Acho que foi o alívio que o sistema educativo encontrou para conseguir sacudir o insucesso de não ter conseguido escola-

rizar todas as crianças em idade escolar, que iam à escola e que foram vítimas de insucesso e de abandono. De facto, muita gente aplaudiu a chegada destes cursos todos. Eu acho que eles devem existir e fazem falta, mas também acho que às vezes quando se aplaude muito uma entrada precoce neste tipo de cursos, é porque não se valoriza devidamente esta formação. Faz lembrar aquilo que aconteceu com os cursos tecnológicos, que até eram muito exigentes e que depois acabaram por ser os piores alunos que iam para lá e depois ficaram parados, porque não tinham condições para prosseguir.

Aqui temos a questão das duas velocidades e acho que vamos um dia destes ter outra vez um problema com isto, vamos outra vez ter que estar a acabar com os CEFs e outras formações do género para voltar à ideia primordial que é a de uma educação de qualidade para todos. De facto, a uma difícil experiência de vida e a uma má experiência de vida não podemos responder com uma má educação.

Maria do Céu Roldão: Eu quero agradecer à Dr.^a Maria Cristina ter colocado essa questão.

Em relação às múltiplas ofertas que aumentaram na escola e que fez referência, conheço-as bem, nalgumas até colaborei recentemente. Não estou a negar nada disso, efectivamente, quando eu falo de que a escola é a organização social que mais imobilista se mantém desde o século passado e mesmo do fim do outro, refiro-me à escola enquanto matriz organizacional. Peço desculpa se não fui clara. A minha preocupação é que se têm feito tantas coisas, tem-se investido tanto, mas quando olhamos para os formatos e refiro-me em termos de formato, filosofia e conceito de organização, a escola mantém os modos de transmissão, quanto à organização do trabalho, quanto à estrutura de relação entre os elementos da escola.

Em geral, há um professor, há dois professores, há três que são extraordinários e os outros também são extraordinários, não é culpa dos professores, é um modo cultural da organização funcionar que se tem mantido extraordinariamente persis-

O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA: QUE DIFICULDADES E QUE INTERVENÇÃO?

tente porque não se questiona e aqui o meu pessimismo. Sou geralmente acusada de ser pessimista, foi um pouco a leitura que me devolveu, mas é justamente o contrário, mas temos que ter a lucidez de perceber, que os meninos entram no primeiro ano da escolaridade e funcionam nos mesmo registos organizativos que funcionavam quando eu era aluna ou quando o meu pai era aluno, e isso é lamentável, porque se não mexermos aí, quando hoje temos uma população completamente diferente, nós teremos que estar sempre a criar situações ao lado. Criamos currículos alternativos, criamos os CEFs, eu não estou contra que se tenha criado nada disto, são formas de também responder, mas, deixam intocado o essencial da escola.

Aquilo que é onde está a massa do curriculum e é onde está a massa dos alunos, que tem que ser dado a todos, porque têm direito a isso, continua a funcionar segundo padrões organizativos que são na sua essência idênticos, nomeadamente a

ideia da uniformidade, a ideia da homogeneidade, o considerar que quem não entra na normalidade tem que ir para outra via de ensino, porque eu professor não faço nada para modificar a situação, todos esses factores estão na nossa cultura.

Professores, professores do ensino superior inclusive, como eu disse, funcionamos exactamente, segundo essa lógica, se calhar, até é de nós que passa para os outros, porque é a matriz universitária que condiciona em larga medida o funcionamento cultural.

Peço desculpa se não fui clara, não sei se agora ajudei a clarificar, de qualquer modo não nego os progressos, muito pelo contrário e partilho o optimismo aqui da mesa. De facto, há saltos qualitativos enormes, o que eu digo não é isso, é quanto ao formato organizacional que se mantém e estamos sempre a criar soluções alternativas, que não mexem no núcleo e o núcleo continua a esvaziar-se. Por exemplo, as escolas públicas nos Es-

tados Unidos, estão-se a tornar lugares de abrigo e não lugares de ensino ou de aprendizagem e isso tem consequências a nível do agravamento das desigualdades sociais.

Ana Maria Mesquita, Presidente

CNASTI: Muito obrigada.

Eu agradeço a todos os intervenientes da mesa a sua disponibilidade de participação e de colaboração. Peço à assembleia que se mantenha, porque esta mesa vai mudar, mas, os trabalhos vão continuar.

Jovem do PIEF da Moita





Maria Josefina Leitão

Consultora para as Questões de Relações de Trabalho

Conclusões

Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Senhora Directora do PETI, Senhor Director do Escritório da OIT de Lisboa, minhas Senhoras e meus Senhores

Em primeiro lugar, permitam-me que felicite o PETI e o Escritório da OIT de Lisboa pela realização deste Encontro. Num momento em que a OIT decide dedicar o próximo dia 12 de Junho à eliminação do trabalho infantil na agricultura, é importante que o nosso País procure também encontrar novos caminhos para a eliminação do trabalho de crianças num sector de actividade que é, de longe, aquele em que assume maior volume. Cabe-me, como relatora, dar conta do ocorrido e retirar algumas conclusões. Trata-se de uma tarefa difícil, dada a riqueza das comunicações

apresentadas, que mereciam uma reflexão mais aprofundada. Infelizmente, o tempo não me permite fazê-lo, pelo que me limitarei a algumas breves considerações.

I - ABERTURA

O Encontro – que abordou duas grandes temáticas: “O trabalho infantil na agricultura, no mundo e em Portugal” e “O trabalho infantil na agricultura, Que dificuldades? Que intervenção?”, moderadas, respectivamente, por Manuel Sarmento, Professor do Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho e por Ana Maria Mesquita, Presidente da CNAsti – foi aberto pela **Senhora Chefe do Gabinete do Senhor Secretário do Estado do Emprego e da Formação Profissional**, que deu as

boas vindas aos participantes e **realçou o empenhamento do Governo no combate ao trabalho infantil e a inserção deste combate no quadro mais vasto da luta contra a pobreza e do aumento dos níveis de escolaridade da população.**

Em seguida, os **Senhores Directores do PETI e do Escritório da OIT de Lisboa chamaram a atenção** para os objectivos do Encontro, nomeadamente, **para a necessidade de relançar o debate sobre o fenómeno do trabalho de crianças no sector agrícola e de definir novas estratégias para a sua eliminação, inserindo-o no âmbito da promoção dos direitos e princípios fundamentais do trabalho e do programa de combate ao trabalho infantil no mundo lusófono.**

II - O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA NO MUNDO

A apresentação do tema do trabalho infantil na agricultura no mundo esteve a cargo do Senhor Peter Hurst, especialista em Segurança e Saúde no Trabalho do Programa Internacional para eliminação do trabalho infantil (IPEC) da OIT e responsável pela organização do Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil, que organizou a sua exposição em três sub-temas: “O que é o trabalho infantil”, “O trabalho Infantil na Agricultura no Mundo” e “O dia 12 de Junho de 2007 como dia da eliminação do trabalho infantil na agricultura”.

No que se refere ao primeiro sub-tema, **Peter Hurst debruçou-se sobre a dimensão do trabalho infantil, em geral, chamando a atenção para o facto de existirem 318 milhões de crianças economicamente activas, das quais 218 milhões em trabalho infantil e destas 134 milhões nas piores formas deste fenómeno.** Por sua vez, das 134 milhões de crianças ocupadas nas piores formas de trabalho infantil, 126 milhões encontram-se a efectuar trabalhos perigosos e 8 milhões noutros trabalhos.

Seguidamente, o orador procurou definir o que é trabalho infantil, o que são as piores formas de trabalho infantil e, nestas, o que são trabalhos perigosos e indicou as estratégias para a eliminação destes trabalhos. Na definição de trabalho infantil fez apelo às noções de criança (menor de 18 anos) e de idade mínima de admissão ao emprego, e considerou constituir trabalho infantil todo o tipo de emprego ou trabalho que, pela sua natureza ou pelas condições em que é exercido, é susceptível de causar prejuízo à saúde, ao desenvolvimento físico ou psíquico da criança e à sua educação.

Nas piores formas de trabalho infantil lembrou o compromisso assumido pelos Estados, na Convenção da OIT n.º 182, de exercerem uma acção imediata com vista à eliminação dos trabalhos perigosos e das actividades criminosas, tais como, a exploração sexual de crianças, o tráfico de crianças e o tráfico de drogas. No que concerne à noção de trabalhos perigosos, considerou serem aqueles que são efectuados em condições de saúde e de segurança susceptíveis de causarem morte, ferimentos e doenças. A concluir apontou as estratégias para a eliminação dos trabalhos perigosos, que assentam sobretudo na preven-

ção, proibindo que crianças prestem este tipo de actividades, afastando-as dos locais de trabalho perigosos, encaminhando-as para a escola e promovendo a melhoria dos níveis de segurança e saúde em relação àquelas cujo afastamento do trabalho se encontra pendente, ou que se encontrem dentro dos limites legais de admissão ao emprego.

No que concerne ao **trabalho infantil na agricultura, Peter Hurst chamou a atenção para o facto de 150 milhões de crianças trabalharem neste sector**, algumas das quais com idades compreendidas entre 5 e 6 anos, efectuando trabalhos perigosos, sujeitas a períodos de trabalho alargados e num ambiente muito severo. Estas crianças são, em geral, oriundas de famílias ligadas à agricultura, o que torna difícil a separação entre actividade agrícola e trabalho doméstico e cria problemas ao seu controlo. O trabalho é, em regra, efectuado em condições ambientais adversas e sem um mínimo de condições de saúde e segurança. Por esta razão, as crianças são, não raro, atingidas por doenças, como cancro de pele, alergias, deformações ósseas, dores articulares, problemas músculo-esqueléticos, entorses e até alterações do sistema reprodutivo.

Os instrumentos de trabalho são perigosos e penosos, situação agravada pela tenra idade dos seus utilizadores. Os próprios animais domésticos podem estar na origem de acidentes, o mesmo acontecendo com os produtos utilizados. Por outro lado, as condições de vida em geral são muito deficientes, o que agrava o quadro que se acaba de descrever. Embora o trabalho infantil seja em si mesmo uma fonte de riscos qualquer que seja o sector de actividade em que ocorre, no sector agrícola é particularmente perigoso, pelo que se impõe a sua erradicação.

No que se refere à **consagração do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil na agricultura**, o orador chamou a atenção para o facto das estimativas existentes apontarem para que 70% do trabalho infantil, a nível mundial, ter lugar neste sector. Trata-se de um trabalho escondido, não regulamentado, que põe em causa a educação das crianças, bem como a sua saúde, uma vez que, em geral, inclui trabalhos perigosos. Acresce que contribui para perpetuar o ciclo de pobreza que caracteriza a maior parte das famílias ligadas à actividade agrícola. Por todas estas razões, a OIT decidiu considerar a agricultura como um sector prioritário para a eliminação do trabalho infantil. Efectivamente, é necessário desfazer a concepção corrente de que o trabalho infantil é um fenómeno urbano e industrial. A nível da própria da acção OIT, esta problemática tem sido pouco considerada, uma vez que apenas cerca de 15% do orçamento do IPEC tem sido utilizado em projectos e programas neste sector.

A fim de pôr um termo a esta situação, a OIT encontra-se neste momento a negociar parcerias designadamente com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), o IFAD (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), o CGIAR (Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional) e com os parceiros sociais internacionais do sector agrícola, no caso, a Federação Internacional dos Produtores Agrícolas (FIPA) e a União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação e Agricultura (IUF). Estas parcerias serão assinadas no próximo dia 12 de Junho, altura em que ocorrerão, quer em

Genebra, quer em Roma, quer em outras regiões do mundo, eventos chamando a atenção para esta problemática. Por outro lado, a OIT vai incentivar a cooperação a nível nacional, através de projectos conjuntos a desenvolver em comunidades rurais, explorações agrícolas e plantações, que envolverão vários países e vários actores.

III - O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

A análise da situação em Portugal esteve a cargo de Paula Monteiro, do PETI, tendo igualmente apresentado comunicações o Presidente da CAP, João Machado, Filomena Teixeira do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, António Serra da Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Hotelaria e Turismo de Portugal (CGTP-IN) e José Joaquim Gardete do SETAA/UGT.

A representante do PETI ordenou a sua exposição em duas partes. Na primeira, procurou caracterizar o trabalho de crianças no território nacional e, na segunda, aprofundar a análise da situação na Região Norte, em particular no Vale do Tâmega, dado ter sido nesta região onde se verificou uma maior prevalência do fenómeno. Tal como Peter Hurst, Paula Monteiro chamou a atenção para a ambiguidade que caracteriza o trabalho infantil na agricultura em Portugal, em especial quando é prestado em contexto familiar. Na verdade, existe uma tendência para o considerar como um processo de socialização e de aprendizagem da criança, o que lhe retira a carga negativa e dificulta a sua eliminação. Dadas as ambiguidades referidas, nos levantamentos estatísticos efectuados partiu-se não da noção de trabalho infantil, mas da de crianças economicamente activas, considerando-se como tal aquelas que, na semana de referência, tivessem desenvolvido actividade pelo menos durante uma hora, mesmo para o próprio agregado familiar, independentemente de receberem ou não remuneração.

Da análise dos dados constantes do estudo realizado em 2001 sobre o trabalho de crianças em Portugal decorre que mais de metade das crianças com actividade económica encontrava-se no sector agrícola, sendo maioritariamente do sexo masculino. As crianças em causa correspondiam quase todas à categoria de trabalhadores familiares não remunerados e tinham entre 14 e 15 anos, embora algumas (cerca de 10%) tivessem entre 6 e 8 anos. No que se refere à duração do trabalho, a maioria trabalhava menos de 10 h por semana. Como nota positiva, de salientar que praticamente todas frequentavam a escola.

No que respeita ao estudo realizado na Região Norte, o seu objectivo foi não só determinar as características do trabalho de crianças na agricultura nesta região, mas também as suas eventuais relações com a manutenção de formas tradicionais de gestão das explorações agrícolas, nomeadamente com recurso intensivo a mão de obra familiar, bem como certas características dos agregados em que se encontravam inseridos os menores. Neste domínio, verificou-se que o nível de escolaridade dos responsáveis pelas explorações agrícolas, de que eram em

regra proprietários, era muito baixo e que apenas uma percentagem reduzida tinha a agricultura como actividade principal. Quanto aos membros do agregado em situação de inactividade, a maioria eram mulheres. Uns e outras consideravam normal os menores desenvolverem actividades agrícolas, por razões culturais ou económicas, e aspiravam para os menores apenas a conclusão da escolaridade obrigatória e uma rápida inserção no mercado de trabalho.

No que concerne aos menores, na generalidade frequentavam a escola com algum sucesso. No entanto, perto de 5% encontravam-se em situação de abandono escolar. A maior incidência de trabalho de crianças ocorria entre os 12 e os 15 anos e em actividades sazonais. O trabalho era desenvolvido no contexto familiar de uma agricultura de subsistência, não dando lugar a remuneração. De acordo com os menores, as tarefas executadas eram leves e simples e decorriam do desejo ou da necessidade de auxiliar a família, tendo, em regra, uma duração semanal inferior a 5 horas. Uma grande parte dos menores referiu manipular máquinas e produtos agrícolas e não utilizar equipamentos de protecção. As aspirações profissionais destes menores eram, de uma maneira geral, pouco elevadas.

João Machado, por sua vez, salientou a importância do debate sobre o trabalho infantil na agricultura. Partindo de uma análise da agricultura, a nível nacional, europeu e mundial, referiu que é a agricultura que alimenta a mundo. No que se refere a Portugal, as dificuldades resultam da existência de solos pobres, de velhos hábitos de exploração da terra e de situações de envelhecimento e falta de qualificação das populações rurais. **Para João Machado, no nosso País, não há uma mas duas agriculturas: uma tradicional, ligada a pequenas explorações familiares, onde podem existir crianças economicamente activas, e, outra, correctamente dimensionada, tecnologicamente avançada e rentável.** Aproximar estas duas realidades significa resolver problemas estruturais de viabilidade das explorações, aos quais não tem sido prestada a devida atenção. Num momento em que as questões ambientais e de segurança alimentar estão na ordem do dia, urge encontrar soluções conjugadas entre as quais se inclui a erradicação do trabalho infantil.

Na sua exposição, **Filomena Teixeira**, tal como o Presidente da CAP, chamou a atenção para o facto de, em Portugal, 95% das explorações agrícolas serem de natureza familiar e implicarem uma alta participação no trabalho de todos os membros da família, o que abrange, por consequência, também crianças. Tendo como ponto de partida esta realidade, **deu a conhecer algumas das acções desenvolvidas pelo ISHST com vista a criar condições para promover a segurança e a saúde dos trabalhadores agrícolas**, que visaram sobretudo uma alteração de atitudes em relação às condições de execução do trabalho, acções que tiveram como principal público alvo crianças do ensino básico. Entre as acções desenvolvidas tendo como alvo este público destacou a elaboração de um módulo pedagógico e de um jogo em que foram equacionadas várias situações no domínio da segurança e saúde na agricultura. Por outro lado, chamou a atenção para as acções de formação realizadas e para as parcerias desenvolvidas, quer regionais, quer com entidades ligadas ao sector agrícola, com o objectivo de implemen-

tar boas práticas. Na sua estratégia para assegurar a segurança e saúde na agricultura, o ISHST tem apostado fundamentalmente em quatro tipos de acções: a) um sistema educativo escolar e pré-escolar que tenha em conta a prevenção; b) uma parceria com as organizações e os serviços públicos envolvidos; c) uma utilização eficaz dos meios de comunicação social; e d) a implementação das disposições legais existentes.

Por sua vez António Serra, do Sindicato da Alimentação e Agricultura da CGTP, referiu que no mundo sindical pensa-se essencialmente em termos de trabalhadores por conta de outrem, pelo que o trabalho infantil na agricultura, sendo nesta área residual, não é muito considerado. A este respeito apresentou várias questões para reflexão, nomeadamente, as razões da invisibilidade deste trabalho, o tipo de trabalhos efectuados por crianças, os valores culturais subjacentes ao trabalho infantil e o papel da escola.

José Joaquim Gardete, do SETAA/UGT, procurou, através da caracterização do sector agrícola, definir alguns dos factores que podem contribuir para o aparecimento de trabalho infantil. Entre esses factores salientou a elevada percentagem de produtores com explorações de muito reduzida superfície agrícola útil e de dimensão económica insuficiente (75% dos agricultores dispõem apenas de 11% do total dessa superfície e a sua dimensão económica não ultrapassa 4UDE), o baixo nível de escolaridade, que, muito embora tenha aumentado nos últimos anos, é muito inferior ao de outros países europeus, a localização das explorações em zonas desfavorecidas e em risco de desertificação, o envelhecimento da população e o risco de pobreza e marginalização de grande parte da população agrícola. Do seu ponto de vista, as reformas da PAC, de 1992 e 2003, agravaram a situação da agricultura em Portugal, aumentando as diferenças entre a agricultura familiar e os grandes agricultores, e levaram, designadamente, ao afastamento dos princípios de coesão económica e social que enformavam o mundo rural. Estas características podem potenciar o aparecimento de trabalho infantil.

IV - O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA QUE DIFICULDADES? QUE INTERVENÇÃO?

Este tema, que foi moderado por Ana Maria Mesquita da CNASTI, teve intervenções de Maria João Graça, Inspectora do Trabalho de Évora, de Fernando Coelho, representante do PETI na Região Norte, de Luís Miranda Saldanha, Presidente da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal e de Maria do Céu Roldão, consultora em teoria e desenvolvimento curricular.

Maria João Graça falou da missão da IGT, da sua acção no combate ao trabalho infantil, dos riscos para as crianças da actividade agrícola, das dificuldades no desenvolvimento da actividade inspectiva, nomeadamente nas explorações agrícolas familiares e de subsistência, dos tipos de visitas efectuadas e dos resultados obtidos. Por último, apresentou algumas soluções susceptíveis de contribuir para a redução/eliminação do trabalho infantil neste sector, em particular a nível da prevenção e da cooperação entre os diversos actores que actuam no terreno.

O representante do PETI na Região Norte deu-nos conta das **dificuldades em sinalizar situações de trabalho infantil na agricultura, num contexto cultural em que a situação é percebida como normal**, e da acção desenvolvida pelo PETI, em articulação com outras entidades, na busca de oportunidades que permitam às crianças encontrar novos caminhos, situação ilustrada com alguns casos de sucesso em que houve intervenção do PETI através da medida PIEF.

O Presidente da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores chamou a atenção para a oportunidade do encontro, numa altura em que decorre no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos, e considerou o trabalho infantil como uma negação dessa igualdade de oportunidades. Deu a conhecer os objectivos da Confederação e o seu papel na valorização das actividades agrícolas e da agricultura em geral e os projectos em curso com vista à realização deste objectivo. **No que se refere ao trabalho infantil, chamou a atenção para o facto de que a mera referência ao trabalho infantil constitui um factor de desvalorização dos sectores em que ocorre.** Por outro lado, considerou que o trabalho de crianças não é um exclusivo do sector agrícola, podendo assumir formas mais graves nos espectáculos ou no desporto. Finalmente, congratulou-se a melhoria dos indicadores sobre trabalho infantil e sobre os níveis de ensino em Portugal, nomeadamente do ensino profissional. Em seu entender, o combate ao trabalho infantil passa, sobretudo, pelo combate à pobreza, pelo aumento dos equipamentos de apoio às famílias e por uma maior atractividade da escola.

Finalmente, Maria do Céu Roldão, especialista na área da educação, abordou a temática do trabalho infantil do lado da escola. Em seu entender, **a escola deve desempenhar nesta área um papel relevante, em particular em meios rurais, onde é desvalorizada.** Para isso, é necessário encontrar novas formas de funcionamento, novos currículos e novas maneiras de ensinar, o que é difícil, dada a sua tendência para o imobilismo e a dificuldade em abordar a diferença. O que torna a escola pouco atractiva não é o que se ensina, mas como se ensina. A escola tem de ter sensibilidade para articular as diferentes culturas e propiciar aos alunos o acesso à cultura da generalidade, a fim de permitir a sua integração e garantir iguais oportunidades de educação e de efectiva aprendizagem. No que respeita aos pais, a escola tem também de agir, valorizando a sua presença e tornando-se num lugar aberto em que todos têm lugar.

V - CONCLUSÕES

De tudo o que foi referido conclui-se que, contrariamente a algumas ideias feitas, o trabalho de crianças na agricultura, pelas condições em que é prestado, pela gravidade dos riscos que comporta e pela sua dimensão, exige uma acção imediata com vista à sua eliminação, qualquer que seja o lugar em que ocorre. No que concerne a Portugal, apesar dos progressos obtidos e de este trabalho não assumir as características de outras regiões do mundo, continua a ser preocupante não só pela sua dimensão relativa, mas também pelas condições de segurança e saúde em que é desenvolvido. Acresce que, muito embora a maioria de crianças a trabalhar no sector agrícola frequente a escola, as suas perspectivas de futuro são limitadas, o que só

pode ser corrigido através de uma acção continuada junto das famílias, pois é aí que reside o cerne do problema.

Da abordagem efectuada, tanto pelos parceiros sociais como pelos outros oradores, decorre que o trabalho infantil na agricultura, em Portugal, é um fenómeno intimamente ligado à situação de um sector caracterizado por explorações agrícolas, em regra, familiares, mal dimensionadas e não rentáveis e por produtores com níveis de escolaridade muito baixos e que fazem da actividade agrícola uma actividade secundária. Este contexto torna difícil o controlo do cumprimento da legislação sobre trabalho de crianças por parte da IGT e exige do PETI e do ISHST medidas específicas de prevenção e de remediação. A escola, se conseguir constituir um pólo de atracção para as crianças e para as famílias, será, sem dúvida, um elemento crucial na resolução do problema.

Em conclusão, o trabalho infantil, qualquer que seja o sector em que ocorre, e, em especial, no sector agrícola, é uma questão de desenvolvimento, que exige uma abordagem multidisciplinar, que passa pela reforma do sector agrícola e pelo empenhamento de toda a sociedade. A escola, os organismos públicos de combate ao trabalho infantil ou que promovem a aplicação das leis do trabalho, os parceiros sociais e as demais organizações da sociedade civil têm de participar activamente na sua resolução, pois só com o contributo de todos será possível garantir às crianças, qualquer que seja o lugar onde nasceram, em meio rural ou urbano, uma efectiva igualdade de oportunidades.

Muito obrigada pela vossa atenção.





Jorge Pedreira

Secretário de Estado Adjunto e da Educação

Em primeiro lugar queria, naturalmente, em meu nome e no nome do Ministério da Educação, agradecer ao PETI, na pessoa da Dra. Joaquina Cadete e ao escritório da OIT em Portugal, na pessoa do Sr. Doutor Paulo Bárcia, este convite e a oportunidade de aqui estarmos e de nos dirigirmos aos participantes deste encontro.

Queria também cumprimentar os participantes neste encontro, tanto os oradores, como os observadores e, designadamente, os representantes dos parceiros sociais e os representantes dos países de língua oficial portuguesa que aqui se encontram para prosseguir os trabalhos do Plano de Acção para a eliminação do trabalho infantil, no âmbito da comunidade dos países de língua portuguesa.

Queria finalmente, ainda, agradecer e cumprimentar o Sr. Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Camões. É para mim, de resto, um prazer particular regressar aqui onde passei largos anos da minha vida como estudante, já há mais anos do que aquilo que eu queria admitir.

Feitos os agradecimentos e os cumprimentos, gostaria de entrar na substância do tema.

A questão do trabalho infantil e da eliminação do trabalho infantil é, como aqui já foi dito, uma questão de desenvolvimento que nos deve mobilizar permanentemente até à sua plena erradicação.

De facto, fizemos nas últimas décadas um longo progresso nesta matéria, como em outras áreas de desenvolvimento económico e social, mas, quando nos confrontamos com esse percurso, é inevitável olharmos como quem olha para uma garrafa meio cheia ou meio vazia é que se há muito caminho que fizemos, temos manifestamente ainda muito caminho a fazer.

E, por vezes, o risco é de, quando valorizamos de mais o caminho já feito, parecer que os problemas desapareceram por se terem tornado aparentemente menores. Mas a nossa responsabilidade geral - e particularmente a nossa responsabilidade enquanto governantes - é para com todos, mesmo que eles sejam um pequena percentagem da nossa sociedade, não apenas para com aqueles a quem décadas de desenvolvimento econó-

mico e de políticas sociais conseguiram poupar o sacrifício e o desperdício que representa o trabalho infantil.

O combate só estará terminado quando verdadeiramente todas as crianças e jovens portugueses puderem, não apenas não ter necessidade de trabalhar nas fábricas ou na agricultura, mas, puderem, efectivamente, desenvolver o seu potencial humano até ao seu limite.

Isso, é uma questão fundamental de cidadania: darmos essa oportunidade a todas as crianças e jovens, independentemente da sua origem social e da sua origem étnica, religiosa ou até do seu género. Mas é também, não apenas uma questão de cidadania, mas uma questão de desenvolvimento do próprio país porque o facto de haver muitas crianças e jovens que não desenvolvem plenamente o seu potencial é um enorme desperdício para o país, é mesmo um dos grandes desperdícios que o país tem. Um país que não é muito dotado do ponto de vista dos seus recursos naturais tem, como muitas vezes se diz e se torna um lugar comum, que apostar fundamentalmente nos seus recursos humanos, mas, esse lugar comum tem que corresponder efectivamente a um conjunto de prioridades e de medidas e de investimentos na área da educação e da formação.

Há pouco referi o percurso que fizemos do ponto de vista do desenvolvimento económico e social e em particular do combate ao trabalho infantil. Voltando ao assunto gostaria de colocar a questão do combate ao trabalho infantil no quadro da questão mais geral do combate ao abandono escolar e da aposta numa formação plena das crianças e dos jovens porque não basta garantirmos que os menores de dezasseis anos não têm de facto uma presença no mercado de trabalho - seja no mercado formal, seja no mercado informal - é preciso que se desenvolvam alternativas de educação até mais tarde, até pelo menos aos dezoito anos. Assim, quando olhamos para o desenvolvimento alcançado e comparamos os vários indicadores de desenvolvimento económico e social, a sensação que se tem é que a resposta da educação e da formação a uma grande parte dos jovens é talvez um dos sectores da sociedade portuguesa, senão "o sector" da sociedade portuguesa, em que essa evolução é mais lenta.

Verificamos que em muitos desses indicadores conseguimos progressos tão rápidos que hoje estamos entre os melhores países da Europa. Basta um indicador: a taxa de mortalidade infantil em que Portugal nos anos 70 tinha índices absolutamente confrangedores e em que hoje está entre os países europeus com melhores resultados. Na área da educação fizemos também progressos notáveis, não nos iludamos relativamente a isso e não deixemos que os problemas que temos ofusquem também um diagnóstico rigoroso sobre os progressos que efectivamente foram alcançados, notáveis, por exemplo, do ponto de vista das taxas de escolarização.

Hoje, mesmo estes jovens que, como vimos, já trabalhavam, na sua maior parte - apenas 1% não o fazia - frequentavam a escola. O problema é que não foi suficiente simplesmente escolarizar os jovens, apesar de o esforço no sentido da escolarização ter representado um enorme investimento na construção de equipamentos, no recrutamento de professores, etc. não produziu os resultados que seria legítimo esperar.

E o país tem investido, de facto, muitos recursos nessa área. Se olharmos de resto para dados comparativos verificaremos que a percentagem do produto interno que é encaminhada para o sector da educação e da formação é em Portugal mais elevado do que na média dos países da União Europeia. É evidente que tem que ser mais elevado porque temos um atraso a recuperar, embora esses países sejam hoje confrontados com novos problemas que, curiosamente, se assemelham aos nossos por via da mobilidade dos grupos humanos e pela emigração que geram novos problemas que aí já tinham sido dados por resolvidos.

No entanto, continuamos a ter dados que são de facto impressionantes e se escolhermos o indicador conclusão do ensino secundário, usado pela União Europeia para acompanhar a concretização dos objectivos comuns aos sistemas educativos no âmbito da Estratégia de Lisboa, enquanto mais de 75% dos jovens na União Europeia concluem o ensino secundário, em Portugal estamos pelos 50% e com uma tendência para a estagnação. Foram feitos progressos muito assinaláveis a seguir ao 25 de Abril e continuam a ser feitos avanços nestas décadas mais recentes, mas a um ritmo claramente inferior àquilo que foi o caminho anterior e àquilo que seria desejável.

Temos, ainda, uma outra realidade que distingue o país que é a impressionante diferença nos resultados por género, ou seja, em toda a Europa as raparigas tendem a ter taxas de conclusão e depois de ingresso no ensino superior mais elevadas do que os rapazes, mas essas diferenças muitas vezes ficam por 2 ou 3 pontos percentuais. Em Portugal a diferença é esmagadora, enquanto as raparigas tendem a aproximar-se dos 60% na taxa da conclusão do ensino secundário, os rapazes ficam a baixo dos 40%. Temos, portanto, um conjunto de problemas específicos no contexto europeu em que pretendemos inserir-nos e que nos colocam desafios e que nos interpelam diariamente na nossa acção.

É, conseqüentemente, legítimo termos algum pessimismo no diagnóstico, o que me parece é que devemos ter também o optimismo necessário, relativamente à possibilidade de mudar-

mos a situação. E esse pessimismo no diagnóstico é justamente aquilo que mais nos interpela na necessidade de adoptar as políticas correctas relativamente a esta matéria.

Temos problemas que vêm do passado e que se colocam em rigor à sociedade no seu todo, porque, tendo estes níveis baixos de qualificação da população portuguesa, temos também uma situação em que, regra geral, estes jovens - mesmo os que abandonam a escola precocemente - atingem o nível de qualificação mais elevado que a sua família jamais atingiu. Trata-se de uma situação que não é fácil de resolver, é uma herança que nos fica de um passado em que pouco ou nada se investiu na educação e em que o ciclo vicioso do subdesenvolvimento estava perfeitamente instalado na sociedade portuguesa.

Representa uma dificuldade que é necessário superar mas que não é simples de superar porque, naturalmente, famílias com reduzidos recursos culturais, taxas de escolarização extremamente baixas e que não vêem na educação a possibilidade de romper com o destino de subqualificação e do correspondente emprego desqualificado não têm, por um lado, a possibilidade de acompanhar as crianças e jovens no seu percurso escolar e não têm, por outro lado, geralmente, uma atitude de valorização da escola e da educação que é fundamental para que a escola e a educação tenham bons resultados. Os estudos internacionais mostram de forma muito clara que temos uma situação em que a escola não é capaz de responder à desigualdade social e esta desigualdade social continua a reproduzir-se de uma forma que é preocupante para o país e sobretudo para o objectivo de equidade social que, necessariamente, as políticas públicas devem prosseguir, designadamente, em matéria de educação.

Aqueles que têm recursos conseguem bons resultados, aqueles cujas famílias apostam na educação dando recursos educativos aos seus filhos têm melhores resultados, aqueles que, pelo contrário, não têm recursos educativos e culturais à sua disposição têm maus resultados e estão expostos, desde cedo, a percursos de insucesso e de abandono escolar precoce.

Para além desta herança difícil de combater e de compensar, temos, por outro lado, um tecido económico igualmente desqualificado, isto é, a escola compete, efectivamente, com o mercado de trabalho desqualificado.

Em muitos dos países europeus, os jovens que abandonam precocemente a escola têm taxas de emprego muito baixas, a sua oportunidade no mercado de emprego é muito pequena. Em Portugal temos uma situação paradoxal: às vezes é mais fácil encontrar emprego para aqueles que têm justamente níveis de qualificação muito baixos, do que para outros que têm níveis de qualificação mais elevados. E cerca de 75% dos jovens que abandonam precocemente a escola encontram colocação no mercado de trabalho. Isto é, não só temos esta herança cultural desfavorável, como temos um tecido económico que é produtor de emprego desqualificado e que oferece efectivamente uma alternativa aos jovens e às famílias que já de si muitas vezes não têm uma atitude social de valorizar a educação.

Portanto, temos problemas estruturais que é difícil resolver e não se resolvem de um dia para o outro por maior voluntarismo

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

que haja na acção política e na acção dos agentes sociais que procuram mudar estes estados de coisas.

Mas não nos podemos resignar nem pensar que esta situação só se resolve com o aparecimento de uma nova geração cujos pais passaram pela escola e concluíram níveis de escolaridade mais elevados e são capazes de valorizar a educação de outra maneira; com a existência de um tecido económico mais qualificado; com empresas de melhor qualidade que valorizam, efectivamente, os recursos humanos.

É necessário, pelo contrário, que em cada área de intervenção social haja uma resposta efectiva ao problema com que estamos confrontados e é necessário, em particular na área que me diz respeito, haver medidas que promovam, realmente, o sucesso escolar e dêem aos jovens oportunidade de completarem formações que lhes permitam desenvolver o mais possível o seu potencial.

Em primeiro lugar é preciso ter uma resposta para a totalidade do percurso escolar das crianças e dos jovens com incidência logo no início desse percurso escolar porque é aí que se joga, como todos os estudos mostram, a possibilidade do sistema educativo responder ao desafio da igualdade de oportunidades. Se não for desde cedo, provavelmente as tais heranças culturais, as tais desigualdades sociais vão tomar conta do destino e do percurso das crianças e dos jovens.

O país fez na última década um esforço muito grande ao nível da oferta da educação pré-escolar e houve passos muito significativos dados a partir da segunda metade dos anos 90. Temos hoje neste sector uma situação que é completamente diferente da que existia até então.

Hoje existe uma capacidade de oferta pública (ou através de convenção pública com o sector social) que permite abranger acima dos 90% das crianças de cinco anos, nível ainda não inteiramente satisfatório, porque o objectivo, tal como escrito no programa do governo, é que corresponda, efectivamente, a 100%.

É evidente que não podemos incorrer aqui no mesmo erro em que em grande medida incorreu a política de alargamento da escolarização, porque não basta alargar, é necessário saber o que é que está lá dentro e é necessário que esses três anos de acompanhamento e de guarda das crianças correspondam, de facto, a actividades pedagogicamente significativas.

E, ainda que o esforço de formação do pessoal docente feito nestas áreas tenha sido um contributo muito importante para a valorização como espaço de aprendizagem da educação pré-escolar, é preciso mantermo-nos atentos a essa situação.

É preciso também estar muito atento ao primeiro ciclo do ensino básico. De facto, se olharmos desapaixonadamente e não com a atitude de transformar a avaliação numa espécie de tribunal para encontrar culpados, para aquilo que correu menos bem no desenvolvimento das políticas de educação, o primeiro ciclo, a antiga escola primária, foi o menos bem tratado e menos valorizado depois do 25 de Abril.

Talvez por ser aquela em que, apesar de tudo, as taxas de escolarização eram relativamente mais elevadas, foi a que menos atenção mereceu e é fundamental que a tenha porque é aqui que se joga muito do início dos percursos de insucesso que culminam, depois, em abandono.

É necessário ter uma resposta social, no sentido de que a escola corresponde a uma formação integral das crianças e que é inaceitável que, com os recursos que o país investe - seja o Estado central, sejam as autarquias locais -, não haja uma resposta integral para a guarda das crianças e para a sua educação. Foi para responder a essa efectiva necessidade que se desenvolveu o projecto da escola a tempo inteiro.

É evidente que há aspectos a melhorar dentro deste projecto e que as chamadas actividades de enriquecimento curricular não estão implantadas todas com a mesma qualidade e com o mesmo grau de eficiência em toda a parte, mas houve um progresso muito assinalável.

O número de escolas que funcionava em regime duplo, condenando os pais e as famílias a encontrar alternativas para a guarda das suas crianças, muitas vezes sem qualquer significado pedagógico, diminuiu radicalmente nestes anos e meio, dois anos de intervenção.

É necessário, no entanto, que haja um acompanhamento permanente para que ideias generosas como a da escola inclusiva ou da pedagogia diferenciada, por exemplo, se traduzam efectivamente nas práticas, porque o problema é que muitas vezes por trás destas ideias temos práticas que, sendo uniformizadoras e homogeneizadoras, não respondem de facto às necessidades.

É preciso não esquecer que, quando tentamos encontrar alternativas para as crianças e os jovens que têm já itinerários de insucesso e que se não tiverem essas alternativas culminam no abandono e no trabalho precoce, é porque já houve um fracasso do sistema. As próprias alternativas que aplicamos são a outra face do fracasso deste sistema desejável da escola inclusiva e da pedagogia diferenciada, porque se temos que encontrar soluções de apoio a jusante, é porque a montante o sistema já falhou relativamente a essas crianças, a esses jovens bem como à articulação entre a escola e a família.

Mas não temos dúvidas de que a resposta para os outros ciclos de ensino, para além do primeiro ciclo, tem que considerar também essas alternativas. De outro modo, não poderemos prevenir o abandono e ao mesmo tempo dotar essas crianças e jovens que estariam condenados a uma saída precoce do sistema educativo e formativo e, consequentemente, a empregos e percursos profissionais desqualificados, sem essa resposta, não os poderíamos efectivamente salvar desse destino. O sistema educativo português e bem, a meu ver, não é como os de alguns países, que de resto estão entre os mais desenvolvidos da Europa, que têm um sistema selectivo precoce. Instituiu-se antes ainda do 25 de Abril, porque a reforma Veiga Simão já apontava para aí e construiu-se mesmo em oposição aos princípios de uma selecção precoce existente em países como a Alemanha ou o Luxemburgo que dispõem de mecanismos de encaminhamento de crianças e jovens desde muito cedo, para

vias mais vocacionais, como agora se diz, ou para as vias mais generalistas. Do ponto de vista social não deve ser assim porque, em minha opinião, esses sistemas tendem a reproduzir desigualdades sociais e reiterar essas desigualdades e em constituir-se como mecanismos que impedem o sistema educativo de responder ao desafio da igualdade de oportunidades.

Olhando, porém, para a nossa realidade não se pode ignorar que há de facto, no sistema, situações de disfuncionalidade que levam a que haja uma percentagem não despreciable de jovens que encetam caminhos de insucesso que os levam a percursos de abandono e de desqualificação que temos de procurar corrigir.

A ligação a uma actividade prática, a aprendizagem primeiro dos rudimentos e depois de uma actividade profissional, é uma resposta extremamente importante constituindo uma via capaz de agarrar os jovens à escola e de lhes dar uma perspectiva do valor da educação, motivando-os inclusivamente para o prosseguimento de estudos até níveis de qualificação mais elevados.

É esta a resposta que a educação por si só, pode desde já dar, sem ficar à espera dos resultados que as outras políticas sociais, designadamente no domínio da qualificação das famílias, da qualificação das empresas e da intervenção educativa ao nível do primeiro ciclo e do pré-escolar a qual, por seu lado, a pouco e pouco vai produzindo o seu efeito em novas cohortes de crianças. Não é legítimo que sacrifiquemos ao insucesso as gerações que hoje já estão no segundo e terceiro ciclos e mesmo no secundário pois temos que responder, efectivamente, a esta situação e é necessário embora por vezes de uma forma mal compreendida, também mudar atitudes no próprio sistema e nas escolas.

São hoje atribuídas à escola muitas missões – muitas mais de que em outros tempos - e que a escola divide de uma forma difícil com um conjunto de outras instituições com intervenção na área da vida social, sejam as famílias, sejam os meios de comunicação e de socialização que impendem sobre os jovens e as crianças e que condicionam os seus percursos.

Mas há uma missão que é fundamental que é a de garantir que através da aprendizagem as crianças e os jovens se tornam cidadãos activos, têm uma formação integrada e adquirem os conhecimentos e competências e o desenvolvimento das capacidades que lhes permitam integrar-se na sociedade e explorar todas as oportunidades que essa sociedade lhes apresenta.

As escolas têm que assumir em primeiro lugar esta missão, assumir o desafio que esta missão representa e organizar-se sempre em primeiro lugar, em função desta missão porque é para isso que existem. Há, consequentemente, que passar esta imagem e, ao mesmo tempo, passar a ideia de que a escola é fundamental para o progresso e para o destino das crianças e dos jovens. Fazer passar a ideia às famílias de que, como diz o lema do programa Novas Oportunidades, aprender compensa, como todos os dados em Portugal demonstram, é também um desafio fundamental.

Creio que dessa forma será possível que a preocupante situação que temos hoje em Portugal, do ponto de vista da qualificação da população, das taxas de insucesso e de abandono escolar e, consequentemente, dos problemas do trabalho precoce seja ultrapassada através de uma resposta integrada.

No caso particular do trabalho infantil agrícola é ainda mais difícil romper este ciclo vicioso, porque está muito integrado nas práticas familiares. E é necessário atender, de facto, à realidade própria destes meios familiares e responder, mesmo quando parece ser cada vez mais um problema residual. Veja-se, por exemplo, o que se fez quanto ao reordenamento da rede escolar do 1.º ciclo que respondeu a uma situação que atingia um número de alunos relativamente reduzido, 10.000, no conjunto de alunos do sistema educativo português. É uma pequena percentagem e, portanto, poderia, e foi o que aconteceu até agora, não ter uma resposta, só que, como disse no início, a resposta e a responsabilidade que temos é para com todos, independentemente da percentagem que representam.

Mesmo que o desenvolvimento económico e social tenda a fazer destas situações cada vez mais situações residuais, temos que ter respostas. A necessidade de socializar as crianças, de criar oportunidades educativas do ponto de vista daquilo que é o fundamental do currículo, mas também do enriquecimento curricular para todas as crianças em igualdade de circunstâncias foi o que esteve por trás do reordenamento da rede escolar que levou ao encerramento de um número muito significativo de escolas e à concentração das crianças em novas escolas onde as suas oportunidades educativas são muito superiores. Evidentemente que há o custo do transporte das crianças, mas, na generalidade dos casos, é um custo que vale bem a pena pagar pelo futuro dessas mesmas crianças.

O pessimismo no diagnóstico interpela-nos ainda mais para que haja uma confiança e um optimismo na forma de responder a esta situação que é, uma situação do ponto de vista social e económico, inaceitável, de desqualificação e de desperdício.

É um desafio a que temos de responder e a que creio que temos os meios para responder.

Muito obrigado.



Joaquina Cadete

Directora do PETI

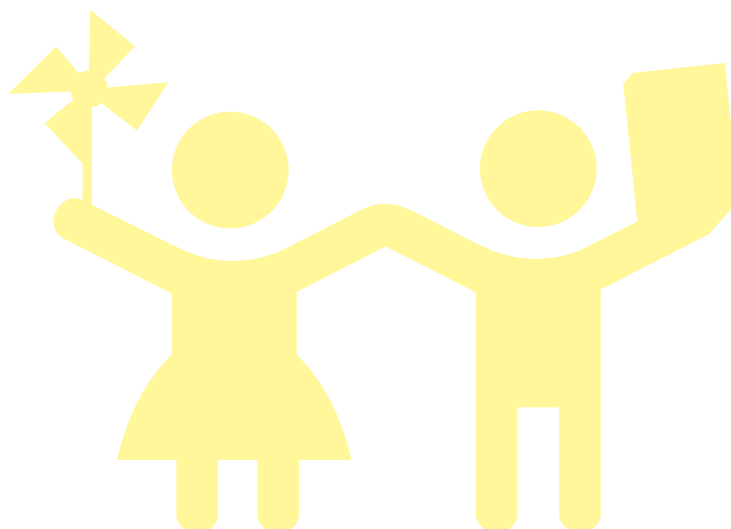
Muito obrigada. E agora, é justo que façamos, como sempre, os agradecimentos a quem garantiu que o evento de hoje fosse possível.

Em nome do Dr. Paulo Bárcia e em meu próprio e das nossas Organizações, do Escritório da OIT em Lisboa e do PETI, queremos agradecer primeiro que tudo a todos os participantes, porque, sem a vossa presença, o nosso trabalho não teria tido sentido. Depois a todos os oradores, alguns vindos de longe, de muito longe mesmo, como Peter Hurst, aos moderadores, à relatora das conclusões, aos colaboradores do PETI e da OIT, sem os quais, a logística que permitiu este encontro, não seria possível e, permitam-me que mencione os seus nomes, António Santos, Sofia Oliveira, Marlene Diniz, Fátima Barbosa, Hélder Marto, Patrícia Pinho, José Rodrigues, Carla Perfeito e Luís Murilhas (técnicos de intervenção local), Mafalda Troncho, Ana Santos, Susana Cardoso, Cristina Brandão, e por fim à colega Isabel Garcia da equipa do PETI do Algarve que, com a sua Avó, tiveram o trabalho e a gentileza de fazer os doces frutos da terra que oferecemos aos senhores oradores e moderadores, e que mostra o empenho das nossas equipas, para lá do estritamente profissional.

Agradeço ao Banco Português de Investimento o seu apoio sempre presente e à Hyundai que mais uma vez disponibilizou uma carrinha.

Agradeço, ainda, a cedência do Centro de Caparide onde se reunirão nos próximos dois dias, os Pontos Focais da CPLP sendo os custos inerentes ao alojamento, alimentação e logística suportados pela Secretaria de Estado a que preside o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação.

Por fim, quero agradecer, na pessoa do Professor António Figueiredo, Presidente do Conselho Executivo, todo o apoio prestado pela Escola Secundária Camões.



SELECÇÃO DE SITES E OBRAS SOBRE TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA

TRABALHO INFANTIL (Portugal)

www.peti.gov.pt (Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil)

www.cnasti.pt (Confederação Nacional de Acção sobre Trabalho Infantil)

TRABALHO INFANTIL (Internacional)

www.antislavery.org (Organização Anti- Slavery)

www.crin.org (Child Rights Information Network)

www.dol.gov (Departamento Americano do Trabalho)

www.ecpat.net (End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking in Children)

www.globalmarch.org (Organização Marcha Global)

www.icftu.org (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres)

www.ilo.org/childlabour (Organização Internacional do Trabalho/ Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC))

www.ioe-emp.org (Organização Internacional de Empregadores)

www.netec.wustl.edu/WoPEc.html (Working Papers in Economics)

www.oecd.org (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

www.savethechildren.org.uk (Organização Save the Children)

www.terredeshommes.org (Organização Terre des Hommes)

www.ucw-project.org (Understanding Children's Work)

www.unesco.org (UNESCO)

www.unicef.org (UNICEF)

www1.worldbank.org/sp/childlabor/ (Programa Global do Trabalho Infantil do Banco Mundial)

TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA (EDIÇÕES PETI)

TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA EM PORTUGAL

GRAÇA ALVES PINTO - O Trabalho e a Escola no Quotidiano das Crianças dos Meios Rurais - Colecção Cadernos PETI 4 – 2003

SIETI, José Sousa Fialho (coord.) - Trabalho infantil em Portugal 2001 - Caracterização social dos agregados familiares portugueses com menores em idade escolar - SIETI – 2003 http://www.peti.gov.pt/imgs/bt_pdf.gif

GRUPO DE TRABALHO NOMEADO - Trabalho Infantil em Portugal - Caracterização social dos menores em idade escolar e suas famílias - Colecção Cadernos PETI 3 – 2000.

TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA

Fields of Hope - www.fieldsofhope.org

Human Rights Watch – Backgrounder: Child Labour in Agriculture www.hrw.org/backgrounder/crp/back0610.htm

Child labour – Trade unions and child labour in agriculture - www.ilo-mirror.cornell.edu/public/english/dialogue/actrav/genact/child/part2_a/agric.htm

ECLT Foundation - www.eclt.org/

Child Protection in the Philippines - www.childprotection.org.ph/

The concerned for working children - www.workingchild.org/

Child Workers in Asia - www.cwa.tnet.co.th/about-cwa.html

TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA (EDIÇÕES OIT-IPEC)

ILO-IPEC, Tackling hazardous child labour in agriculture, Guidance on policy and practice (guia + cd-rom), ILO: Geneve, 2006 Disponível em: www.ilo.org/iloroot/docstore/ipecc/prod/eng/2006_agriculture_policy_en.pdf

ILO-IPEC, Training resource pack on the elimination of hazardous child labour in agriculture, September 2005 . Disponível em: www.ilo.org/iloroot/public/english/standards/ipecc/doc-view.cfm?id=1759

Bitter harvest: child labour in agriculture. ILO Actrav: Geneva, 2002. Pas a pas pour l'établissement de la liste de travaux dangereux – Brochura

Bibliografia Comentada Sobre O Trabalho Infantil Feminino: Uma Perspectiva de Género. 4º vol, 2004

Hazardous Child Labour in Agriculture: An Overview, 2004. www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/publ/download/factsheets/fs_agriculture_0304.pdf

CONVENÇÕES OIT

CONVENÇÃO Nº 6 - Trabalho nocturno de menores (indústria), 1919 - www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf/conv_6.pdf

CONVENÇÃO Nº 138 - Idade mínima de admissão ao emprego, 1973 - www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf/conv_138.pdf

CONVENÇÃO Nº 182 - Interdição das piores formas de trabalho das crianças, 1999: www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf/conv_182.pdf

CONVENÇÃO Nº 184 – Safety and Health on Agriculture, 2001: www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm

CICLO DE ENCONTROS

PETI - OIT



Representações
sociais sobre
trabalho infantil

PRÓXIMO ENCONTRO
Outubro 2007
Aveiro

ORGANIZAÇÃO



Programa para Prevenção e Eliminação
da Exploração do Trabalho Infantil



ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO TRABALHO
Escritório em LISBOA

DAR A VOLT

Ficha Técnica: [ISBN: 978-972-98764-9-3 | Depósito Legal:]

Editor: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração Trabalho Infantil

Morada: Av. Frei Miguel Contreiras, 54-5º 1700-213 Lisboa | **Tel.** 21 8437580 | **Fax:** 21 8437589 | **E-mail:** peti@peti.gov.pt | **Site:** www.peti.gov.pt

Coordenação Editorial: Joaquina Cadete | **Coordenação Redactorial:** Paula Monteiro e Sofia Oliveira |
Fotos: João Vasco e Álvaro Carrilho | **Colecção:** Documentos PETI 6 | **Design/Produção:** Álvaro Carrilho
(www.umovoacavalo.com) | **Tiragem:** 1000 exemplares | **Data:** Lisboa, Maio 2007

Distribuição Gratuita | As opiniões expressas nos textos são da responsabilidade dos seus autores e a publicação dos mesmos não vincula nem o PETI nem a OIT às opiniões nelas expressas.

Colheita para o futuro:

Agricultura sem trabalho infantil



Organización
Internacional
del Trabajo



**Dia mundial contra o
trabalho infantil**

12 de Junho de 2007